



### ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTANEIRA

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA Nº.060/2016/SEAD

**ARIOVALDO SOARES TELES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E GESTOR DO FUNDO GERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ART. 8º DA LEI MUNICIPAL Nº. 597 DE 17/12/2013,**

#### RESOLVE:

**Art. 1º. CONCEDER**, de conformidade com o disposto no Art. 1º, da Lei Nº. 597/2013, ao Senhor **ARIOVALDO SOARES TELES**, ocupante Cargo de **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, uma **diária** para viagem à cidade de **Fortaleza**, neste Estado, no dia **11 de agosto 2016**, a fim de resolver assuntos de Interesse do Município Junto ao IBAMA.

#### Expediente:

Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE

#### DIRETORIA DO BIÊNIO 2015-2016

PRESIDENTE EXPEDITO JOSÉ DO NASCIMENTO PIQUET CARNEIRO  
VICE PRESIDENTE FRANCISCO EVANILDO SIMÃO DA SILVA MAURITÍ  
SECRETÁRIA GERAL MARIA EDIENE M. DO NASCIMENTO DE CASTRO  
GENERAL SAMPAIO

1º SECRETÁRIO CLAUDIO BEZERRA SARAIVA CAPISTRANO  
TESOUREIRO GERAL FRANCISCO NILSON FREITAS PALHANO  
1º TESOUREIRO DIVALDO CARNEIRO SOARES VIÇOSA DO CEARÁ  
PRESIDENTE DE HONRA ADRIANA PINHEIRO BARBOSA FORTIM

#### MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

TITULAR FRANCISCO HOLANDA GUEDES JAGUARIBARA  
TITULAR ANTONIO JOSÉ AGUIAR ALBUQUERQUE MASSAPÊ  
TITULAR TERESINHA MARIA CERQUEIRA LIMA GOMES  
BARROQUINHA  
SUPLENTE MANOEL GOMES DE FARIAS NETO HORIZONTE  
SUPLENTE JOÃO FRANCISMA DIAS PEREIRO  
SUPLENTE FERNANDO ANTÔNIO VIEIRA ASSEF BOA VIAGEM

#### MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO

REGIÃO 01 ARGENTINA SAMPAIO PADILHA CHOROZINHO  
REGIÃO 02 FRANCISCO VALMAR MOTA BERNARDO TEJUÇUOCA  
REGIÃO 03 JERÔNIMO NETO BRANDÃO MORRINHOS  
REGIÃO 04 MONICA GOMES AGUIAR CAMOCIM  
REGIÃO 05 ANTONIO FELINTO FILHO CROATÁ  
REGIÃO 06 GALENO TAUMATURGO LOPES RERIUTABA  
REGIÃO 07 FABIANO MAGALHÃES DE MESQUITA SANTA QUITÉRIA  
REGIÃO 08 FRANKLIN VERÍSSIMO OLIVEIRA ACARAPE  
REGIÃO 09 FRANCISCO IVAN SILVÉRIO DA COSTA ARACATI  
REGIÃO 10 JOSÉ MARCONDES MOREIRA TABULEIRO DO NORTE  
REGIÃO 11 MANOEL MARTINS ALVES ERERÉ  
REGIÃO 12 CIRILO ANTÔNIO PIMENTA LIMA QUIXERAMOBIM  
REGIÃO 13 JOSÉ RAMIRO TEIXEIRA JÚNIOR TAMBORIL  
REGIÃO 14 ECILDO EVANGELISTA FILHO MOMBAÇA  
REGIÃO 15 PATRÍCIA PEQUENO COSTA G. DE AGUIAR TAUÁ  
REGIÃO 16 SIMÃO PEDRO ALVES PEQUENO ORÓS  
REGIÃO 17 FRANCISCO NILSON ALVES DINIZ CEDRO  
REGIÃO 18 MARCONDES HERBSTER FERRAZ SABOEIRO  
REGIÃO 19 JOSÉ LEITE GONÇALVES CRUZ BARBALHA  
REGIÃO 20 GUILHERME SAMPAIO LANDIM BREJO SANTO

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

§ 1º. O valor da diária é de R\$ **200,00 (duzentos reais)**, conforme disposto no artigo 7º, inc. II, alínea “b”, da Lei Nº. 597/2013

§ 2º. Fica o Gestor do Fundo Geral autorizado a ordenar o pagamento do total de **R\$200,00 (duzentos reais)** da Diária.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### PUBLIQUE – SE

Paço da Prefeitura Municipal de Altaneira, em 10 de agosto de 2016.

**ARIOVALDO SOARES TELES**

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**

Paula Hayanne Chavier da Silva

**Código Identificador:**7B2F39A8

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA Nº.061/2016/SEAD

**ARIOVALDO SOARES TELES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E GESTOR DO FUNDO GERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ART. 8º DA LEI MUNICIPAL Nº. 597 DE 17/12/2013,**

#### RESOLVE:

**Art. 1º. CONCEDER**, de conformidade com o disposto no Art. 1º, da Lei Nº. 597/2013, ao Senhor **JOAQUIM SOARES NETO**, ocupante Cargo de **PREFEITO MUNICIPAL**, uma **diária** para viagem à cidade de **Fortaleza-CE**, no dia **11 de agosto de 2016**, a fim de tratar de assuntos de interesse do município na Casa Civil, Secretaria das Cidades, Secretaria de Esporte e Escritório de Projeto Leque Assessoria.

§ 1º. O valor da diária é de R\$ **300,00 (trezentos reais)**, conforme disposto no artigo 7º, inc. III, alínea “b”, da Lei Nº. 597/2013

§ 2º. Fica o Gestor do Fundo Geral autorizado a ordenar o pagamento do total de **R\$300,00 (trezentos reais)** da Diária.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### PUBLIQUE – SE

Paço da Prefeitura Municipal de Altaneira, em 10 de agosto de 2016.

**ARIOVALDO SOARES TELES**

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**

Paula Hayanne Chavier da Silva

**Código Identificador:**899A950A

#### SECRETARIA DE SAÚDE PORTARIA Nº.030/2016/SESAU

**NEUSA MOREIRA DE CARVALHO, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ART. 8º DA LEI MUNICIPAL Nº. 597 DE 17/12/2013,**

#### RESOLVE:

**Art. 1º. CONCEDER**, de conformidade com o disposto no Art. 1º, da Lei Nº. 597/2013, ao servidor **ROMULO ALMEIDA AMORIM**, ocupante Cargo de **MOTORISTA**, (02) duas **diárias** para viagem à cidade de **Fortaleza**, nos dias **10 e 11 de agosto de 2016**, a fim de conduzir Veículo que transportará o paciente **WALLACE GABRIEL DE SOUZA**, para realizar consulta no Hospital Albert Sabin.

§ 1º. O valor da diária é de R\$ **140,00 (cento quarenta reais)**, conforme disposto no artigo 7º, inc. I, alínea “b”, da Lei Nº. 597/2013

§ 2º. Fica o Gestor do Fundo Municipal de Saúde autorizado a ordenar o pagamento do total de **R\$280,00 (duzentos e oitenta reais)** da Diária.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### PUBLIQUE – SE

Paço da Prefeitura Municipal de Altaneira, em 09 de agosto de 2016.

**NEUSA MOREIRA DE CARVALHO**

Secretária de Saúde

**Publicado por:**

Paula Hayanne Chavier da Silva  
Código Identificador: B32BA347

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PORTARIA Nº.029/2016/SME

**DHONY SÂMEQUE NERGINO MOREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ART. 8º DA LEI MUNICIPAL Nº. 597 DE 17/12/2013,**

**Art. 1º. CONCEDER**, de conformidade com o disposto no Art. 1º. da Lei Nº. 597/2013, ao Senhor **ANTONIO DOUGLAS GONÇALVES DE OLIVEIRA**, ocupante Cargo de **Gerente de Departamento do Transporte Escolar**, 03(três) diárias para viagem à cidade de **Juazeiro do Norte**, neste Estado, nos dias **09,10 e 11 de agosto de 2016**, a fim de Participar de formação em Processo de Transferência de Recursos por meio de Convênios e Congêneres-SICONV-CE, que acontecerá na Crede 19.

§ 1º. O valor da diária é de R\$ **40,00 (quarenta reais)**, conforme disposto no artigo 7º, inc. I, alínea “a”, da Lei Nº. 597/2013

§ 2º. Fica o Gestor do Fundo Municipal de Educação autorizado a ordenar o pagamento do total de **R\$120,00 (cento e vinte reais)** da Diária.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### PUBLIQUE – SE

Paço da Prefeitura Municipal de Altaneira, em 09 de agosto de 2016.

**DHONY SÂMEQUE NERGINO MOREIRA**

Secretário de Educação

**Publicado por:**

Paula Hayanne Chavier da Silva  
Código Identificador: 88BFCD2E

#### ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PORTARIA Nº 042/2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA CHEFE DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARNEIROZ-CE, **Antônio Monteiro Pedrosa Filho**, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Exonerar o(a) Sr(a). **Andressa Oliveira Braz**, brasileira, solteira, portadora do RG: 2001002405830 SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 872.853.983-49, do cargo de Chefe de Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica da Secretaria de Saúde deste Município.

Paço da Prefeitura de Arneiroz, em 08 de agosto de 2016.

Registre-se,  
Publique-se e  
Cumpra-se.

**ANTONIO MONTEIRO PEDROSA FILHO**

Prefeito Municipal de Arneiroz

**Publicado por:**

Marinete Gonçalves de Lima Carvalho  
Código Identificador: AC9AC426

#### ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA

#### GABINETE DA PREFEITA DECRETO Nº. 1008001/2016 DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Decreta feriado no dia 15 de agosto de 2016 nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BARROQUINHA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, VI, da Lei Orgânica do Município e

**CONSIDERANDO** a forte influência da cultura religiosa de nosso Município;

**CONSIDERANDO** os festejos de Nossa Senhora dos Navegantes, entre os dias de 05 a 15 de agosto do corrente ano, terem grande relevância cultural, religiosa e econômica tornando-se, portanto, uma data de valor histórico;

**CONSIDERANDO** ser o dia 15 de agosto o de maior significado, pois é nele que se dá a culminância da festa de Nossa Senhora dos Navegantes.

#### DECRETA:

**Art. 1º.** – Fica decretado Feriado Municipal no dia 15 de agosto de 2016.

**Art. 2º.** – A determinação do expediente de que trata o caput do Art. 1º. não deverá afetar o funcionamento dos serviços essenciais, tais como socorros urgentes, abrangendo os servidores municipais detentores de cargos privativos da área da saúde, que exerçam suas atribuições funcionais na Unidade Básica de Saúde, limpeza pública e vigilância.

**Art. 3º.** – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA**, em 10 de agosto de 2016.

**TERESINHA MARIA CERQUEIRA LIMA GOMES**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Antonio Giliard Albuquerque dos Santos  
Código Identificador: 0FE2D509

#### ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ – EXTRATO DA 3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL – Tipo: **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** – Espécie: **CONVENIÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO** – A Prefeitura Municipal de Croatá torna público o extrato de alteração do

instrumento contratual nº **2014.06.25.01**, resultante da **TOMADA DE PREÇOS N.º 20140603.TP01** – Contratante: Prefeitura Municipal de Croatá através da Secretaria de **Infraestrutura, Recursos Hídricos e Serviços Públicos** – Contratada: **SERTÃO CONSTRUÇÕES, EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **07.494.778/0001-43** – Objeto: **contratação dos serviços de engenharia civil para atendimento do PT nº 1009341-71/2013, referente à adequação e recuperação de estradas vicinais (revestimento primário) no Município de Croatá, com recursos oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA** – Data da Assinatura do Termo de Alteração Contratual: **12/01/2016** – Fundamentação Legal: **Art. 57, § 1º, Inciso II, Lei nº 8.666/93.**

Croatá - CE, 12 de Janeiro de 2016.

**DOMINGOS RAMOS FELINTO**

Secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Serviços Públicos

**Publicado por:**  
Antônio Evander Pereira Lima  
**Código Identificador:**897774BB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – ALTERAÇÃO  
CONTRATUAL**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ – EXTRATO DA 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL – Tipo: **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** – Espécie: **CONVENIÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO** – A Prefeitura Municipal de Croatá torna público o extrato de alteração do instrumento contratual nº **2014.06.25.01**, resultante da **TOMADA DE PREÇOS N.º 20140603.TP01** – Contratante: Prefeitura Municipal de Croatá através da Secretaria de **Infraestrutura, Recursos Hídricos e Serviços Públicos** – Contratada: **SERTÃO CONSTRUÇÕES, EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **07.494.778/0001-43** – Objeto: **contratação dos serviços de engenharia civil para atendimento do PT nº 1009341-71/2013, referente à adequação e recuperação de estradas vicinais (revestimento primário) no Município de Croatá, com recursos oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA** – Data da Assinatura do Termo de Alteração Contratual: **19/07/2016** – Fundamentação Legal: **Art. 57, § 1º, Inciso II, Lei nº 8.666/93.**

Croatá - CE, 19 de Julho de 2016.

**DOMINGOS RAMOS FELINTO**

Secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Serviços Públicos

**Publicado por:**  
Antônio Evander Pereira Lima  
**Código Identificador:**4CD5017D

**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM**

**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 161/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016**

Autoriza o aditamento contratual do médico Vicente César Cortez Freitas, na especialidade de ultrassonografia, estritamente para atender à necessidade imperiosa do interesse público e da essencialidade do serviço e de inadiável prestação, nos termos do art. 73-V, alínea “d”, da lei federal nº 9.504/97, na forma que indica e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** as dificuldades de contratação de médico na especialidade de ultrassonografia;

**CONSIDERANDO** o término contratual do médico Vicente César Cortez Freitas;

**CONSIDERANDO**, de consequente, ser a saúde dever do poder público em atenção à garantia aos padrões de qualidade, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por habitante;

**CONSIDERANDO** a necessidade temporária de excepcional interesse público;

**CONSIDERANDO**, ainda, a restrição de disponibilidade efetiva de servidores estáveis;

**CONSIDERANDO**, finalmente, o disposto na alínea “d”, do inciso V, do art. 73, da lei federal nº 9.504/97, e em consonância com a inteligência do acórdão nº 27.563, classe 22ª, em sede de recurso especial, prolatado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Autorizar o aditamento contratual do médico Vicente César Cortez Freitas, na especialidade de ultrassonografia, estritamente para atender à necessidade imperiosa do interesse público e da essencialidade do serviço e de inadiável prestação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, em 28 de junho de 2016.

**ADRIANA PINHEIRO BARBOSA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Romildo Sousa da Silva  
**Código Identificador:**1F837776

**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 120/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016**

Concede férias a Servidores Públicos ocupantes de cargos que exercem, na forma que indica e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder ao (à, s) servidor (a, es) com os cargos, lotações e datas, abaixo relacionados, deste Município, a pedido, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, em face do período aquisitivo de 2015/2016.

MATRIC	NOME	LOTAÇÃO
121757-7	ALLANA MARTINA SANTIAGO FREITAS	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
082119-5	ERANIR CESARIO DE ARAUJO	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
120621-4	EVERARDO PAULA DA SILVA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
020016-6	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA LIMA	004.402-SETOR: HOSPITAL
020124-3	IDALBERTO TEIXEIRA DE LIMA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
020191-0	JOSIAS BATISTA DE FONTES	006.600-SETOR: CONCURSADOS
020156-1	MARIA DO SOCORRO MOREIRA DA SILVA	008.800-SETOR: CONCURSADOS
082184-5	MARLENE FERREIRA DA COSTA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
120745-8	REGINA OLIVEIRA PEREIRA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, em 19 de abril de 2016.

**ADRIANA PINHEIRO BARBOSA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Romildo Sousa da Silva  
**Código Identificador:**C6AE9EF2

**GABINETE DA PREFEITA**  
**PORTARIA Nº 129/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016**

Concede férias a Servidores Públicos ocupantes de cargos que exercem, na forma que indica e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder ao (à, s) servidor (a, es) com os cargos, lotações e datas, abaixo relacionados, deste Município, a pedido, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas no período de 01/05/2016 a 30/05/2016, em face do período aquisitivo de 2015/2016.

MATRIC	NOME	LOTAÇÃO
071692-8	EDNEUZA ALVES FELIX	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071660-0	ELICINEIDE DE OLIVEIRA FERREIRA	004.402-SETOR: HOSPITAL
071663-4	EVANILDO AMARO DA SILVA	004.402-SETOR: HOSPITAL
071654-5	FERNANDO ANTONIO FERREIRA FERNANDES	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071703-7	FRANCISCO ALEXSANDRO MARQUES DE SOUZA	006.600-SETOR: CONCURSADOS
120622-2	FRANCISCO ERNANE TEIXEIRA MATIAS	001.100-SETOR: GABINETE
122537-5	IONI TOMAZ DE AQUINO	009.912-SETOR: MAGISTERIO ENS. FUNDAMENTAL - 60%
071664-2	JOAO OLIVEIRA FERREIRA	004.406-SETOR: P. S. F.
071656-1	JOSE MARCONDES RAMOS	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071652-9	KATIANE GONDIM DA COSTA	004.402-SETOR: HOSPITAL
020357-2	LEONIDAS PEREIRA BARBOSA	006.600-SETOR: CONCURSADOS
071650-2	LUIZ SERAFIM DE SOUSA	004.407-SETOR: ENDEMIAS
121140-4	MARIA DAS GRACAS LIMA	004.402-SETOR: HOSPITAL
071662-6	MARIA GILIARDA DO NASCIMENTO REINALDO	004.406-SETOR: P. S. F.
050961-2	MOACIR LEITE DE SOUSA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
020211-8	RAIMUNDO FRANCISCO SOUSA DA SILVA	006.600-SETOR: CONCURSADOS
120746-6	RICARDO ALEXANDRE DA SILVA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071648-0	SILONITA REINALDO DA SILVA	004.402-SETOR: HOSPITAL
020029-8	SOLANGE FERREIRA DA SILVA FELIPE	004.402-SETOR: HOSPITAL
050767-9	VALDECI DE SOUSA SOARES	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, em 02 de maio de 2016.

**ADRIANA PINHEIRO BARBOSA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Romildo Sousa da Silva  
**Código Identificador:**907B2025

**GABINETE DA PREFEITA**  
**PORTARIA Nº 159/2016, DE 01 DE JUNHO DE 2016**

Concede férias a Servidores Públicos ocupantes de cargos que exercem, na forma que indica e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder ao (à, s) servidor (a, es) com os cargos, lotações e datas, abaixo relacionados, deste Município, a pedido, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, em face do período aquisitivo de 2015/2016.

MATRIC	NOME	LOTAÇÃO
071674-0	ANDRE DA COSTA NOGUEIRA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
121237-0	ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA	008.801-SETOR: COMISSIONADOS
082114-4	AURELITA MARTINS DA SILVA LIMA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071657-0	DIONE COSTA HOLANDA	004.406-SETOR: P. S. F.
020184-7	EDILSON NOGUEIRA DA SILVA	006.600-SETOR: CONCURSADOS
020163-4	ELAIER PINHEIRO DE FARIAS	008.800-SETOR: CONCURSADOS
071701-0	FRANCISCA GRASIANA LOURENCO SILVANO	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
020199-5	FRANCISCA MARIA DA SILVA NUNES	009.912-SETOR: MAGISTERIO ENS. FUNDAMENTAL - 60%
071726-6	FRANCISCO FLAVIO PACIFICO DOS SANTOS	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071659-6	GILDEVAN PEREIRA DA SILVA	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071719-3	IVONETE MONTEIRO DOS SANTOS	006.600-SETOR: CONCURSADOS
020151-0	JOAO PAULO LIMA DE SOUSA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071727-4	JOHN SCIPAO DA SILVA	004.407-SETOR: ENDEMIAS
120728-8	LEILIANE DO NASCIMENTO	006.602-SETOR: COMISSIONADOS
071681-2	LIEZITO ALVES DA SILVA	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071677-4	LIVANDO PINHEIRO DA SILVA	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071717-7	LUCIANO MOURA BORGES	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
120741-5	MARIA DA GLORIA ARAUJO MOURA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071685-5	MARIA DAS DORES MOURA DA COSTA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071646-4	MARIA DE NAZARE DOS SANTOS OLIVEIRA	004.406-SETOR: P. S. F.
071706-1	MARIA ELENITA SOUSA DA SILVA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071686-3	MARIA ELIECI DE FARIAS RIBEIRO	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071709-6	MARIA EURIRENE RIBEIRO LIMA BEZERRA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071687-1	MARIA IRENILDA ANTUNES PEREIRA DA COSTA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071675-8	MARIA LUCILENE MEDEIROS DO N NOGUEIRA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
120751-2	MARIA NAZARE DOS SANTOS SILVA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071678-2	RICARDO LUIZ DE LIMA BARROS	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071694-4	ROMILDO SOUSA DA SILVA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
020215-0	VALDEIRTON CARNEIRO DE ALBUQUERQUE	006.600-SETOR: CONCURSADOS

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, em 01 de junho de 2016.

**ADRIANA PINHEIRO BARBOSA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Romildo Sousa da Silva  
**Código Identificador:**6F2EAEF7

**GABINETE DA PREFEITA**  
**PORTARIA Nº 164/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016**

Concede férias a Servidores Públicos ocupantes de cargos que exercem, na forma que indica e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder ao (à, s) servidor (a, es) com os cargos, lotações e datas, abaixo relacionados, deste Município, a pedido, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas no período de 01/07/2016 a 30/07/2016, em face do período aquisitivo de 2015/2016.

MATRIC	NOME	LOTAÇÃO
092380-0	ADRIANA XAVIER DO CARMO	004.411-SETOR: P.S.F - CONTRATADOS
071644-8	ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA	004.402-SETOR: HOSPITAL
020360-2	ANA REGINA SILVA DE LIMA	007.700-SETOR: TURISMO
071649-9	CYNTHIA RENEE CAVALCANTE	004.402-SETOR: HOSPITAL
121003-3	ELENILDA PEREIRA DE FREITAS	008.802-SETOR: CONSELHO TUTELAR
121238-9	FRANCISCO IRANILDO FERREIRA DA COSTA	001.100-SETOR: GABINETE
071704-5	FRANCISCO MARCELO MARTINS BARBOSA	002.200-SETOR: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
071724-0	LIDIA RIBEIRO DA SILVA	004.403-SETOR: ODONTOLOGIA

071651-0	LUCIANA DO NASCIMENTO	004.403-SETOR: ODONTOLOGIA
020035-2	MARILENE REINALDO DE OLIVEIRA	004.403-SETOR: ODONTOLOGIA
071688-0	ROSANE DA SILVA MARINHO	004.403-SETOR: ODONTOLOGIA
071658-8	SANDRO MARCIO TEIXEIRA DE SOUSA	004.407-SETOR: ENDEMIAS
071655-3	TOBIAS MOREIRA DA SILVA	004.402-SETOR: HOSPITAL

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL DE FORTIM/CE**, em 01 de julho de 2016.

**ADRIANA PINHEIRO BARBOSA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Romildo Sousa da Silva

**Código Identificador:**0DDA7BC1

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA N° 53/2016 SECGERH.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE-CE**, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Municipal **No. 1.043/2013**, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Cargos de Provimento em Comissão.

**RESOLVE: I – EXONERAR**, os servidores abaixo relacionados dos Cargos em Comissão da Estrutura Administrativa do Município de Guaraciaba do Norte-CE.

**Kamila Roberta Gomes – CPF: 037.626.893-00 – Chefe de Seção;**  
**Antonia Gabriela da Silva Sousa – CPF: 609.645.823-84 – Chefe de Unidade;**

**Renata Silva da Paixão Pereira – CPF: 956.790.303-49 – Chefe de Unidade;**

**II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.**

**III – Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para adoção das medidas necessárias quanto aos registros documentais aplicáveis conforme as normas vigentes.**

**Registre-se,**  
**Publique-se,**  
**Notifique-se e**  
**Cumpra-se.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE, ESTADO DO CEARÁ**, ao 01 de julho de 2016.

**REGIVALDO MELO CAVALCANTE**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Emanuel Fernando Ribeiro

**Código Identificador:**BD475756

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA N° 54/2016 SECGERH.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE-CE**, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Municipal **No. 1.043/2013**, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Cargos de Provimento em Comissão.

**RESOLVE: I – NOMEAR**, os servidores abaixo relacionados dos Cargos em Comissão da Estrutura Administrativa do Município de Guaraciaba do Norte-CE.

**Maria Mayara Oliveira Pereira – CPF: 065.685.283-66 – Coordenador de Articulação Educacional;**

**Socorro de Maria Costa Silva – CPF: 103.459.327-73 – Chefe de Unidade;**

**Karla Roberta Gomes de Souza – CPF: 982.293.893-49 – Chefe de Seção;**

**Antonia Gabriela da Silva Sousa – CPF: 609.645.823-84 – Diretor de Divisão;**

**Renata Silva da Paixão Pereira – CPF: 956.790.303-49 – Chefe de Seção;**

**Kamila Roberta Gomes – CPF: 037.626.893-00 – Diretor de Divisão;**

**Carlos Alberto Avelino de Sousa – CPF: 069.180.163-00 – Chefe de Unidade;**

**Romário Felix da Silva – CPF: 060.500.273-82 – Chefe de Unidade.**

**II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.**

**III – Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para adoção das medidas necessárias quanto aos registros documentais aplicáveis conforme as normas vigentes.**

**Registre-se,**  
**Publique-se,**  
**Notifique-se e**  
**Cumpra-se.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE, ESTADO DO CEARÁ**, ao 01 de Julho de 2016.

**REGIVALDO MELO CAVALCANTE**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Emanuel Fernando Ribeiro

**Código Identificador:**FF6F215C

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HIDROLÂNDIA**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS**

**EXTRATO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS – A** Secretaria de Educação do Município de Hidrolândia torna público o extrato dos instrumentos contratuais resultantes do Pregão Presencial nº 2707.01/2016: **UNIDADE ADMINISTRATIVA:** Secretaria de Educação. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

09.12.365.1202.2067 - FUNDO MUNICIPAL DE HIDROLÂNDIA - PROINFÂNCIA. **ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.30.00.

**OBJETO:** Aquisição de materiais de consumo diversos para a manutenção das atividades do ensino infantil de Hidrolândia, conforme especificações do edital. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** A partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2016. **CONTRATADAS/VALOR GLOBAL:** JOSÉ BENI S. TRAJANO FILHO ME, pelo valor total de R\$ 34.578,98 (trinta e quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos) e J. NILTON MESQUITA DE SOUSA ME, pelo valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Francisco Valternan Martins Filho. **ASSINAM PELAS CONTRATADAS:** Niander Ismael Ramos Gomes e José Nilton Mesquita de Sousa, respectivamente.

Hidrolândia-CE, 10 de agosto de 2016.

**ALEXANDRE RODRIGUES ROCHA**

Presidente da Comissão de Licitação.

**Publicado por:**

Alexandre Rodrigues Rocha

**Código Identificador:**37D887FE

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAU**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**PORTARIA Nº. 04/2016**

**DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA VERSÃO CONSOLIDADA DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IGUATU.**

O Procurador Geral do Município de Iguatu – KLAUS DE PINHO PESSOA BORGES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Publicar a versão consolidada da Lei Orgânica do Município de Iguatu, para fins de maior publicidade e transparência.

**Registre-se.  
Publique-se.  
Cumpra-se.**

**IGUATU/CE, 10 de agosto de 2016.**

**KLAUS DE PINHO PESSOA BORGES**  
Procurador Geral

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU**

**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE IGUATU  
CÂMARA MUNICIPAL**

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IGUATU**

Dispõe sobre a Organização Jurídico-Política do Município de Iguatu

**PREÂMBULO**

O povo do Município de Iguatu, através de seus representantes, no exercício da atividade constituinte, invocando a proteção de Deus, estabelece, decreta e promulga a presente Lei Orgânica esteada nos princípios da Construção do Estado do Ceará e na Constituição da República Federativa do Brasil.

**SUMÁRIO**

**TÍTULO I**

**Da Organização Municipal**

CAPÍTULO I – Das Disposições Preliminares

CAPÍTULO II – Dos Bens Municipais

CAPÍTULO III – Da Competência do Município

CAPÍTULO IV – Da Soberania e Participação Popular

**TÍTULO II**

**Do Governo Municipal**

CAPÍTULO I – Do Poder Legislativo

Seção I – Das Disposições Gerais

Seção II – Da Instalação da Câmara e Posse dos Vereadores

Seção III – Dos Vereadores

Seção IV – Da Mesa da Câmara

Seção V – Das Atribuições da Câmara Municipal

Seção VI – Das Comissões

Seção VII – Das Deliberações

Seção VIII – Das Leis e do Processo Legislativo

Subseção I – Das Disposições Gerais

Subseção II – Das Emendas à Lei Orgânica

Subseção III – Das Leis

Seção IX – Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

CAPÍTULO II – Do Poder Executivo

Seção I – Das Disposições Gerais

Seção II – Das Atribuições do Prefeito

Seção III – Da Responsabilidade do Prefeito

Seção IV – Dos Secretários e Diretores de Autarquias

Seção V – Dos Atos Municipais

Seção VI – Da Procuradoria do Município

CAPÍTULO III – Da Administração Pública

Seção I – Das Disposições Gerais

Seção II – Dos Servidores Municipais

CAPÍTULO IV – Dos Conselhos Municipais

**TÍTULO III**

**Da Tributação e do Orçamento**

CAPÍTULO I – Dos Impostos Municipais

CAPÍTULO II – Dos Orçamentos

**TÍTULO IV**

**Da Ordem Econômica**

CAPÍTULO I – Das Disposições Gerais

CAPÍTULO II – Da Política Urbana

CAPÍTULO III – Da Política Agrícola e Fundiária

**TÍTULO V**

**Da Ordem Social**

Seção Única – Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I – Da Família

CAPÍTULO II – Da Educação e Cultura

CAPÍTULO III – Da Saúde

CAPÍTULO IV – Do Meio Ambiente

CAPÍTULO V – Do Esporte e Lazer

**ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**TÍTULO I**

**DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Município de Iguatu integra, com autonomia política, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil e o

Estado do Ceará, regendo-se por esta Lei Orgânica e demais Leis que adotar, nos termos da Constituição Federal e da Constituição do Estado.

§ 1º - É mantido o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados em termos da Legislação Estadual.

§ 2º - Todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos das Constituições Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.

§ 3º - Constituem objetivos fundamentais do Município de Iguatu, contribuir para:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – promover o bem comum de todos os munícipes;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

§ 4º - São símbolos do Município de Iguatu, o Brasão de Armas, a Bandeira do Município e outros estabelecidos em lei municipal.

Art. 2º - O Município divide-se em Distritos já existente ou a serem criados, organizados ou suprimidos por lei municipal, observada a Legislação Estadual e o seguinte:

- I – que a sede do Distrito possua, no mínimo, cinquenta casas;
- II – a criação de Distritos poderá efetuar-se mediante fusão ou extinção de dois ou mais Distritos e consulta plebiscitária à área atingida;
- III – que possua escola pública em que funcione regularmente o 1º Grau Menor;
- IV – o Distrito terá nome da respectiva sede, cuja categoria será a de Vila;
- V – que tenha vinte por cento do que determina a Constituição Estadual para criação de Município sobre:
  - a) população;
  - b) eleitores;

Parágrafo Único – Fica criado Distrito e eleva-se à categoria de Vila toda região interessada que preencher os requisitos deste artigo.

Art. 3º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Salvo as exceções previstas nesta Lei, um órgão não pode delegar atribuições a outro.

§ 2º - O cidadão investido na função de um deles não pode exercer a de outro.

## **CAPÍTULO II DOS BENS MUNICIPAIS**

Art. 4º - É vedado ao Poder Executivo alienar, permitir, conceder ou doar bens públicos e espaços em logradouros públicos, para qualquer fim, sem prévia autorização do Poder Legislativo, respeitadas as normas gerais estabelecidas pela União na forma do Art. 22, XXVII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito, as permissões, concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o que preceitua este artigo.

§ 2º - Os bens ou espaço permitidos ou concedidos serão sujeitos à regulamentação e fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 3º - O Município poderá retornar, sem indenização, os bens e espaços permitidos ou concedidos, desde que em desacordo com o contrato.

§ 4º - O edital para qualquer modalidade de licitação terá ampla divulgação pelos meios de comunicação de massa.

Art. 5º - Reverterão ao Município, ao termo da vigência de qualquer concessão para o serviço público local, com privilégio exclusivo,

todos os bens materiais do mesmo serviço, independentemente de qualquer indenização.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo obrigado a preservar todo patrimônio público.

§ 1º - Nenhum logradouro ou prédio poderá ser demolido sem prévia autorização da Câmara Municipal e consulta à população da área atingida.

§ 2º - Nenhuma edificação com no mínimo de trinta e cinco anos de existência será colocada à venda, sem prévia autorização do Legislativo Municipal.

§ 3º - O comprador preferencial será a Prefeitura Municipal de Iguatu que, adotadas as providências cabíveis, quando constatado qualquer caráter histórico da referida edificação, tombara-la para o patrimônio histórico municipal.

§ 4º - O não cumprimento no disposto neste artigo implicará em infração político-administrativa.

Art. 7º - Cabe ao Chefe do Poder Executivo a administração dos bens municipais, respeitada a competência do Poder Legislativo, quando esses forem utilizados em seus serviços.

Art. 8º - Todos os prédios e logradouros públicos e privados que forem construídos ou reformados a partir da promulgação da Lei Orgânica serão dotados de estruturas que facilitem o acesso aos deficientes físicos.

Art. 9º - O Município não poderá colocar nomes de pessoas vivas em prédios, logradouros e demais obras públicas.

Parágrafo Único – Os nomes de pessoas vivas já existentes em locais públicos, sem fundamento legal, serão regularizados atrás de lei.

Art. 10 – Em toda inauguração ou reinauguração, far-se-á referência aos operários que trabalham na execução da obra.

## **CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO**

Art. 11 – Compete ao Município de Iguatu, no exercício de sua autonomia:

- I – organizar-se juridicamente, decretar as leis, atos e medidas de seu interesse local;
- II – instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar as suas rendas;
- III – organizar seus serviços administrativos e patrimoniais;
- IV – administrar seus bens, adquiri-los e aliena-los, aceitar doações, legados e heranças e dispor de sua aplicação na forma da lei;
- V – desapropriar, por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, observada a legislação federal;
- VI – conceder, permitir e autorizar os serviços públicos locais e os que lhe sejam concorrentes;
- VII – instituir o Regime Jurídico Único de seus servidores, bem como estabelecer os Planos de Carreiras e zelar pela valorização profissional e remuneração condigna dos mesmos;
- VIII – elaborar o Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamentos, de zoneamentos, bem como as diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;
- IX – estabelecer normas de prevenção e controle de ruído, de poluição do meio ambiente e das águas.
- X – conceder e permitir os serviços de transportes coletivos que possuem caráter essencial, táxis e outros, fixando suas tarifas, itinerários, ponto de estabelecimentos e paradas, regulamentar a utilização dos logradouros públicos e sinalizar as faixas de rolamento e as zonas de silêncio, estabelecer lombadas e providenciar arborização no perímetro urbano, disciplinar os serviços de carga e descarga e a fixação de tonelagem máxima permitida a veículos que circulam no Município.



XI – estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

XII – disciplinar a limpeza dos logradouros públicos, a remoção do lixo domiciliar e dispor sobre a prevenção de incêndios;

XIII – licenciar estabelecimentos comerciais de prestação de serviços e outros, caçar os alvarás de licença dos que se tornarem danosos à saúde, à higiene e ao bem-estar públicos ou aos bons costumes;

XIV – fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, bem como disciplinar sobre o comércio ambulante e de feiras livres;

XV – dispor sobre o serviço funerário e cemitério, fiscalizando os que pertencerem a instituições religiosas ou particulares;

XVI – interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameaçam a segurança coletiva;

XVII – regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, símbolos ou quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda;

XVIII – regulamentar e fiscalizar as competências esportivas, os espetáculos e os divertimentos públicos;

XIX – legislar sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas apreendidas;

XX – promover os seguintes serviços: mercados, feiras e matadouros;

iluminação pública.

XXI – criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

XXII – dar ampla publicidade a leis, decretos, editais e demais atos administrativos, através dos meios de que dispuser;

XXIII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

XXIV – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

XXV – promover a proteção do Patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

XXVI – legislar sobre assuntos de interesse local;

XXVII – suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;

XXVIII – construir, reparar e conservar cais, muralhas, calçadas, viadutos, pontes, pontilhões, chafarizes, lavanderias públicas e estradas municipais;

XXIX – prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro, por seus serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXX – implantar um banco de materiais de construção, para em um programa próprio, atender as pessoas de baixa renda em recuperação de morais.

XXXI – formar sua equipe de Defesa Civil, juntamente com o Corpo de Bombeiros.

Art. 12 – Compete, ainda, ao Município, concorrentemente com a União ou o Estado, ou supletivamente a eles.

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

II – cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, cultural ou artístico;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

VI – preservar a fauna e a flora;

VII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VIII – promover programas de construção de moradias, a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX – combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização, promovendo integração social dos setores desfavorecidos;

X – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XI – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XII – colaborar com o amparo à maternidade, à infância e desvalidos, bem como na proteção dos moradores abandonados.

Art. 13 – O dia vinte e cinco de janeiro que assinala a data da emancipação do Município de Iguatu, é o dia oficial do Município.

Art. 14 – É vedado ao Município:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Art. 15 – O Município pode celebrar convênios com a União, Estado e Municípios, mediante prévia autorização da Câmara Municipal para execução de suas leis, serviços e decisões, bem como para executar encargos análogos dessas pessoas jurídicas de direito público interno.

§ 1º - O Município, através de convênios ou consórcios com os Municípios da mesma microrregião, poderá criar entidades intermunicipais para realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo os mesmos ser aprovados por leis dos Municípios que deles participem.

§ 2º - É permitida a delegação de poderes, entre o Estado e o Município, também por convênio, os serviços de competência concorrentes, assegurados os recursos necessários;

Art. 16 – O Município, obrigatoriamente, transportará da zona rural para a sede do Município ou para a sede do Distrito mais próximo, alunos carentes, matriculados a partir da quinta série do primeiro grau.

Art. 17 – Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a fornecer uniforme e equipamentos necessários aos servidores de atividades penosas, insalubres e perigosas.

## CAPÍTULO IV

### DA SOBERANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 18 – Todos os órgãos do Poder Municipal e entidades são acessíveis ao indivíduo, por petição ou representação, em defesa de direito ou em salvaguarda cívica de interesse coletivo e do meio ambiente.

§ 1º - A autoridade a quem for dirigida a petição ou representação deverá oficializar o seu ingresso, assegurando-lhe tramitação rápida, dando-lhe fundamento legal ao exarar a decisão.

§ 2º - O interessado deverá ser informado da solução, aprovada por correspondência oficial, no prazo de sessenta dias a contar do protocolo, sendo-lhe fornecida certidão se a requerer.

§ 3º - É facultado a todos o acesso a informações do que contar a seu respeito nos registros em bancos de dados municipais públicos ou privados, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir a qualquer tempo, sua retificação e atualização.

§ 4º - Pode o cidadão, diante da lesão ao patrimônio público, promover ação popular contra abuso de poder, para defesa do meio ambiente, ficando o infrator ou autoridade omissa, responsável pelos danos causados e custas processuais.

Art. 19 – É plena a liberdade de associações para fins lícitos.

Parágrafo Único – Em se tratando de bairros, vilas e distritos, somente será permitida a existência de uma associação, que poderá ser reconhecida de utilidade pública pelo Poder Legislativo.

Art. 20 – Qualquer pessoa, desde que agindo com respeito aos valores éticos e sociais do cidadão e da família, terá garantido seu acesso aos meios de comunicação de Iguatu.



## TÍTULO II DO GOVERNO MUNICIPAL

### CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – A Câmara Municipal compõe-se de Vereadores, eleitos na forma da lei, por sufrágio universal direto e secreto, simultaneamente, com o Prefeito e Vice-Prefeito.

**Art.22.** O número de vagas de Vereadores deverá ser fixado pelo Poder Legislativo Municipal, obedecidos os princípios e limites estabelecidos no Item IV; alínea “e” do Art. 29 da Constituição Federal.

**\*Artigo 22 alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:**  
~~Art. 22 – A Câmara Municipal terá Vereadores em número de conformidade com o que preceitua a Constituição Federal. Parágrafo Único – Fica fixado o número de Cadeiras da Câmara Municipal de Iguatu em 21 (vinte e um) Vereadores.~~

§1º Permanecerá, até que haja nova fixação, o número de vagas existentes e sua alteração dar-se-á mediante decreto legislativo da Mesa da Câmara, no final da sessão legislativa do ano que anteceder as eleições. (N.R.)

**\*§1º acrescentado pela Emenda nº. 18/2014.**

§2º A Mesa da Câmara remeterá ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após sua edição, cópia do decreto legislativo de que trata o caput deste artigo. (N.R.)

**\*§2º acrescentado pela Emenda nº. 18/2014.**

Art. 23 – O início do primeiro período legislativo da Câmara será no dia primeiro de janeiro a trinta de junho e o segundo, de primeiro de agosto a trinta de novembro.

Art. 24 – Far-se-á eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Iguatu, no dia 1º (primeiro) de janeiro para início de legislatura e renovação da Mesa, com mandato de dois anos.

§ 1º - Eleger-se-á um Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, Primeiro, Segundo e Terceiro Secretários e Primeiro e Segundo Tesoureiros.

§ 2º - Fica permitida apenas para o Presidente da Mesa Diretora concorrer à reeleição do mencionado cargo, para período subsequente.

Art. 25 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados a Câmara Municipal, serão entregues antes do dia vinte de cada mês.

§ 1º - O duodécimo incluirá, além da remuneração dos senhores Vereadores, numerários suficientes para a manutenção e funcionamento regular dos serviços e encargos da Câmara Municipal.

§ 2º - A Câmara Municipal terá organização contábil própria, devendo prestar contas ao plenário dos recursos que lhe forem consignados, respondendo por seus erros ou qualquer ato ilícito em sua aplicação.

§ 3º - Aplicam-se aos balancetes mensais e às prestações de contas anuais da Câmara Municipal, todos os procedimentos e dispositivos previstos para matérias correspondentes relacionados com o Poder Executivo Municipal.

## SEÇÃO II DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA E POSSE DOS VEREADORES

Art. 26 – No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro, às dez horas, em sessão solene de instalação, independentemente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Parágrafo Único – O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de trinta dias, salvo motivo justo apresentado à Câmara.

## SEÇÃO III DOS VEREADORES

Art. 27 – É vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do diploma:

- a) firma ou manter contrato com o Município ou qualquer empresa pública da administração direta ou indireta;
- b) aceitar cargo, emprego ou função na Administração Pública direta ou indireta municipal, salvo aprovado em concurso público, observado o disposto do Art. 38 da Constituição da República Federativa do Brasil.

II – desde a posse:

- a) ocupar cargo, emprego ou função na Administração Municipal, salvo com Secretário ou Diretor, desde que se licencie do mandato;
- b) exercer outro cargo eletivo;
- c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato de pessoa jurídica de direito público do Município ou exerça função remunerada;
- d) patrocinar causas junto ao Município que beneficiem entidade, conforme alínea “a” do inciso I.

Art. 28 – Perderá o mandato o Vereador que:

- I – infringir o artigo anterior, sendo-lhe assegurada ampla defesa;
- II – faltar com decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;
- III – praticar corrupção ou improbidade administrativa;
- IV – faltar a um terço das sessões legislativas no ano, salvo justificativa comprobatória;
- V – fixar residência fora do Município;
- VI – perder ou tiver seus direitos políticos suspensos;
- VII – sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

Parágrafo Único – Além de outros casos definidos no Regime interno da Câmara Municipal, é incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas ou percepção de vantagens ilícitas.

Art. 29 – Extingue-se o mandato do Vereador, mediante ato declaratório do Presidente da Câmara, quando:

- I – ocorrer falecimento, renúncia escrita com firma reconhecida ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II – nos casos de impedimento para o exercício do mandato, estabelecido em lei, que não esteja desincompatibilizado até a data da posse.

§ 1º - Ocorrido e comprovado ato ou fato de extinção do mandato, o Presidente da Câmara fará constar em ata da primeira sessão, a declaração de extinção do mandato e convocará, imediatamente, o respectivo suplente.

§ 2º - Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências constantes no parágrafo anterior, o suplente do Vereador poderá requerer a declaração do mandato por via judicial, respeitando o disposto neste artigo, de acordo com as legislações estadual e federal.

Art. 30 – O Vereador poderá licenciar-se somente:

- I – por moléstia devidamente comprovada;
- II – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural e interesse do Município;
- III – para tratar de interesse particular.

Parágrafo Único – O Vereador investido no cargo de Secretário de Estado ou do Município não poderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, caso em que será convocado o primeiro suplente.

Art. 31 – As licenças concedidas aos Vereadores terão os seguintes prazos: trinta, sessenta, noventa e cento e vinte dias, não podendo ser interrompido o prazo previamente concedido, antes do término da licença.

§ 1º - Concedida à licença, o Presidente da Câmara convocará o respectivo suplente.

§ 2º - O Vereador não poderá ausentar-se do Município com prazo superior a trinta dias sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda de mandato.

§ 3º - As licenças de saúde serão concedidas após parecer de uma junta médica oficial, indicada pela Câmara Municipal.

**Art.32. A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais, de acordo com a alínea “c”, do inciso VI do art. 29 da Constituição Federal.**

**\*Artigo 32 alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:**  
~~Art. 32 – A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal.~~

**§1º Revogado.**

**\*§1º revogado pela Emenda nº. 18/2014.**

§ 2º - Além da remuneração como subsídio, terão direito à verba de representação o Presidente, o Primeiro Secretário da Mesa Diretora, sendo no valor de zero até cem por cento e zero até oitenta por cento da representação do Prefeito Municipal, respectivamente, a qual será determinada por resolução e regulamentada por Decreto Legislativo.

Art. 33 – Os critérios para a Câmara Municipal fixar a remuneração do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Vereadores serão com base no que expressa a Constituição da República Federativa do Brasil em seu Art. 29, V, disciplinando através de Projeto de Resolução apresentado pela Mesa Diretora ou por Comissão Permanente da Câmara Municipal no exercício anterior.

Parágrafo Único – A regulamentação dos subsídios e seus reajustes será feita através de Decreto Legislativo, obedecendo aos critérios estabelecidos na Resolução que os fixou.

Art. 34 – O Vereador que faltar, injustificavelmente, a três sessões mensais, ordinárias, extraordinárias, terá dois décimos de descontos em seus subsídios e, para cada uma falta injustificável, além das três já mencionadas, terá um décimo de desconto em seus subsídios.

Art. 35 – O Vereador é inviolável no âmbito de seu Município por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - O Vereador, no exercício de seu mandato, terá acesso livre a toda e qualquer documentação da administração pública direta e indireta e suas autarquias, assim como as informações que solicitar por escrito no âmbito do Poder Executivo.

§ 2º - O Vereador, no âmbito do Município terá livre acesso aos eventos públicos, mediante identificação funcional de legislador.

## SEÇÃO IV DA MESA DA CÂMARA

Art. 36 – Imediatamente depois da posse, os vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado dentre os presentes e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão, por escrutínio secreto, os componentes da Mesa que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta ou se houver empate, proceder-se-á, imediatamente a novo escrutínio por maioria relativa e, se ocorrer novo empate, considerar-se-á eleito o mais idoso.

§ 2º - Não havendo número legal, o Vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

§ 3º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.

Art. 37 – Compete à Mesa, dentre outras atribuições:

- I – propor Projetos de Lei que criem ou extingam cargos da Secretaria da Câmara fixem os respectivos vencimentos;
- II – elaborar proposta orçamentária da Câmara a ser incluída na Proposta Orçamentária do Município e fazer mediante Ato, a discriminação analítica das dotações respectivas, bem como altera-las quando necessário;
- III – apresentar Projetos de Lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, desde que os recursos respectivos provenham da anulação parcial ou total de dotações da Câmara;
- IV – suplementar, mediante Ato, as dotações de Orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua abertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias.

Art. 38 – Ao Presidente da Câmara dentre outras atribuições, compete:

- I – representar a Câmara em juízo e fora dele;
- II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III – interpretar e fazer cumprir o Regime Interno;
- IV – promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;
- V – declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VI – fazer publicar os Atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por Ele promulgado;
- VII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;
- VIII – apresentar ao Plenário até o dia vinte de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;
- IX – representar sobre a inconstitucionalidade de Lei ou Ato Municipal;
- X – solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado;
- XI – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim.

## SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 39 – Compete a Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente:

- I – instituir e arrecadar os tributos;
- II – aplicar suas rendas;
- III – autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívida;
- IV – votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento plurianual de investimento;
- V – autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- VI – participar da confecção do orçamento, destinando sua aplicação e aprovação;

VII – deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimo e operação de crédito, bem como os meios e formas de pagamento;  
 VIII – autorizar concessão de auxílios e subvenções;  
 IX – autorizar concessões ou permissão de serviços públicos;  
 X – autorizar obras públicas, construção, ampliação ou reforma;  
 XI – autorizar o planejamento de uso e ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;  
 XII – autorizar concessão de direito real de uso de bens municipais;  
 XIII – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis;  
 XIV – autorizar aquisição de bens móveis e imóveis, inclusive por desapropriação;  
 XV – aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integral;  
 XVI – autorizar convênios com entidades públicas, particulares e consórcios com outros Municípios;  
 XVII – delimitar o perímetro urbano;  
 XVIII – autorizar alteração de nomenclatura de praças, vias e logradouros públicos;  
 XIX – criar, extinguir, organizar e fundir Distritos, observando a legislação Estadual e Lei Orgânica;  
 XX – autorizar desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;  
 XXI – permitir ou organizar a execução de serviços públicos por terceiros;  
 XXII – prover os serviços de obras da Administração Pública;  
 XXIII – autorizar a ampliação de multas para qualquer situação que será determinada em lei complementar;  
 XXIV – autorizar o desenvolvimento do sistema viário do Município;  
 XXV – autorizar providências sobre a incrementação do ensino;  
 XXVI – estabelecer normas urbanísticas, particularmente de edificação, loteamento, arruamento urbano e rural, as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território.

Art. 40 – Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – eleger a sua Mesa Diretora, bem como destitui-la na forma desta Lei Orgânica do Regimento Interno;  
 II – elaborar seu Regimento Interno;  
 III – fixar remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observando o disposto no inciso V do Art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil;  
 IV – exercer com auxílios do Conselho de Contas dos Municípios a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;  
 V – julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;  
 VI – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;  
 VII – dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;  
 VIII – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município quando a ausência exceder dez dias;  
 IX – mudar temporariamente a sua sede;  
 X – fiscalizar e controlar, diretamente, os Atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;  
 XI – proceder à tomada de contas do Prefeito quando não apresentada à Câmara dentro do prazo legal;  
 XII – processar e julgar os Vereadores na forma desta Lei Orgânica;  
 XIII – representar ao Procurador Geral da Justiça mediante aprovação de dois terços de seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública que tiver conhecimento;  
 XIV – dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e Vereadores, conhecer a renúncia afasta-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em lei;  
 XV – conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para afastamento do cargo;  
 XVI – criar Comissões Especiais de Inquérito sob fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal sempre que o requer, pelo menos, um terço dos membros da Câmara;

XVII – convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações de sua competência no prazo de vinte dias;  
 XVIII – solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à Administração;  
 XIX – autorizar referendo e convocar plebiscito;  
 XX – decidir sobre a perda de mandato de Vereadores por voto secreto e maioria dois terços de seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica;  
 XXI – conceder título honorífico a pessoas que tenham, reconhecidamente, prestado serviço ao Município, mediante Projeto de Lei aprovado pela maioria de dois terços de seus membros.

## SEÇÃO VI DAS COMISSÕES

Art. 41 – As Comissões Permanentes da Câmara, serão eleitas na primeira sessão ordinária da próxima Mesa Diretora, igualmente pelo prazo de um ano, sendo permitida a reeleição dos seus membros para os mesmos cargos.

§ 1º - São as seguintes as Comissões Permanentes da Câmara Municipal:

I – Poder de Política;  
 II – Finanças e Orçamento;  
 III – Legislação, Constituição e Justiça;  
 IV – Obras Públicas;  
 V – Agricultura e Abastecimento;  
 VI – Educação, Cultura e Assistência Social;  
 VII – Defesa do Meio Ambiente;  
 VIII – Redação de Lei;  
 IX – Comissão de Ética e Direitos Humanos;  
 X – Comissão de Desenvolvimento Econômico.

§ 2º - Na composição das Comissões, quer permanentes, quer temporárias, assegurar-se-á tanto quanto possível à representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

§ 3º - O processo da eleição das Comissões será em votação nominal e aberta, podendo realizar-se-á até quarenta e oito horas após a eleição da Mesa Diretora.

## SEÇÃO VII DAS DELIBERAÇÕES

Art. 42 – As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

§ 1º - A aprovação da matéria em discussão, salvo exceções previstas nos parágrafos seguintes dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão.

§ 2º - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

I – Código Tributário do Município;  
 II – Código de Obras ou de Edificações;  
 III – Estatuto dos Serviços Municipais;  
 IV – Regimento Interno da Câmara;  
 V – criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores;  
 VI – rejeição de veto, parcial ou total do Prefeito a Projetos de Lei.

§ 3º - Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara:

I – as leis concernentes a:  
 a) aprovação e alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integral;  
 b) concessão de serviços públicos;  
 c) concessão de direito real de uso;  
 d) alienação de bens imóveis;  
 e) aquisição de bens imóveis por doação com encargos;  
 f) alteração de denominação de prédios, vias e logradouros públicos;  
 g) obtenção de empréstimos de particular.  
 II – realização sessão secreta;

III – rejeição de parecer prévio do Conselho de Contas dos Municípios;  
 IV – concessão de títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;  
 V – aprovação de representação solicitando a alteração do nome do Município;  
 VI – destituição de componentes da Mesa;  
 VII – emendas à Lei Orgânica.

§ 4º - O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto:  
 I – na eleição da Mesa;  
 II – quando a matéria exigir para sua aprovação o voto favorável de dois terços dos membros da Mesa;  
 III – quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

## SEÇÃO VIII DAS LEIS E DO PROCESSO LEGISLATIVO

### SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 – O processo legislativo compreende:  
 I – emendas à Lei Orgânica do Município;  
 II – leis complementares;  
 III – leis ordinárias;  
 IV – Resoluções;  
 V – Decretos Legislativos.

### SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 44 – A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta:

I – do Prefeito;  
 II – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A matéria constante de proposta na mesma sessão legislativa.

### SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 45 – As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável de maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 46 – A iniciativa das Leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito e qualquer membro ou comissão da Câmara, observado o disposto nesta Lei.

Art. 47 – É da competência exclusiva da Câmara a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:  
 I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus serviços;  
 II – fixação ou aumento de remuneração de seus servidores;  
 III – organização e funcionamento dos seus serviços.

Art. 48 – A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação de Projeto de Lei a Câmara, subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada exigindo-se, para seu recebimento, identificação dos assinantes e número do respectivo título eleitoral.

§ 2º - A tramitação dos Projetos de Lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo estabelecido nesta lei.

Art. 49 – O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de quarenta e cinco dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quando aos demais assuntos.

§ 2º - O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos de codificação.

**Art. 50 – O projeto aprovado em dois turnos de votação será, no prazo de dez dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que o sancionará e promulgará, no prazo de quinze dias úteis.**

Parágrafo Único – Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 51 – Se o Prefeito julgar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetara-lo, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, comunicando dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 1º - O veto deverá sempre ser justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral do artigo, do parágrafo, do inciso ou da alínea.

§ 2º - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão.

§ 3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutínio secreto.

§ 4º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 2º deste artigo, o veto colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 5º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito em quarenta e oito horas, para a sua promulgação.

§ 6º - Se o Prefeito não promulgar a lei em quarenta e oito horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara promulgara-la e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo, fazê-lo.

§ 7º - A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número de lei original, observado o prazo estipulado no parágrafo 6º.

§ 9º - O prazo previsto no § 2º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10 – A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 – Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 52 – A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Art. 53 – O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

Art. 54 – Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá dotar medidas provisórias, com força de lei, as quais serão submetidas, de imediato, a Câmara Municipal, para conversão em lei.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no caput deste artigo, durante o recesso da Câmara, será ela convocada extraordinariamente, para se reunir no prazo de cinco dias.

§ 2º - As medidas provisórias perderão eficácia desde a sua edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias a partir de sua publicação.

§ 3º - A Câmara Municipal disciplinará as relações jurídicas decorrentes das medidas provisórias não convertidas em lei.

Art. 55 – O Decreto Legislativo é destinado a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos extremos e a Resolução destinada a regular matéria político-administrativa de competência exclusiva da Câmara.

Parágrafo Único – O Decreto Legislativo e a Resolução aprovada pelo plenário, em turno único de votação, independe de sanção do Prefeito e serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

## **SEÇÃO IX DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Art. 56 – A fiscalização financeira e orçamentária do Município será exercida, extremamente, pela Câmara Municipal com o auxílio do Conselho de Contas dos municípios e pelo Sistema de Controle Interno de cada Poder.

Parágrafo Único – Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 57 – O Prefeito Municipal é obrigado a enviar à Câmara Municipal e ao Conselho de Contas dos Municípios, até o dia quinze do mês subsequente, Prestações de Contas relativas à aplicação dos recursos, acompanhada da documentação alusiva à matéria, que ficará à disposição dos Vereadores para exame.

§ 1º - A não observância do disposto neste artigo constitui infração político-administrativa.

§ 2º - O parecer prévio sobre as Contas que a Mesa da Câmara e o Prefeito devem prestar anualmente, emitido pelo Conselho de Contas dos Municípios, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - A apreciação das Contas da Mesa da Câmara e do Prefeito dar-se-á no prazo de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Conselho ou, estando a Câmara em recesso, durante o primeiro mês da sessão legislativa imediata, observados os seguintes preceitos:

I – decorrido o prazo para deliberação, sem que essa tenha sido tomada, as Contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, conforme a conclusão do parecer do Conselho;

II – rejeitadas as Contas, com ou sem apreciação da Câmara, serão elas remetidas ao Ministério Público, para os fins previstos em lei.

§ 4º - As Contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia trinta e primeiro de janeiro do ano subsequente, ficando durante sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as Contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara ao Conselho de Contas dos Municípios para que este emita o competente parecer técnico.

Art. 58 - A Câmara Municipal fixará mensalmente, relatório resumido de toda a despesa e receita da Câmara, em lugar visível, na sede parlamentar, até o dia dez do mês subsequente.

Art. 59 – Os Poderes Executivo e Legislativo manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II – comprovar a legalidade e legitimidade como também avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV – apoiar o controle extremo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimentos de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Câmara Municipal ou ao Conselho de Contas dos Municípios, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Conselho de Contas dos Municípios.

Art. 60 – A Câmara Municipal poderá representar contra qualquer ato do Conselho de Contas dos Municípios que considerar abusivo ou fora de sua competência ou que venha ferir o disposto no Art. 31 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO**

### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 61 – O Prefeito é o Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos mediante sufrágio direto, secreto e universal, em pleno simultaneamente realizado em todo o País, até noventa dias antes do término dos mandatos daqueles a que devam suceder.

§ 2º - O mandato de Prefeito e Vice-Prefeito será de quatro anos e a posse verificara-se em primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição.

§ 3º - O Vice-Prefeito além de substituir eventualmente o Prefeito, terá segurado a opção por um cargo de Secretário Municipal, dentro de suas aptidões ou formação técnica, percebendo apenas por um dos cargos que ocupar, cumulativamente.

§ 4º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores no ato da posse, no início e término do mandato, deverão desincompatibilizar-se e fazer declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ato o seu resumo.

§ 5º - Todo o candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e a Vereador, se eleito, ao terminar o mandato terá que justificar o aumento de seu resumo.

Art. 62 – As incompatibilidades declaradas nos artigos 27 e 28 desta Lei Orgânica, estendem-se ao Prefeito e Vice-Prefeito, no que couber.

Art. 63 – Terá pensão vitalícia à viúva, viúvo, inválido, dependente menor ou deficiência física de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador que tenha falecido ou ficado inválido no exercício do mandato.

Parágrafo Único – O que determina este artigo terá validade para quem já morreu no exercício de mandato eletivo municipal.

### **SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO**

Art. 64 – Qualquer ato do Poder Executivo, de seus auxiliares administrativos diretos, indiretos que venha suprimir as prerrogativas

do legislativo e de seus membros, pedindo a atividade fiscalizadora do Vereador ou que dificulte o funcionamento de Comissão Especial instituída pela Câmara, implicará esse em infração político-administrativa.

Parágrafo Único – A infração de que se trata esse artigo obrigará a Câmara proporcionar assistência jurídica para representar em defesa do Poder e de seus membros.

Art. 65 – O Prefeito Municipal comparecerá trimestralmente a Câmara Municipal, para apresentar relatório geral da Administração e responderá indagações dos Vereadores sobre ações governamentais.

Art. 66 – Compete ao Prefeito dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município de acordo com a lei, bem como:

- I – iniciativa de lei;
- II – representar o Município em juízo e fora dele;
- III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir requerimento de fiel execução;
- IV – vetar, de todo ou em parte, projetos aprovados pela Câmara;
- V – decretar, de conformidade com Lei;
- VI – expedir portarias e outros Atos Administrativos;
- VII – elaborar Projetos de Lei de desapropriação, de utilidade pública, observadas disposições legais;
- VIII – permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;
- IX – prover e extinguir os cargos públicos municipais;
- X – enviar à Câmara Projetos de Lei relativos ao Orçamento anual e ao Plano Plurianual do Município e autarquias, que poderão sofrer emendas do Poder Legislativo;
- XI – encaminhar à Câmara até 15 de fevereiro, Prestação de Contas e os balancetes do exercício findo;
- XII – prestar informações a Câmara, dentro quinze dias, se solicitadas;
- XIII – prover os exercícios e obras públicas;
- XIV – superintender arrecadação dos tributos, a guarda e aplicação das Receitas, autorizando as defesas de pagamentos previstos em lei;
- XV – aplicar multas previstas em lei;
- XVI – cobrar taxas ou tarifas;
- XVII – resolver sobre requerimento, ofícios, reclamações ou representações que forem dirigidas;
- XVIII – oficializar, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis às vias e logradouros públicos, mediante aprovação da Câmara;
- XIX – convocar a Câmara extraordinariamente;
- XX – enviar à Câmara Projetos de Lei de edificação e plano de loteamento, arruamento e zoneamento urbano;
- XXI – apresentar à Câmara anualmente, relatório circunstanciado sobre o estudo das obras e serviços do Município;
- XXII – enviar à Câmara o Programa de Administração para o ano seguinte, a fim de receber sugestões e, posteriormente, cumpri-lo;
- XXIII – organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas destinadas;
- XXIV – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante autorização legislativa;
- XXV – providenciar a administração dos bens do Município e sua alienação, mediante autorização legislativa;
- XXVI – organizar e dividir os serviços relativos às terras do Município, nos termos da Lei;
- XXVII – desenvolver o sistema viário do Município regulamentando-o em Lei;
- XXVIII – conceder, auxiliar, premiar, subvencionar, doar ou conceder nos respectivos limites orçamentários de bens ou serviços públicos, mediante autorização da Câmara Municipal;
- XXIX – providenciar o incremento do ensino, mediante lei complementar;
- XXX – estabelecer a divisão administrativa do Município;
- XXXI – solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento dos seus atos;
- XXXII – adotar providências para conservação e salvaguarda do patrimônio Municipal;
- XXXIII – publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária.

Parágrafo Único – As disposições previstas nos incisos deste artigo serão adotadas na forma da lei.

### SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 67 – São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal os atos atendem contra a Constituição Federal, Estadual, esta Lei Orgânica e, especialmente, contra:

- I – o livre exercício dos poderes constituídos;
- II – o exercício dos direitos individuais, políticos e sociais;
- III – a honestidade na Administração Pública e a moralidade administrativa;
- IV – as leis orçamentárias;
- V – cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo Único – Essas infrações serão definidas em lei específica.

Art. 68 – Admitida à acusação por dois terços da Câmara, o Prefeito será julgado nas infrações político-administrativas e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns, independente de pronunciamento do Legislativo.

§ 1º - O Prefeito ficará suspenso de suas funções:

- I – nas infrações penais comuns, se recebida à denúncia ou queixa-crime pelo tribunal de Justiça;
- II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara Municipal.

§ 2º - O Prefeito Municipal, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

### SEÇÃO IV DOS SECRETÁRIOS E DIRETORES DE AUTARQUIAS

Art. 69 – Os Secretários Municipais serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos, residentes no Município de Igatu e no exercício dos direitos políticos.

Art. 70 – Compete ao Secretário Municipal, além das atribuições previstas em Lei;

- I – exercer a orientação, ordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal;
- II – referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;
- III – apresentar ao Prefeito o relatório anual dos serviços na Secretária;
- IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;
- V – expedir instruções para execução de leis, regulamentos e decretos.

Parágrafo Único – Os Secretários serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo e terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto no exercício das funções.

### SEÇÃO V DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 71 – A aplicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou da imprensa local.

§ 1º - No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.

§ 2º - A publicação pela imprensa dos atos não normativos poderá ser resumida.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação em que se levarão em conta, além dos custos, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 72 – A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de lei;
- b) criação ou extinção de gratificação, quando autorizada em lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares;
- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
- e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizadas em lei;
- f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
- g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) aprovação dos Estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) fixação, alteração e aprovação de preços dos serviços prestados pelo Município;
- j) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;
- l) aprovação de planos de trabalhos dos órgãos da administração direta;
- m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;
- n) medidas executórias do Plano Diretor;
- o) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas de lei.

II – mediante Portaria quando se tratar de:

- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;
- b) lotação e relotação dos quadros de pessoal;
- c) criação de comissão e designação de seus membros;
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;
- e) autorização para contratação dos servidores por prazo determinando e dispensa;
- f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo Único – Poderão ser delegados os atos constantes no inciso II deste artigo.

## SEÇÃO VI DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Art. 73 – A Procuradoria do Município é uma instituição permanente essencial exercício das funções administrativas e jurisdicionais do Município, sendo responsável em toda plenitude de seus interesses em juízo e fora dele, bem como pela suas atividades de consultoria jurídica, sob o respaldo dos princípios da legalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

Art. 74 – Compete, privativamente, à Procuradoria do Município:

- I – representar judicial e extrajudicialmente o Município em defesa de seu patrimônio e Fazenda Pública;
- II – exercer as atividades de consultoria e assessoria jurídica do Município;
- III – realizar processos administrativo-disciplinares instaurados contra servidores Municipais;
- IV – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei municipal.

**Art. 75.** A Procuradoria Geral do Município tem por Chefe o Procurador Geral do Município nomeado livremente pelo Prefeito Municipal, dentre advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada.

**\*Artigo 75 alterado pela Emenda nº. 16. Redação Anterior:** “~~Art. 75. – A Carreira de Procurador do Município será estruturada com base no Plano de Cargos e Salários dos servidores do Município,~~

~~observados os seguintes requisitos: I – ingresso no cargo inicial da Carreira exclusivamente por concurso público de provas, realizado pela Procuradoria do Município, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil; II – promoção por critério de merecimento de antiguidade, alternativamente, vedadas a transformações e transposições de cargo; III – estabilidade após dois anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; IV – irredutibilidade de vencimento, fixados em lei, com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra categoria; V – jornada de trabalho de quarenta horas semanais.”~~

**§1º.** O Procurador Geral do Município gozará das prerrogativas e honras protocolares correspondentes às de Secretário do Município, sendo, nos casos de ausências ou impedimento, substituído pelo Procurador Geral Adjunto, e este, em idêntica circunstâncias, pelo Procurador Assistente.

**\*§1º acrescentado pela Emenda nº. 16.**

**§ 2º.** O Procurador Geral Adjunto e o Procurador Assistente também serão nomeados livremente pelo Prefeito Municipal dentre os advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada;

**\*§2º acrescentado pela Emenda nº. 16.**

**§ 3º.** Os cargos da classe inicial de Procurador do Município será estruturado com base no Plano de Cargos e Salários dos servidores do Município, observados os seguintes requisitos:

**I** – ingresso no cargo inicial da Carreira exclusivamente por concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil;

**II** – promoção por critério de merecimento de antiguidade, alternativamente, vedadas a transformações e transposições de cargo;

**III** – estabilidade após dois anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

**IV** – irredutibilidade de vencimento, fixados em lei, com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra categoria;

**V** – jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

**\*§3º e seus incisos acrescentados pela Emenda nº. 16.**

## CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art.76. A Administração Pública direta, indireta e fundacional dos Poderes Públicos Municipais obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e ao seguinte:**

**\*Artigo 76 alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~Art.76 A Administração Pública direta, indireta e fundacional dos Poderes Públicos Municipais obedecerá aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade e ao seguinte:~~

**I** – os cargos, funções e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

**II** – os cargos em comissão e funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

**III** – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites fixados em lei complementar à Constituição da República Federativa do Brasil;

**IV** – o não cumprimento dos cargos trabalhistas pelas prestadoras de serviço, apurado na forma da legislação específica, importará na rescisão do contrato sem direito à indenização;



V – a lei fixará o limite máximo de valores entre a maior e a menor remuneração dos serviços públicos, observados os valores percebidos em espécie a qualquer título;

VI – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índice entre civis, far-se-á sempre na mesma data;

VII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

VIII – ressalvando o disposto no inciso anterior e em outras disposições desta Lei, é vedada a vinculação de vencimentos para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, inclusive ao salário mínimo, na conformidade com o que dispõe o artigo 7º, IV da Constituição da República Federativa do Brasil.

IX – os vencimentos dos servidores públicos civis são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, §2º, I e 37, IX e XII da Constituição da República Federativa do Brasil.

X – os cargos de contratação por tempo determinado, não superior a seis meses, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público serão estabelecidos em lei;

XI – é vedada à acumulação remunerada de cargos públicos, permitidos apenas, e quando houver compatibilidade de horários:

- a) de dois cargos de professor;
- b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) de dois cargos privativos de médico.

XII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista;

XIII – somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia e fundação pública;

XIV – depende de autorização legislativa, em qualquer caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XV – ressalvados os cargos de dispensa e inexistência, previstos em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamentos, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualidade técnica e economia indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

XVI – o tempo de serviço dos servidores públicos na administração direta, nas autarquias e nas fundações públicas, será contado como título quando se submeterem a concursos públicos para fins de efetivação na forma da lei;

XVII – a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

§ 1º - Só poderão ingressar no quadro funcional do Município, candidatos previamente aprovados em concurso público, salvo em caso de cargos em comissão.

§ 2º - O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

§ 3º - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargo ou emprego, objeto do concurso.

§4º Fica assegurada a maiores de dezoito anos, a participação nos concursos públicos para ingresso nos serviços da Administração Direta e Indireta.

**\*§4º alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior: §4º - Fica assegurada a maiores de dezoito anos, a participação nos concursos públicos para ingresso nos serviços da Administração Direta e Indireta.**

Art. 77 – A lei estabelecerá as circunstâncias e exceções em que se aplica sanções administrativas, inclusive a demissão ou destituição do servidor público que:

I – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;

II – for proprietário, controlador ou diretor de empresa que mantenha contrato com pessoas jurídicas de direito público;

III – patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I.

Art. 78 – A publicidade dos atos, programas e obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo, ou de origem social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e abusivo culto da personalidade de autoridades e servidores públicos.

§ 1º - A não observância dos preceitos deste artigo implicará na responsabilidade civil, administrativa e política da autoridade e na vedação de manter a administração Municipal direta e indireta, quaisquer vínculos com entidade ou pessoa privada responsável pela produção publicitária ou veiculação das peças promocionais.

§ 2º - Para garantir o cumprimento das normas deste artigo contra fórmulas diretas de promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos, será vedado à administração direta e indireta manter vínculos contratuais com pessoas ou entidades privadas, quando estas divulgarem, em qualquer veículo de comunicação da massa qualquer tipo, peças ou mensagem promocionais alusivas à ação pessoal de qualquer autoridade ou servidor público, identificado por nomes, símbolos, referências pessoais, imagens ou qualquer outra indicação capaz de estabelecer ligação direta ou subliminar.

Art. 79 – Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma e prazo previsto em lei, poderá obter informações a respeito da execução de contratos ou convênios firmados por órgãos ou entidades integrantes da Administração direta, indireta e fundacional do Município, para execução de obras ou serviços, podendo, ainda, denunciar quaisquer irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - É assegurado o controle popular na prestação de serviços públicos mediante direito de petição.

§ 2º - As pessoas responsáveis pela prestação dos serviços públicos, sempre que solicitadas por Órgãos públicos, sindicatos ou associações de usuários, prestarão, no prazo definido em lei, informações detalhadas sobre planos, projetos, investimentos, custos, desempenhos e demais aspectos pertinentes à sua execução sob pena de responsabilidade.

Art. 80 – Compete ao Município fiscalizar, na forma da legislação vigente, a aplicação por suas entidades da Administração direta e indireta e fundações, dos recursos federais que lhes forem transferidos, mediante convênio, acordos ou ajustes, sem elidir a fiscalização de competência dos órgãos do controle interno e externo da União.

Art. 81 – É obrigatório à fixação de quadro com lotação numérica de cargos e funções, sem o que não será permitida a nomeação ou contratação de servidores.

§ 1º - A despesa com pessoal ativo e inativo da Administração direta não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 2º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

- I – se houver dotação orçamentária suficiente;
- II – se houver autorização específica em lei.

§ 3º - As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações terão quadro de lotação próprio, sendo vedada à nomeação ou contratação de pessoas sem a existência de vagas.

§ 4º - Será vedada à contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regulamente exercidas por servidores.

Art. 82 – O Município responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados a Administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-se ao seqüestro e perdimento de bens, nos termos da legislação pertinente.

Art. 83 – Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os eleitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito do benefício previdenciário no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em efetivo exercício.

## SEÇÃO II DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 84 – São direitos do servidor público, entre outros:

I – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria;

II – remuneração do trabalho noturno superior a do diurno;

III – salário-família para os seus dependentes;

IV – duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;

V – repouso semanal remunerado;

VI – remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

VII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do salário normal;

VIII – licença a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 180 (cento e oitenta) dias; (NR)

**\*Inciso VIII do art. 84 alterado pela Emenda nº. 17. Redação anterior (VIII – licença a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias;).**

IX – participação de funcionários públicos na gerência de fundos e entidades para quais contribuem;

X – direto de reuniões em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares;

XI – liberdade de filiação político-partidária;

### XII – Revogado;

**\*Inciso XII revogado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XII – licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício;~~

XIII – fica assegurada ao professor da zona rural, que desenvolve o trabalho de coordenação escolar, uma gratificação de função;

### XIV – Revogado;

**\*Inciso XIV revogado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XIV – o menor salário do servidor municipal não poderá ser inferior dez vezes ao maior salário do servidor público;~~

XV – a livre associação sindical;

XVI – transporte aos servidores públicos municipais portadores de deficiências física, auditiva ou visual, sem qualquer ônus para o beneficiário;

XVII – tratamento digno ao servidor, valorizando-o como ser humano e poder viver como tal;

### XVIII – Revogado;

**\*Inciso XVIII revogado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XVIII – emprego com demissões apenas por justa causa e/ou livre acordo;~~

XIX – informações de seu interesse junto aos órgãos públicos do Município;

XX – jornada de trabalho nunca inferior a quatro horas diárias, salvo acordo de ambas as partes;

### XXI – Revogado;

**\*Inciso XXI revogado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XXI – o exercício do cargo para o qual foi contratado ou nomeado sendo remanejado tão somente para outro cargo de função adequada à sua competência;~~

XXII – a percepção de seus vencimentos, até o dia cinco do mês subsequente;

**XXIII – A remuneração dos servidores públicos somente poderão ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;**

**\* Inciso XXIII alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XXIII – reajuste salarial de acordo com índice de correção do piso nacional de salário;~~

### XXIV – Revogado;

**\*Inciso XXIV revogado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XXIV – isonomia salarial para os professores e demais servidores da rede municipal;~~

**XXV – Piso salarial do profissional do magistério público do Município de acordo com o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público;**

**\*Inciso XXV alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XXV – piso salarial ao professor do Município igual ao do professor da rede estadual de ensino;~~

XXVI – ajuda de custo ao servidor público da zona rural, para fazer face às despesas com transporte e alimentação nos dias de planejamento na cidade;

XXVII – bolsas para os participantes de treinamentos e cursos do Município;

XXVIII – pagamento descentralizado para os residentes nos distritos ou sede distrital;

XXIX – pagamento de salário-família junto com o salário mensal;

**XXX – Ao aposentado e pensionista percepção do valor nunca inferior ao salário mínimo.**

**\*Inciso XXX alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~XXX – ao aposentado e pensionista percepção do valor nunca inferior ao menor salário do servidor em atividade.~~

Art. 85 – Nenhum servidor poderá ser demitido, transferido ou sofrer qualquer penalidade por tomar parte dos movimentos sindicais, nem ser impedido de participar das reuniões e assembléias.

Art. 86 – Todas as instituições públicas que integram a organização municipal terão Conselho Representativo construído por servidores das respectivas entidades e por esses escolhidos, em votação direta e secreta.

Art. 87 – O servidor público municipal investido na função de direção máxima de entidades representativas de classe, não poderá ser impedido de exercer as funções nesta entidade, sem prejuízos de salário e demais vantagens na função ou cargo que ocupar.

§ 1º - Os direitos que preceitua este artigo são extensivos aos ocupantes dos cargos de Secretário e Tesoureiro.

§ 2º - É assegurada à participação da representação sindical em todos os assuntos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

**Art. 88. Os servidores do Município de Iguatu, nos casos de aposentadoria e pensão por morte, são regidos pelo Regime Geral da Previdência Social.**

**\*Artigo 88 alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:**  
~~Art. 88 – O servidor será aposentado: I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos; II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço; III – voluntariamente: a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem; aos trinta, se mulher, com proventos integrais; b) aos trinta anos de efetivo exercício de funções de magistério, se professor; e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais; c) aos trinta anos de serviço, se homem; aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais há esse tempo; d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem; e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço. § 1º – Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercícios de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma do que dispuser a respeito à legislação federal. § 2º – A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou funções temporárias. § 3º – O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade. § 4º – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidas aos inativos e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando em atividades decorrentes, com a transformação ou qualificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei. § 5º – O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade de vencimentos ou proventos do servidor falecido, na forma do disposto do parágrafo anterior.~~

**Art.89. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.**

**\*Artigo 89 alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:**  
~~Art.89 – São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.~~

§ 1º - O servidor público estável só poderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou a função temporária ou declarada sua desnecessidade, o servidor ou o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada em proporção ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo ou função.

## CAPÍTULO IV DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 90 – Os Conselhos Municipais são órgãos de cooperação governamental que têm por finalidade auxiliar a Administração na orientação, planejamento e julgamento da matéria de sua competência.

§ 1º - A lei especificará as atribuições de cada Conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação do titular e suplente e prazo de duração do mandato.

§ 2º - Os Conselhos Municipais são compostos por um número ímpar de membros, observando, quando for o caso, a representatividade da Administração, das privadas indicarão os seus representantes.

## TÍTULO III DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

### CAPÍTULO I DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS

Art. 91 – O Município pode instituir:

- I – impostos em conformidade com discriminação emanada da Constituição da República Federativa do Brasil;
- II – taxas decorrentes do exercício do Poder de Polícia ou da fruição de serviços públicos, prestados ou colocados ao dispor do usuário;
- III – contribuição de melhoria em razão de obras públicas que acrescentam benefícios diretos a imóveis do contribuinte;
- IV – contraprestações atuárias em matéria de previdência e assistência sociais.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais, e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas de impostos.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º - A petição destinada à obtenção de guias de recolhimento de débitos tributários exonerará o contribuinte de correção monetária, juro de mora e sanções pecuniárias, se não lhe for dada ciência, no prazo contemplado no Art. 7º, § 1º da Constituição Estadual, no despacho exarado de indeferimento ou acolhida.

Art. 92 – A lei poderá isentar, reduzir ou agravar tributos, com finalidade extrafiscais por incentivo e atividades socialmente úteis ou desestimular práticas inconvenientes ao interesse públicos, observados os disciplinamentos federais.

Parágrafo Único – O ato cooperativo praticado entre o associado e sua cooperativa não implica em operação de mercado.

Art. 93 – O processo administrativo tributário será disciplinado em lei assegurando amplo e igualitário direito de defesa.

Art. 94 – Compete ao Município instituir impostos sobre:

- I – propriedade predial e territorial urbana;
- II – transmissão “inter vivos”, a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição;

### III – Revogado;

**\*Inciso III revogado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:**  
~~III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;~~

IV – serviços de qualquer natureza não compreendidos no Art. 155, I, b, da Constituição Federal, definidos em lei complementar.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrecadamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

### §3º. Revogado.

**\*§3º revogado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~§3º – O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto municipal previsto no Art. 155, I, b, da Constituição Federal sobre a mesma operação.~~

§ 4º - Cabe à lei complementar federal:

### I – Fixar as alíquotas máximas e mínima do imposto previsto no IV;

**\*Inciso I alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~I – fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;~~

### II – Excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviço para o exterior.

**\*Inciso II alterado pela Emenda nº. 18/2014. Redação Anterior:** ~~II – excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviço para o exterior.~~

Art. 95 – Pertencem ao Município:

I – produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

III – cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

IV – vinte e cinco por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre operação relativa à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo Único – As parcelas de receita pertinentes ao Município, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso de territórios, lei federal.

## CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS

Art. 96 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A apresentação de projeto de lei de diretrizes orçamentárias fará-se até o dia dois de maio.

§ 3º - O poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas municipais previstos nesta Lei, serão elaborados em consonância com o plano plurianual apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direto e indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito voto.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades, segundo critério populacional.

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º - Cabe à lei complementar federal:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentária e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 97 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Poder Legislativo Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º - Caberá a uma Comissão Permanente de Vereadores:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, setoriais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões do Poder Legislativo.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão Permanente, que sobre elas emitirá parecer e, apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos, os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida; ou

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 4º - As emendas ao Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão Permanente da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - O projeto de Lei do Plano Plurianual será enviado pelo Prefeito à Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do

exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa, tendo a duração de três anos.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que contrair o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo Legislativo.

§ 8º - Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 9º - A apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual fará-se até o dia primeiro de novembro de cada ano a Câmara Municipal, que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta dias e a Lei Orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Conselho de Contas dos Municípios até o dia trinta de dezembro.

§ 10 - A não aprovação ou não apreciação do Projeto de Lei Orçamentária no prazo estabelecido no parágrafo anterior, implicará na aprovação da Lei Orçamentária em vigor, devidamente corrigida por índices oficiais.

Art. 98 – São vedadas:

- I – o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;
- II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os critérios orçamentários ou adicionais;
- III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autoridades, mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa;
- IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvados a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação e recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo Art. 165, § 8º da Constituição Federal;
- V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI – a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações, fundos, inclusive dos mencionados no Art. 165, § 5º da Constituição Federal;
- IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão, sob pena de infração político-administrativa.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, viabilizadas através de medida provisória.

## **TÍTULO IV DA ORDEM ECONÔMICA**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 99 – O Município destinará parte de sua Receita para a criação e estímulo a atividades produtivas, viabilizando a geração de empregos e desenvolvimento dos segmentos mais carentes da população.

Parágrafo Único – O percentual da Receita será definido na lei de diretrizes orçamentárias que disciplinará a aplicação do Fundo Municipal para atividades produtivas.

Art. 100 – O Município procederá à fiscalização assídua nos órgãos públicos prestadores de serviços e, a cobrança de tarifas será regulamentada pelo Poder Legislativo.

Art. 101 – O Município dispensará à microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definida em Lei Federal, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivar-la pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, pela eliminação ou redução desta por meio de lei.

Art. 102 – As microempresas são isentas de tributos municipais nos limites definidos pela União, como elemento indicativo dessa categoria.

## **CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA**

Art. 103 – A execução da política urbana está condicionada ao direito de todo cidadão à moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, comunicação, educação, lazer, saúde e segurança.

Parágrafo Único – A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende à exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressa no Plano Diretor.

Art. 104 – O Plano Diretor do Município conterá:

- I – a delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico, que atendam aos padrões de controle de qualidade sanitária municipal;
- II – a delimitação de áreas destinadas à habitação popular que atenderá aos seguintes critérios:
  - a) contigüidade à área de rede de abastecimento de água e energia elétrica, no caso de conjuntos habitacionais;
  - b) localização acima da cota máxima de cheias;
  - c) declividade inferior a trinta por cento, salvo se inexisterem no perímetro urbano, áreas que atendam a este requisito, quando será admitida uma declividade de até cinquenta por cento, desde que sejam obedecidos padrões especiais de projetos a serem definidos em lei municipal;
- III – a identificação das áreas urbanas para o atendimento ao disposto no Art. 182, § 4º da Constituição Federal;
- IV – o estabelecimento de parâmetros máximos para parcelamento do solo e para edificação, que assegurem o adequado aproveitamento do solo;
- V – as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais consignando prioridades da Administração Pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada em benefício das pessoas portadoras de deficiência, menores carentes e idosos;
- VI – a eliminação de barreiras arquitetônicas em logradouros e edifícios de uso público extensivo aos terminais rodoviários e ferroviários, bem como aos veículos de transporte coletivo;
- VII – a exigência para a liberação de toda e qualquer obra pública, de estrita observância das necessidades dos direitos das pessoas deficientes ao acesso a banheiros adaptados e rampas com indicação em braile ou alto-relevo;
- VIII – a garantia de participação dos deficientes através de seus movimentos representativos em sua feitura, bem como no acompanhamento de sua execução.

Art. 105 – Nas diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

- I – regularização dos loteamentos regulares, inclusive os clandestinos, abandonados ou não titulados;
- II – preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;
- III – criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilidade pública;
- IV – livre acesso, especialmente aos deficientes a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, a logradouros públicos e

ao transporte coletivo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais e adaptação dos meios de transporte.

Art. 106 – O imposto progressivo, a contribuição de melhoria e a edificação compulsória destinado à moradia do proprietário que não tenha outro imóvel urbano ou rural.

Art. 107 – As limitações do direito de concluir e o condicionamento ao uso do solo urbano serão especificadas exclusivamente em lei.

§ 1º - Executadas as edificações de preservação histórica declarada por lei, as restrições ao direito de construir e ao uso do solo urbano permitirão, no mínimo, a possibilidade de duas categorias de construção no imóvel e de seu uso do solo urbano, estabelecidos no Plano Diretor da cidade de que trata o Art. 182 da Constituição Federal.

§ 2º - A petição para fins de aprovação de projetos de edificação e licenças de obra somente será passível de indeferimento por infringência a dispositivos legais ou a Decretos regulamentares nos limites autorizados por lei e no prazo contemplado no Art. 7º, § 2º da Constituição do Estado, não servindo de fundamentação normas contidas em Portarias, Resoluções ou instruções administrativas.

Art. 108 – Para assegurar as funções sociais da propriedade, o Poder Público usará, principalmente, os seguintes instrumentos:

- I – imposto progressivo sobre imóvel;
- II – desapropriação por interesse social ou utilidade pública com prévia e justa indenização em dinheiro;
- III – discriminação de terras públicas, destinadas, prioritariamente, a assentamentos de pessoas de baixa renda;
- IV – inventários, registro, vigilância e tombamento de imóveis;

Art. 109 – As terras devolutas, patrimônio do Município, somente poderão ser utilizadas para:

- I – áreas de reservas ecológicas e de proteção ao meio ambiente;
- II – projetos de reforma agrária;
- III – loteamentos populares;

Parágrafo Único – É obrigação do Município manter os cadastros de suas terras atualizados.

Art. 110 – Nas diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará participação ativa das respectivas entidades comunitárias no estudo e encaminhamento e solução de problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes.

§ 1º - O Plano Diretor aprovado pelo Poder Legislativo é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - O Município implantará os serviços de equipamento e infraestrutura básica, visando a distribuição equilibrada e proporcional à concentração e a densidade populacional como água, esgoto, luz, telefone, transporte, sistema viário, educação, saúde, social e lazer.

§ 3º - O Município só poderá conceder licença para loteamento e conjuntos residenciais quando estiverem com toda infraestrutura necessária edificada.

§ 4º - Nos projetos de loteamento, deverão constar áreas destinadas ao sistema viário, aos equipamentos urbanos e comunitários, que somarão, no mínimo, quarenta por cento da gleba a ser loteada.

§ 5º - Os habite-se nos conjuntos habitacionais ou de construção em loteamentos, só serão concedidos após averiguação e preenchimento das exigências do § 2º deste artigo.

Art. 111 – O Município garantirá loteamento nos bairros, beneficiando as famílias de baixa renda.

Parágrafo Único – Cabe ao Poder Público garantir a destinação de recursos orçamentários para implantação e habitação de interesse da população de baixa renda.

Art. 112 – As desapropriações de imóveis urbanos, como também as rescisões de contratos da Prefeitura Municipal com o mutuário serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

### **CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA**

Art. 113 – A Política de Desenvolvimento Rural tem como objetivo o fortalecimento sócio-econômico do Município, a fixação do homem do campo com padrão de vida digno do ser humano e diminuição das discrepâncias sociais das zonas urbanas com a rural.

§ 1º - O Município destinará recursos de apoio financeiro ao serviço de assistência técnica e extensão rural, complementando os recursos federais e estaduais.

§ 2º - O Município disporá por lei sobre o planejamento da política agrícola, ouvindo os técnicos, os produtores, trabalhadores rurais, proprietários, posseiros e arrendatários.

§ 3º - O Município organizará e manterá sistema municipal de pesquisa agrícola e extensão rural, visando o desenvolvimento agropecuário e social.

Art. 114 – Todos os produtores de algodão herbáceo ficam obrigados a erradicar e queimar os restos da cultura de sequeiro, até trinta de outubro do ano agrícola.

Art. 115 – O Município estimulará e subsidiará o desenvolvimento agrícola com a arrecadação do ITR que tem direito, nos termos do Art. 158, II da Constituição Federal, complementando com recursos da municipalidade.

Art. 116 – O Município amparará a agricultura, com a mecanização da lavoura, adoção de métodos modernos na plantação e na colheita de seus produtos, levantamento das terras devolutas e sua distribuição com os que de fato queiram-nas cultivar, fundação de cooperativas de crédito e de consumo para os agricultores, distribuição gratuita de sementes, enxadas e demais implementos agrícolas com os pequenos agricultores.

Parágrafo Único – A Administração Pública assegurará ao pequeno e médio produtores rurais os benefícios aludidos no caput deste artigo e serão ressarcidos com o produto da safra, sem cobrança de juros, onde deverá ficar explícito na ocasião da distribuição dos benefícios, quantidade do produto a ser entregue pelos beneficiados.

Art. 117 – Fica determinado que os órgãos públicos municipais serão responsáveis pela agricultura, incentivando, alocando recursos e promovendo simpósios para culturas alternativas e agricultura irrigável.

Art. 118 – O Poder Executivo colocará com o mini posto agrícola do Município, para que, organizado em uma cooperativa possa garantir a comercialização de seu produto direta ao consumidor.

Art. 119 – O Município incentivará e contribuirá para que, em regime de mutirão sejam construídos nos distritos pequenos armazéns, criando condições para estocagem e armazenamento dos produtos básicos ali produzidos.

Parágrafo Único – A comunidade administrará os postos constantes neste artigo, com a possibilidade de criação posterior de pequenas cooperativas.

Art. 120 – O planejamento de uso adequado do solo agrícola não deverá levar em conta as divisas ou limites de propriedade quando o interesse público assim o exigir.

Art. 121 – É obrigação do Município implantar hortas comunitária e escolar e farmácia verde, incentivando, esclarecendo, financiando e assistindo-as tecnicamente.

Art. 122 – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, associações ou cooperativas proporcionando-lhes entre outros benefícios, meios de produção de trabalho, crédito fácil e preços justos, saúde e bem-estar social.

§ 1º - O Município criará um Fundo Financeiro, com rotatividade entre os pequenos, médios agricultores e pecuaristas.

§ 2º - É da competência do Município incentivar o trabalho comunitário da ação de mini cooperativas, instaladas nas sedes dos distritos.

§ 3º - O Município implantará uma cooperativa agrícola que venha proporcionar ao homem do campo, condições necessárias com assistência e incentivo a uma política agrícola bem distribuída e uniformizada.

§ 4º - O Município estimulará a criação de cooperativas de consumo nos bairros e, principalmente, nas zonas rurais organizadas.

Art. 123 – Será limitada a firma especializada na venda de semente e defensivos agrícolas.

Art. 124 – O Município manterá mini-postos agrícolas nos distritos para auxiliar o pequeno agricultor, com insumos, sementes selecionadas e implementos agrícolas.

## **TÍTULO V DA ORDEM SOCIAL**

### **SEÇÃO ÚNICA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 125 – A seguridade social compreende o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar a seguridade social em seu território, nos limites traçados pelas Constituições Federais e Estaduais e de suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, a todos os habitantes do Município.

Art. 126 – O Município estabelecerá em seu orçamento, importância destinada ao cumprimento dos programas de previdência, assistência social e saúde pública.

Parágrafo Único – Além das dotações orçamentárias próprias, o Município atenderá aos objetos da seguridade social, mediante recursos da União e dos Estados, através de convênio.

## **CAPÍTULO I DA FAMÍLIA**

Art. 127 – É dever da família, da sociedade e do Município assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente físico, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à moradia, à higienização, ao trabalho, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação racial, econômica e social, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 128 – O Município tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhe direito à vida.

§ 1º - O Município responsabilizar-se-á pelo idoso, dando-lhe assistência jurídica, social e médica.

§ 2º - Os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente em seus lares.

§ 3º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

Art. 129 – O Município deverá assumir, prioritariamente, o amparo e a proteção às crianças e adolescentes em situação de risco, zelando

para que os programas atendam às características culturais e sócio-econômicas locais.

## **CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Art. 130 – Compete ao Município, manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado:

I – ensino noturno regular para o adolescente;

II – ensino profissionalizante;

III – pré-escolar;

IV – creches convencionais para crianças de zero a seis anos de idade, com tempo integral;

V – equipar os estabelecimentos de ensino, fornecer material didático e zelar pelas suas condições físicas;

VI – promover treinamentos e reciclagem sistemáticos aos professores, capacitando-os ao bom desempenho de sua profissão;

VII – adoção de uma política de combate ao analfabetismo e suas causas;

VIII – será dada prioridade aos alunos de baixa renda das escolas municipais da sede do Município;

IX – fica incluído nas escolas públicas municipais, Curso Pré-Primário (maternal, jardins I e II), para crianças a partir de três anos de idade;

X – o Município instalará escolas de primeiro grau completo nas sedes dos distritos, bem como nas localidades onde haja necessidade.

Art. 131 – O Município aplicará na manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência.

Parágrafo Único – O Município destinará a dotação referente à educação prioritariamente para o ensino fundamental, pré-escolar e erradicação gradual do analfabetismo.

Art. 132 – Os diretores e vice-diretores das escolas públicas municipais serão escolhidos através de eleição direta e paritária entre professores, funcionários e alunos.

Parágrafo Único – O mandato que determina este artigo terá duração de dois anos, com direito a reeleição.

Art. 133 – O Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal serão elaborados com a participação de entidades representativas da categoria.

Art. 134 – Os professores leigos com estabilidade que demonstrarem interesse em melhorar a sua aprendizagem, não poderão exercer a docência, devendo os mesmos ser remanejados para serviços gerais e de atendimento às necessidades da escola.

Art. 135 – O Poder Executivo Municipal garantirá a liberdade de organização dos alunos e professores, funcionários e pais de alunos, sendo facultada a utilização das instalações dos estabelecimentos de ensino para o desenvolvimento das atividades das associações, em acordo com a Direção do colégio e Secretária de Educação do Município.

Art. 136 – Em órgãos públicos e escolas do Município fica determinado para o início de cada semana, o hasteamento dos Pavilhões Nacionais, Municipais, acompanhado do Hino Nacional.

Parágrafo Único – Os Pavilhões constantes deste artigo ficarão em caráter permanente na sala da Diretoria das referidas escolas.

Art. 137 – Serão ministradas, obrigatoriamente, nos estabelecimentos de ensino público e privativo, com o envolvimento da comunidade, noções de:

I – direitos humanos;

II – defesa civil;

III – regras de trânsito;

IV – efeito das drogas, do álcool e do tabaco;

V – direito do consumidor;

VI – ecologia;



VII – sexologia, higiene e profilaxia sanitária;  
VIII – cultura iguatense, abrangendo os aspectos históricos, geógrafos, econômico, político e sonológico do Município.

Art. 138 – As bolsas de estudo concedidas pelo Município a estudantes carentes serão distribuídas, exclusivamente, pelo Poder Legislativo através de seus representantes eleitos, regulamentados tal procedimento em Projeto de Resolução.

Art. 139 – O Setor Municipal de Alimentação Escolar – SEMAE fará programas setoriais junto a comunidade, a fim de que a merenda escolar não seja usada apenas com produtos importados.

Parágrafo Único – Serão subsidiadas condições técnicas, financeiras às comunidades e aos próprios alunos para o incentivo à produção de suas culturas que devem ser utilizadas na merenda escolar.

Art. 140 – Fica o Governo Municipal obrigado a dar apoio integral às atividades do artesanato, inclusive como profissão representativa da própria cultura do nosso povo.

Art. 141 – O Poder Executivo Municipal, através de lei ordinária, considerará patrimônio histórico do Município, imóveis urbanos ou rurais, providenciando os devidos tombamentos.

Parágrafo Único – Serão preservados todos os prédios antigos com características históricas, como forma de manter viva a memória do Município.

### **CAPÍTULO III DA SAÚDE**

Art. 142 – São de relevância pública as ações de serviços de saúde, cabendo ao Município os limites de sua competência, dispor nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado, mediante contrato de direito público.

Parágrafo Único – É vedada ao Município a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções as instituições privadas de fins lucrativos.

Art. 143 – A saúde é direito de todos e responsabilidade do Município, assegurada pela adoção e política sócio-econômica que vise a prevenção de doenças e possibilite acesso igualitário às iniciativas de serviços para sua promoção, manutenção e recuperação.

§ 1º - Entende-se por serviço de saúde o serviço médico ambulatorial, hospitalar, dentário, farmacêutico, exames complementares, remoção de doentes e quaisquer atividades que visem a contribuir para o bem-estar físico, mental e social da comunidade.

§ 2º - A assistência médico-odontológica será prestada de modo permanente na área de competência do Município.

§ 3º - Aos carentes, em caso de emergência, será proporcionado atendimento médico domiciliar, quando da impossibilidade de seu deslocamento.

§ 4º - Os serviços de atendimento médico de urgência e ambulatorial, SUS e Município ficam na obrigatoriedade de publicar a escala dos servidores e médicos de plantão.

§ 5º - Fica mantido o serviço de emergência, funcionando de modo ininterrupto e com criação de área própria para atendimentos de emergências pediátricas.

§ 6º - O Município garantirá a efetiva assistência integral à saúde da mulher.

Art. 144 – A Secretaria de Saúde do Município conveniada com a entidade federal competente, fiscalizará as empresas de Iguatu, fazendo cumprir a lei, as normas de saúde no ambiente de trabalho,

acompanhamento sempre à fiscalização, um representante do Sindicato da categoria.

Art. 145 – A Secretaria de Saúde do Município promoverá anualmente, no mês de setembro, eventos científicos, de caráter regional, com objetivo de reciclagem e troca de experiências entre profissionais desta área.

Parágrafo Único – Nesses eventos haverá temas voltados à participação popular.

Art. 146 – É da competência do Município incentivar, com orientação e controle, autorização de prática alternativas na área de saúde pública:

I – estimular a profissão de parteira, capacitando-a para um melhor desempenho;

II – estimular o uso controlado de raízes e remédios caseiros, a homeopatia, a acupuntura e outros recursos que promovam a saúde de forma acessível e culturalmente aceitável;

III – preparar visitantes sanitários para atuarem nas periferias, nos distritos, em campanha permanente de orientação contra a mortalidade infantil, de orientação de acompanhamento à gestante, no trabalho de levantamento dados estatísticos e ações preventivas de saneamento.

Parágrafo Único – Esses auxiliares deverão ser pessoas do próprio distrito e das periferias, admitidas por concurso público.

Art. 147 – É de responsabilidade do Poder Público Municipal a assistência, promoção, prevenção, investigações e capacitação em saúde mental.

Art. 148 – Ficam proibidas no Município de Iguatu a construção de Hospital Psiquiátrico, de natureza pública ou privada e a contratação de leitos psiquiátricos pelo SUS em hospitais privados que venham a ser construídos.

Art. 149 – Fica assegurado aos portadores de doença mental tratamento adequado, tais como: leitos psiquiátricos em hospitais gerais, hospital dia, hospital noite, Centro de Atenção Psicossocial (Caps), lares e pensões protegidas e outros, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, estabelecer a planificação necessária para instalação e funcionamento desses recursos alternativos de atendimento.

Art. 150 – Fica assegurada à criação de uma Comissão Municipal Permanente de Saúde Mental, órgão vinculado ao Conselho Municipal de Saúde, na qual estarão apresentados os trabalhadores de saúde mental, familiares dos portadores de doença mental, usuários, Poder Público, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e comunidade científica, sendo de sua competência acompanhamento e elaboração do Plano Municipal de Atenção e Saúde Mental.

Parágrafo Único – A iniciativa da formação desta Comissão será da equipe do CAPS – Iguatu.

Art. 151 – Fica garantida a participação de representante da área de saúde mental, indicada pela equipe, em todos os eventos ligados à saúde no Município de Iguatu.

Art. 152 – As emergências psiquiátricas deverão ser atendidas nos serviços de emergências gerais.

**Parágrafo Único – A Secretaria de Saúde Mental do Município, em conjunto com a Coordenação de Saúde Mental do Estado e a Escola de Saúde Pública, promoverão cursos em emergências psiquiátricas, visando à capacitação dos plantonistas.**

Art. 153 – O Poder Público Municipal construirá, no prazo máximo de três anos, sede própria do Centro de Atenção Psicossocial de Iguatu (CAPS).

Parágrafo Único – O local do Centro deverá ser avaliado e discutido com a Equipe de Saúde Mental do Município.

Art. 154 – A Secretaria de Saúde do Município garantirá as devidas condições para a participação de membros da Equipe de Saúde Mental, em eventos pertinentes à área, fora dos limites do Município.

#### **CAPÍTULO IV DO MEIO AMBIENTE**

Art. 155 – As pessoas físicas ou jurídicas que produzam ou comercializem fertilizantes, agrotóxicos ou quaisquer produtos similares, ficam obrigadas a promover o registro de seus estabelecimentos no órgão competente da Prefeitura Municipal de Iguatu.

Art. 156 – O meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida são direitos inalienáveis do povo, impondo-se ao Município e à comunidade o dever de preservá-los e defendê-los.

§ 1º - A utilização de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapia, terá pelo Poder Público Municipal campanhas promocionais advertindo dos malefícios decorrentes de seu uso, à saúde e ao meio ambiente.

§ 2º - Para assegurar a efetividade desses direitos, cabe ao Poder Público, nos termos da lei municipal:

I – manter órgão próprio destinado ao estudo, controle e planejamento da utilização do meio ambiente;

II – manter o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

III – delimitar, em todo o território do Município, zonas específicas para desapropriação, segundo critérios de preservação ambiental e, organizados de acordo com o plano geral de proteção ao meio ambiente;

IV – estabelecer, dentro do planejamento geral de proteção ao meio ambiente, áreas especificamente protegidas, criando através de lei, parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, implantando-os e mantendo-os com os serviços públicos indispensáveis às suas finalidades;

V – delimitar zonas industriais do território municipal para a instalação de parques fabris, estabelecendo-os mediante legislação ordinária, vedada à concessão de subsídios ou incentivos de qualquer espécie para instalação de novas indústrias fora dessas áreas;

VI – conservar os ecossistemas existentes nos seus limites territoriais, caracterizados pelo estágio de equilíbrio, atingindo entre as condições físico-naturais e os seres vivos, com o fim de evitar a ruptura desse equilíbrio;

VII – adotar, nas ações de planejamento, uma visão integrada dos elementos que compõem a base física do espaço;

VIII – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, concomitantemente com a União de forma a garantir a conservação da natureza em consonância com as condições de habilidade humana;

IX – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, no âmbito municipal;

X – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida e o meio ambiente;

XI – proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

XII – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

XIII – fomentar o florestamento e o reflorestamento nas áreas críticas em processos de degradação ambiental, bem como em todo o território municipal;

XIV – controlar, pelos órgãos municipais, os defensivos agrícolas, o que se fará apenas mediante receita agrônoma;

XV – definir as áreas destinadas a reservas florestais, criando condições de manutenção, fiscalização, reflorestamento e investimento em pesquisa;

XVI – desenvolver estudos e estimular projetos, visando a utilização de fontes naturais de energia e a substituição de combustíveis atualmente utilizados em indústrias e veículos por outros menos poluentes;

XVII – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

XVIII – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território, autorizadas pela União.

Art. 157 – Fica vedada em toda área do Município, a criação de depósitos de material radioativo de qualquer natureza, independente de sua origem e proveniência.

Art. 158 – Ficam as instituições hospitalares na obrigação de construir unidades de tratamento de efluentes, submetendo o projeto, previamente, à apreciação da Superintendência Estadual do Meio Ambiente, cujo parecer deverá ser comunicado à Câmara Municipal.

Art. 159 – É da obrigação dos Poderes Executivo e Legislativo, através de seus setores com atribuições direta ou indireta de proteção e controle ambiental, informar ao Ministério Público sobre ocorrência de conduta ou atividade considerado lesiva ao meio ambiente.

Art. 160 – As associações existentes ou que venham a ser criadas, que tenham por finalidade a defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, poderão acompanhar o procedimento das infrações relacionadas por meio ambiente, inclusive, recursos em todas as instâncias.

Art. 161 – Para a instalação de atividades ou obras potencialmente poluidoras ou, que causem degradação ao meio ambiente, será exigido estudo prévio sobre o impacto ambiental, na forma da lei, assegurada ampla publicidade.

§ 1º - Não será concedida à licença para funcionamento de indústrias que causem poluição nas áreas do perímetro urbano da sede do Município e dos Distritos ou em aglomerados populacionais de formação urbana.

§ 2º - As indústrias localizadas no centro da cidade funcionarão com mecanismos que evitem a poluição em qualquer de suas formas sob pena de ser cassado o alvará de funcionamento das mesmas.

Art. 162 – Os recursos naturais e ambientais, quando utilizados, deverão ser de modo racional, cabendo este controle ao Município, através de seus órgãos responsáveis e com a participação da sociedade.

Art. 163 – As lagoas, riachos, rios, córregos e paisagem naturais notáveis são consideradas de relevante valor verde paisagístico e turístico, sendo as mesmas definidas como área de proteção ambiental, em lei complementar.

Parágrafo Único – Dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício de propriedade, fica proibida a execução de qualquer atividade que venha alterar seus aspectos paisagístico e turístico.

Art. 164 – Ficam proibidas no Município de Iguatu, a produção, manipulação, aplicação e comercialização para fins agrícolas de produtos, cujo princípio ativo seja a base de clorados e mercuriais ou de seus isômeros.

Parágrafo Único – Os demais agrotóxicos serão disciplinados em legislação complementar.

#### **CAPÍTULO V DO ESPORTE E LAZER**

Art. 165 – É dever do Município fomentar e apoiar práticas desportivas formais e não formais, em suas diferentes manifestações, educação física, desporto, lazer e recreação, como direito de todos.

§ 1º - Será assegurada prioridade, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais ao desporto educacional, em suas atividades, meios e fins.

§ 2º - O Poder Público Municipal reconhece a educação física como disciplina obrigatória no ensino público e privado.

§ 3º - É vedado ao Município à subvenção de entidades desportivas profissionais.

Art. 166 – O Poder Público Municipal criará estrutura organizacional dotada de recursos próprios, que terá competência para organizar, executar e supervisionar as atividades desportivas educacionais do Município de Iguatu.

Art. 167 – O Município incentivará o lazer como forma de promoção social.

### ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º - Os projetos e trabalhos em qualquer setor que estejam beneficiando a coletividade e que foram criados em administração passada não sofrerão desativação pela subsequente por motivos políticos ou alheios da comunidade.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal terá prazo de noventa dias a contar da promulgação da Lei Orgânica para definir limites e denominação dos bairros da cidade, com a participação de representantes do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Municipal, da Prefeitura, da Associação de Moradores da área em evidência e IBGE.

Art. 3º - Fica determinada uma divisão nas linhas divisórias da sede do Município e Distritos e, ao mesmo tempo, fará-se uma redução nas referidas linhas, se necessário, bem como uma fixação das mesmas, mediante estudos feitos pelo IBGE e Câmara Municipal que determinará o que cita este artigo, através de Lei complementar, noventa dias após a promulgação da Lei Orgânica.

Art. 4º - O processo citado no Art. 3º será aplicado com relação às linhas divisórias distritais, quando da criação, organização, supressão ou fusão.

Parágrafo Único – Na fixação das linhas divisórias distritais, deverão ser evitadas, dentro do possível, formas simétricas, alongamentos exagerados, aproveitando as linhas naturais e, na inexistência dessas, serão utilizadas linhas retas com pontos fixos nos trechos em leis complementares.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal fará recadastramento territorial e rural no Município até cento e oitenta dias após a promulgação da Lei Orgânica.

Art. 6º - Fica determinado que, após a promulgação da Lei Orgânica, serão emplacadas todas as ruas, conjuntos habitacionais, bairros e logradouros públicos.

Parágrafo Único – Se não existirem nomes oficializados por lei, esses serão regularizados, posteriormente.

Art. 7º - Fica assegurado nesta Lei Orgânica o direito adquirido em lei municipal, às viúvas e pensionistas de ex-Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos que faleceram no exercício do mandato ou que venham a ficar inválidos.

Art. 8º - O Prefeito Municipal, no prazo de cento e oitenta dias contados a partir da promulgação desta Lei, encaminhará a Câmara Municipal, projeto de lei dispondo sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria do Município.

Art. 9º - Ficam sem efetivo concessões e convênios com o Município e suas autarquias e órgãos da administração direta e indireta firmados em administrações anteriores, autorizações e permissões de uso, de todos os bens móveis e imóveis da Administração Pública com prazo superior a quatro anos. Os efeitos deste artigo retroagem ao ano de mil novecentos e sessenta.

§ 1º - Os efeitos deste artigo terão validade após seis meses da promulgação da Lei Orgânica.

§ 2º - Os beneficiários poderão renovar os contratos a que se refere este artigo, ou a novos contratantes mediante autorização de dois terços dos membros da Câmara Municipal, em votação nominal.

§ 3º - Todo e qualquer contrato a que se refere este artigo, terá validade até o último dia da Administração do Prefeito contratante.

§ 4º - Somente ao novo Prefeito compete a renovação ou não dos contratos, observando o § 2º deste artigo.

§ 5º - Fica excluído da determinação do caput deste artigo e seus parágrafos o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE. Os efeitos deste parágrafo retroagem à data da promulgação da Lei Orgânica (06.04.90).

Art. 10 – A Secretaria de Saúde do Município, em convênio com o Setor de Medicina do Trabalho da Secretaria de Saúde do Estado, formará uma Comissão que terá o prazo de cento e vinte dias para apresentar o seu relatório, após a promulgação da Lei Orgânica, com o objetivo de fazer um levantamento das condições de trabalho dos trabalhadores de Iguatu.

§ 1º - Fará parte desta Comissão representação sindical.

§ 2º - O objetivo maior deste estudo é fazer um diagnóstico da situação atual, adoção de medidas corretivas, determinadas em lei e prevenção de acidentes.

Art. 11 – O Poder Executivo Municipal providenciará recursos federais, estaduais e municipais, para assegurar a viabilização de um Hospital Geral Público, com parte de seus leitos destinada a internamentos psiquiátricos, bem como no Centro Regional de Hemoterapia e Hematologia.

Art. 12 – Fica o Município de Iguatu obrigado a construir Casas do Estudante.

Art. 13 – O Município implantará e construirá o Centro Jovem, que servirá como reduto de reuniões e promoções culturais, bem como proporcionará maior integração entre a comunidade jovem.

Art. 14 – Fica criado o Setor de Subsistência Alimentar, vinculado às Secretarias de Saúde e Ação Social do Município.

§ 1º - O Setor de Subsistência Alimentar é responsável pela alimentação básica do doente carente, que se encontre em tratamento, necessitando de substância nutritiva ao tratamento ou à cura, essencialmente. A alimentação, medicamentos e acompanhamento médico são de total responsabilidade das referidas Secretarias.

§ 2º - A regulamentação dependerá de lei complementar, dentro de oitenta dias, após a promulgação da Lei Orgânica.

Art. 15 – Fica criada a Equipe de Defesa Sanitária que acompanhará a comunidade nas áreas periféricas da sede do Município e dos Distritos, a qual será reinada em condições satisfatórias e desempenharão trabalho sobre saúde pública, saneamento, higienização e conservação do meio ambiente.

Parágrafo Único – As disposições previstas neste artigo serão regulamentadas em lei complementar.

Art. 16 – Fica criado o Departamento de Saúde Homeopática junto às Secretarias de Saúde e Ação Social, que serão obrigadas a manter médicos ou técnicos em homeopatia para o acompanhamento e aplicação das plantas medicinais cultivadas pela Farmácia Verde.

Art. 17 – Fica criado o Centro de Apoio ao Deficiente Físico com programas de prevenção, integração, recuperação e atendimento especializado aos portadores de deficiência física, sensorial e mental, bem como integração social do adolescente portador de deficiência,

mediante treinamento para o trabalho, convivência, facilitação ao acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 1º - O centro de Apoio ao Deficiente Físico terá funcionamento com a integração das Secretarias de Saúde, Ação Social, Educação e LBA.

§ 2º - O que determina este artigo fundamenta-se no inciso II da Art. 227 da Constituição Federal.

Art. 18 – O Município ficará obrigado a:

I – criar um Centro de Reabilitação para crianças excepcionais;

II – incentivar a integração social dos mesmos.

Art. 19 – É da competência do Município, após a promulgação desta Lei Orgânica, a criação de um programa básico de alimentação para recém-nascidos.

Art. 20 – Fica assegurada à assistência médico-odontológica, distribuição de medicamentos nos postos de saúde já existentes nas comunidades, bem como a construção e instalação de novos postos com equipamentos necessários para aqueles que ainda não dispõem desse benefício.

Art. 21 – Logo após a promulgação da Lei Orgânica, o Departamento de Promoção Social, conjuntamente com órgão estadual competente, fará o levantamento da situação de todos os menores carentes, meninos de rua de Iguatu, sua situação familiar, escolar, de trabalho e saúde.

Parágrafo Único – O atendimento a que se refere este artigo, será contínuo e uma das prioridades do Município.

Art. 22 – É obrigação do Poder Executivo Municipal, após aprovação do Poder Legislativo, a criação e manutenção de uma escola para deficientes auditivos, visuais e mentais incluindo a contratação de pessoas devidamente capacitadas.

Art. 23 – Fica determinada após a promulgação desta lei, a elaboração de estudos sobre a viabilidade e prioridade de implantação de creches em regime integral, nos bairros e sedes dos distritos, com atendimento médico-odontológico-social, com professores treinados para os referidos cursos.

Parágrafo Único – Os recursos necessários ao referido programa serão incluídos no orçamento, para o exercício financeiro de mil novecentos e noventa e um.

Art. 24 – A Secretaria Municipal ligada ao meio ambiente, à Secretaria de Saúde do Município e a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Câmara Municipal, em ação conjunta fará um levantamento de todas as situações no Município, em que esteja havendo comprometimento da saúde da população em função de problemas ambientais.

Parágrafo Único – O resultado será divulgado nos meios de comunicação locais, para conhecimento público, bem como encaminhado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e órgão estadual competente, para estudo das providências a serem tomadas, na forma da lei.

Art. 25 – Serão construídas Casas de Repouso para pessoas idosas, carentes, e ambos os sexos com assistência médica, alimentação adequada, acompanhamento por assistência Social, enfermeiro ou agentes de saúde.

Art. 26 – O Município garantirá às prostitutas um Centro de Recuperação onde possam receber educação formal e profissional.

Art. 27 – Fica criada a Casa da Amamentação no Município de Iguatu para crianças carentes.

Art. 28 – O proprietário ou comerciante que revender arma branca, cola de sapateiro ou qualquer substância tóxica ou entorpecente, fica

proibida tal comercialização, sem autorização do Município, com a devida identificação do comprador.

Parágrafo Único – O Município, automaticamente, criará um setor para os devidos fins.

Art. 29 – Ficam criados os seguintes Conselhos:

I – Conselho Municipal de Fiscalização às Drogas;

II – Conselho Comunitário de Desenvolvimento;

III – Conselho Municipal de Educação;

IV – Conselho Municipal de Agricultura;

V – Conselho Municipal do Meio Ambiente;

VI – Conselho de Defesa ao Consumidor.

Parágrafo Único – Os órgãos de que trata este artigo serão regulamentados pela lei ordinária.

Art. 30 – É da obrigação do Poder Executivo Municipal à unificação das escolas dos Distritos, centralizando-se em pontos de fácil acesso ao educando, sendo as mesmas dirigidas por um corpo técnico-administrativo, com professores devidamente habilitados e com assistência plena da Secretária de Educação do Município.

Art. 31 – O Município, num prazo máximo de seis meses a contar da promulgação desta Lei, implantará o Estatuto do Magistério.

Art. 32 – Fica o Município obrigado a criar Escolas Técnicas ao nível de primeiro grau, com cursos profissionalizantes nos Distritos e Vilas.

Art. 33 – A Escola Pe. Geraldo Vieira será transformada em Escola de primeiro grau.

Art. 34 – Fica instituído o Curso de segundo grau no Centro Educacional Pe. Januário Campos, na sede do Município e nos Distritos.

Parágrafo Único – Funcionará o curso do segundo grau nos Distritos onde exista o primeiro grau completo, com aluno suficiente e situação regular do estabelecimento de ensino.

Art. 35 – A Prefeitura Municipal construirá o prédio do Centro Educacional Pe. Januário Campos, dentro do prazo de dois anos, a partir da promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 36 – O Poder Executivo Municipal edificará um Ginásio Coberto em Iguatu.

Art. 37 – O Poder Executivo Municipal construirá quadras de esporte.

Art. 38 – O Município construirá centros comunitários com quadras de esporte polivalentes, dotadas de condições para variados eventos.

Art. 39 – O Município garantirá:

I – preservação de edificações que constituam patrimônio histórico na cidade;

II – construção e manutenção de um Museu Histórico Municipal;

III – verbas para:

a) cursos, treinamentos na área cultural;

b) manutenção da infraestrutura do Centro de Ativação Cultural;

c) realização da Semana de Arte e Cultura Iguatuense, anualmente, no mês de janeiro, necessariamente com datas abrangentes ao dia do Município;

d) criação da Escola de Música com a formação de músicos para a Banda Municipal;

e) criação de um conservatório público municipal;

IV – introdução na formação curricular da rede escolar do Município, uma disciplina de formação de arte e cultura com:

a) teorias e práticas musicais;

b) formação teatral;

c) artes plásticas;

artesanato;

e) danças;

f) literatura.

Art. 40 – Fica criado o Arquivo Público Municipal, o qual será estabelecido em lei complementar.

Art. 41 – As indústrias instaladas ou a se instalarem no Município são obrigadas a promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e contaminação do meio ambiente.

Parágrafo Único – As indústrias já existentes terão um prazo improrrogável de um ano a partir da promulgação desta Lei para providenciarem as adaptações necessárias.

Art. 42 – O Poder Executivo Municipal, através de seus órgãos competentes, promoverá o inventário, o mapeamento e monitoramento das coberturas vegetais nativas e de seus recursos hídricos, para adoção de medidas especiais de proteção.

Parágrafo Único – O cumprimento do que prevê este artigo terá um prazo de cento e vinte dias a contar da promulgação desta Lei.

Art. 43 – São consideradas reservas ecológicas no Município de Iguatu:

- I – os rios Jaguaribe e Trussu, nas áreas limítrofes do Município;
- II – as lagoas da Bastiana, Iguatu, Barro Alto, Cocobó, Julião, Itans, dentre outras localidades no Município;
- III – o Horto Florestal.

§ 1º - A lei disporá sobre a regulamentação do uso, perpetuação e preservação ambiental das reservas ecológicas mencionadas neste artigo, para o perfeito equilíbrio ecológico e, ficando a autorização das mesmas dependendo da prévia autorização dos órgãos competentes.

§ 2º - O Município garantirá o tratamento à Lagoa da Bastiana, com a construção de uma área de lazer.

Art. 44 – O Município desapropriará uma faixa de terra nas margens do Rio Jaguaribe para incentivo de reflorestamento e possível área de lazer.

Art. 45 – Ficam criados um Horto e um Zoológico, com a finalidade de preservar as espécies vegetais, animais e aves que se encontrem em extinção.

Art. 46 – As barragens de Alencar serão desapropriadas, de acordo com a lei, para fins de tombamento histórico e preservação do meio ambiente, não podendo ser utilizadas por particulares, cerradas ou modificadas em sua parte física.

Art. 47 – O Município fará doação de materiais para construção de fossas sépticas, que serão feitas em mutirão, sob a administração do Município.

Art. 48 – Fica implantado o Instituto do Receituário agrônomo, regulamentado em lei.

Art. 49 – O Município, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, fica obrigado a criar um programa que propicie às comunidades, a instalação de agroindústrias comunitárias.

Art. 50 – A Secretaria de Agricultura do Município será responsável pela implantação de um posto de monta, bem como pelo sistema de cruzamento ou de inseminação artificial, a fim de melhorar o padrão genético de nossos rebanhos.

Art. 51 – Fica determinado que Município incentivará e contribuirá para a construção de biodigestores.

Parágrafo Único – O que dispõe este artigo será estabelecido em lei complementar.

Art. 52 – O Município estudará formas alternativas para captação d'água.

Art. 53 – Compete ao Município a instalação de um laboratório de análises de água e solo.

Art. 54 – O Município criará um Sistema de Informações para orientar os produtores.

Art. 55 – O Município instituirá calendário zoonosológica para controle dos rebanhos.

Art. 56 – Fica criado um posto pesqueiro no Sítio Várzea Grande e outro na Vila Barro Alto para absorção de todo o peixe proveniente das águas de Iguatu, sendo mantida fiscalização sistemática pelo Município.

Parágrafo Único – A regulamentação do que preceitua este artigo será feita em lei complementar.

Art. 57 – O Poder Executivo construirá um Hotel Municipal.

Art. 58 – Compete ao Município à instalação de campo santo em Iguatu, que poderá ser explorado por iniciativa privada.

Art. 59 – Fica o Município obrigado a concluir todas as obras inacabadas de administrações anteriores, cabendo à Câmara Municipal a decisão sobre a conclusão ou não da obra em questão.

Art. 60 – É obrigatória a criação do Diário Oficial do Município.

Art. 61 – Compete ao Município, com a cooperação financeira do Estado, assistir à Casa de Detenção Pública.

Art. 62 – É da competência do Município, mediante convênio com a Secretaria de Segurança Pública, a instalação de postos policiais onde necessários.

Art. 63 – O Município determinará em lei complementar, registro e controle de bicicletas.

§ 1º - Não ocorrerá qualquer despesas ao proprietário.

§ 2º - O registro será feito mediante apresentação da nota fiscal, documentação de identidade do proprietário, afixando o número do quadro no controle.

§ 3º - A finalidade deste cadastro junto ao Município é facilitar a identificação da bicicleta roubada.

Art. 64 – Após a promulgação da Lei Orgânica, o Município terá obrigação de regulamentar em lei, atividade do vendedor autônomo do comércio ambulante, reconhecendo-a formal e definitivamente, mencionando os seus direitos e obrigações.

Art. 65 – Fica o cinco de abril instituído o Dia da Constituinte Municipal.

Art. 66 – O Poder Executivo Municipal construirá a Praça da Constituição Municipal, com placa alusiva a data da promulgação da Lei Orgânica e relação nominal de seus integrantes.

Art. 67 – A Lei Orgânica sofrerá emendas após um ano de sua promulgação.

Art. 68 – Será regulamentado em lei complementar que o Município subsidiará agricultura e pecuária com:

- I – aquisição de tratores e demais implementos agrícolas para prestação de serviços ao pequeno agricultor;
- II – distribuição de sementes selecionadas, insumos e agrotóxicos;
- III – acompanhamento técnico com assistência gratuita.

Parágrafo Único – O Município receberá como pagamento dos serviços dos incisos I e II, sementes produzidas com o processo acima, sem juros e correção monetária.

Art. 69 – Fica determinada uma consulta plebiscitária nos Sítios Santa Rosa e Serrote, para manifestação se querem pertencer ao Distrito de Alencar ou ao Distrito sede de Iguatu.

Parágrafo Único – A consulta plebiscitária constante neste artigo será realizada dentro de trinta dias após a promulgação desta Lei, ficando a critério da Justiça Eleitoral da Comarca de Iguatu determinar a data do plebiscito.

Art. 70 – Fica criado o Campo de Produção Agrícola para exploração de culturas permanentes e temporárias.

Parágrafo Único – Para o referido fim, deverão ser utilizadas terras públicas, devolutas ou de particulares, de preferência com estrutura física adequada.

Art. 71 – O Município constitui Guarda Municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

Art. 72 – Fica criada a Defesa Jovem que será força auxiliar às Polícias Civil e militar e à Guarda Municipal.

Art. 73 – Poderão ser criados os Distritos de Riacho Vermelho, Barra, Barro Alto e Santa Rosa, desde que comprovados os requisitos básicos exigidos em lei.

Iguatu-CE, 05 de abril de 1990.

**FRANCISCO PEDRO NETO**

Presidente

**FRANCIMAR FERREIRA HOLANDA**

Vice-Presidente

**EUGÉLIO LOPES BEZERRA**

1º Secretário

**LUIZ GILVANDIR CABRAL**

2º Secretário

**JOÃO ALENCAR DE OLIVEIRA**

3º Secretário

**MANOEL AIRTON DE LAVOR**

Relator

**ADERILO ANTUNES ALCÂNTARA FILHO**

**ANTÔNIO ÁLDER TEIXEIRA**

**ANTÔNIO FERINO DA SILVA**

**ANTÔNIO HÉLDER ALVES ALCÂNTARA**

**ANTÔNIO JACKSON ROCHA DE MENDONÇA**

**ANTÔNIO WEIMAR GOMES DOS SANTOS**

**FRANCISCO DIDIÊ CAVALCANTE**

**JOSÉ BEZERRA BASTOS**

**JOSÉ HUMBERTO DE OLIVEIRA MOREIRA**

**JOSÉ JAIME LOURENÇO (J. JAIME)**

**LUIS FERREIRA GOMES**

**MARIA ERIDAN VIANA DINIZ**

**MARIA LOUZANIRA DE OLIVEIRA**

**MOACIR TORRES BANDEIRA FILHO**

## PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Gestão: 1º de Janeiro de 1989 a 30 de Dezembro de 1992

**HILDERNANDO JOSÉ BEZERRA MOREIRA**

Prefeito Municipal

Por sua magnitude de Gestor Municipal e pelo apoio dado aos trabalhos da Assembléia Municipal Constituinte de Iguatu.

**IGUATU, 05 DE ABRIL DE 1990.**

**VALDECIR FERREIRA DE SOUZA**

Vice-Prefeito

**Publicado por:**

Girleane Cavalcante dos Santos

**Código Identificador:**11FA8C62

## SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENV. URBANO PORTARIA Nº: 02 – 2016 – SEMURB

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 31/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, **MARIA SOCORRO FEITOSA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº: 40, de 01 de julho de 2015,

### CONSIDERANDO:

• A solicitação feita no **Ofício Nº: 275/2016 – CPAD** de 09 de agosto de 2016, feita pelo Presidente da Comissão de Disciplina designado para apurar os fatos relacionados ao **Processo Nº: 31/2016** instaurado pela **Portaria Nº: 01/2016**.

### RESOLVE:

**Art.1º - PRORROGAR**, por 30 (trinta) dias, a contar de 11/08/2016, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria acima referida.

**Art. 2º - ESTABELECE** que esta Portaria entrará em vigor, a partir da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará.

**Registre-se.**

**Publique-se.**

**Cumpra-se.**

Iguatu - Ceará, 09 de agosto de 2016.

**MARIA SOCORRO FEITOSA**

Secretária

**Publicado por:**

Girleane Cavalcante dos Santos

**Código Identificador:**AD8F4021

## ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM

### GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 129/2016, DE 26 DE JULHO DE 2016

O Senhor **WILSON ALVES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, no uso das suas atribuições legais, de acordo Art. 43, inciso I, alínea a, da Lei Orgânica do Município de Ipaumirim.

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. **JOSÉ MARIO DE SOUZA** ocorrido no dia 25/07/2016.

CONSIDERANDO que o Sr. **JOSÉ MARIO DE SOUZA** prestava serviço para a Prefeitura Municipal de Ipaumirim, em função Comissionada de Assistente de Educação de Trânsito, Controle e

Análise de Estatística de Trânsito – Símbolo CCI, da Secretaria de Administração.

**RESOLVE:**

**1º - EXONERAR**, o(a) Senhor(a) **JOSÉ MARIO DE SOUZA**, portador(a) do RG nº 2001097175160 SSP CE e do CPF nº 356.646.903-30, para exercer o cargo comissionado de: Assistente de Educação de Trânsito, Controle e Análise de Estatística de Trânsito – Símbolo CCI, da Secretaria de Administração.

**2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM - ESTADO DO CEARÁ**, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Sidney Ernane Dore Neto  
**Código Identificador:**78F4B4B9

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 132/2016, DE 01 DE AGOSTO DE 2016**

O Senhor **WILSON ALVES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado no dia **15 de dezembro de 2013**, homologado em **08 de maio de 2014** e prorrogado em **20 de abril de 2016**.

**CONSIDERANDO:** que a Sra. **FLÁVIA ALVES MERÊNCIO**, prestou o Concurso Público Municipal ocorrido em **15 de dezembro de 2013**, para o cargo de **MERENDEIRA**, ficando na lista de classificados prevista no Edital nº 001/2013 que regulou o referido certame e convocada pelo Edital nº 13/2016;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - NOMEAR**, em caráter efetivo, a Sra. **FLÁVIA ALVES MERÊNCIO**, brasileira, inscrita no RG nº 3.572.107 – SSDS/PB e no CPF nº 088.919.774-11, para exercer o cargo de **MERENDEIRA**, lotada na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, de acordo com a ordem de classificação, passando a partir desta data, a integrar o quadro de servidores efetivos desta Prefeitura, tudo consoante ao Art. 37, I e II da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM, ESTADO DO CEARÁ**, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal de Ipaumirim – Ceará

**Publicado por:**  
Sidney Ernane Dore Neto  
**Código Identificador:**813DCFCB

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 133/2016, DE 01 DE AGOSTO DE 2016**

O Senhor **WILSON ALVES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado no dia **15 de dezembro de 2013**, homologado em **08 de maio de 2014** e prorrogado em **20 de abril de 2016**.

**CONSIDERANDO:** que a Sra. **IVANA SANTANA ALBUQUERQUE**, prestou o Concurso Público Municipal ocorrido em **15 de dezembro de 2013**, para o cargo de **MERENDEIRA**, ficando na lista de classificados prevista no Edital nº 001/2013 que regulou o referido certame e convocada pelo Edital nº 13/2016;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - NOMEAR**, em caráter efetivo, a Sra. **IVANA SANTANA ALBUQUERQUE**, brasileira, inscrita no RG nº 2000099182174 – SSPDC/CE e no CPF nº 012.290.703-54, para exercer o cargo de **MERENDEIRA**, lotada na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, de acordo com a ordem de classificação, passando a partir desta data, a integrar o quadro de servidores efetivos desta Prefeitura, tudo consoante ao Art. 37, I e II da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM, ESTADO DO CEARÁ**, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal de Ipaumirim – Ceará

**Publicado por:**  
Sidney Ernane Dore Neto  
**Código Identificador:**56744F41

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 134/2016, DE 01 DE AGOSTO DE 2016**

O Senhor **WILSON ALVES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado no dia **15 de dezembro de 2013**, homologado em **08 de maio de 2014** e prorrogado em **20 de abril de 2016**.

**CONSIDERANDO:** que a Sra. **JOSIETE FERREIRA COUTINHO**, prestou o Concurso Público Municipal ocorrido em **15 de dezembro de 2013**, para o cargo de **COZINHEIRA**, ficando na lista de classificáveis prevista no Edital nº 001/2013 que regulou o referido certame e convocada pelo Edital nº 13/2016;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - NOMEAR**, em caráter efetivo, a Sra. **JOSIETE FERREIRA COUTINHO**, brasileira, inscrita no RG nº 2806005-94 – SSP/CE e no CPF nº 000.872.483-01, para exercer o cargo de **COZINHEIRA**, lotada na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, de acordo com a ordem de classificação, passando a partir desta data, a integrar o quadro de servidores efetivos desta Prefeitura, tudo consoante ao Art. 37, I e II da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM, ESTADO DO CEARÁ**, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal de Ipaumirim – Ceará

**Publicado por:**  
Sidney Ernane Dore Neto  
**Código Identificador:**FE100CD8

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 147/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

O Senhor **WILSON ALVES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado no dia **15 de dezembro de 2013**, homologado em **08 de maio de 2014** e prorrogado em **20 de abril de 2016**.

**CONSIDERANDO:** que o Sr. **AÍRTON NUNES DE SOUZA**, prestou o Concurso Público Municipal ocorrido em **15 de dezembro de 2013**, para o cargo de **VIGIA**, ficando na lista de classificados



prevista no Edital nº 001/2013 que regulou o referido certame e convocado pelo Edital nº 14/2016;

#### RESOLVE:

**Art. 1º - NOMEAR**, em caráter efetivo, o Sr. **AÍRTON NUNES DE SOUZA**, brasileiro, inscrito no RG nº 2001097176701 – SSPDS/CE e no CPF nº 031.036.423-00, para exercer o cargo de **VIGIA**, lotado na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, de acordo com a ordem de classificação, passando a partir desta data, a integrar o quadro de servidores efetivos desta Prefeitura, tudo consoante ao Art. 37, I e II da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM, ESTADO DO CEARÁ**, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal de Ipaumirim – Ceará

**Publicado por:**

Sidney Ernane Dore Neto

**Código Identificador:**634CFFEA

#### GABINETE DO PREFEITO

##### PORTARIA Nº 148/2016, DE 08 DE AGOSTO DE

##### 2016PORTARIA Nº 148/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

##### INDEFERE PEDIDO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO

**PORTARIA Nº 148/2016, de 08 de agosto de 2016.**

*Indefere pedido de desincompatibilização de servidor público e adota outras providências.*

O Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, Sr. **WILSON ALVES DE FREITAS**, no uso de suas atribuições legais, com esteio na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal e:

**CONSIDERANDO** o requerimento do servidor público municipal efetivo, o Sr. **ALEX SANTANA LINS**, no cargo de Contínuo, o qual almeja licença do serviço público para fins de concorrer a cargo de vereador desta municipalidade;

**CONSIDERANDO** que o Sr. **ALEX SANTANA LINS** apresentou o requerimento que solicita a desincompatibilização junto à Secretaria de Administração no dia **04/08/2016**;

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal que assegura a intempestividade do pedido, pois o último dia determinado por lei, para a desincompatibilização é **02 de julho de 2016**;

#### RESOLVE:

**Art. 1º - INDEFERIR o pedido de afastamento para desincompatibilização** do servidor público municipal, o Sr. **ALEX SANTANA LINS**.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM – ESTADO DO CEARÁ**, ao oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Sidney Ernane Dore Neto

**Código Identificador:**C1F2A0D0

#### GABINETE DO PREFEITO

##### PORTARIA Nº 149/2016, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O Senhor **WILSON ALVES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado no dia **15 de dezembro de 2013**, homologado em **08 de maio de 2014** e prorrogado em **20 de abril de 2016**.

**CONSIDERANDO:** que o Sr. **JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS GONÇALVES**, prestou o Concurso Público Municipal ocorrido em **15 de dezembro de 2013**, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – GEOGRAFIA**, ficando na lista de classificáveis prevista no Edital nº 001/2013 que regulou o referido certame e convocado pelo Edital nº 15/2016;

#### RESOLVE:

**Art. 1º - NOMEAR**, em caráter efetivo, o Sr. **JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS GONÇALVES**, brasileiro, inscrito no RG nº 2.810.810 – SSP/PB e no CPF nº 262.855.468-27, para exercer o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – GEOGRAFIA**, lotado na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, de acordo com a ordem de classificação, passando a partir desta data, a integrar o quadro de servidores efetivos desta Prefeitura, tudo consoante ao Art. 37, I e II da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM, ESTADO DO CEARÁ**, ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal de Ipaumirim – Ceará

**Publicado por:**

Sidney Ernane Dore Neto

**Código Identificador:**FE7D0B08

#### GABINETE DO PREFEITO

##### PORTARIA Nº 150/2016, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O Senhor **WILSON ALVES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado no dia **15 de dezembro de 2013**, homologado em **08 de maio de 2014** e prorrogado em **20 de abril de 2016**.

**CONSIDERANDO:** que a Sra. **NAILSA MARIA DUARTE**, prestou o Concurso Público Municipal ocorrido em **15 de dezembro de 2013**, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – SÍTIO CATINGUEIRA**, ficando na lista de classificáveis prevista no Edital nº 001/2013 que regulou o referido certame e convocada pelo Edital nº 14/2016;

#### RESOLVE:

**Art. 1º - NOMEAR**, em caráter efetivo, a Sra. **NAILSA MARIA DUARTE**, brasileira, inscrita no RG nº 2003014136738 – SSPDC/CE e no CPF nº 016.991.653-78, para exercer o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – SÍTIO CATINGUEIRA**, lotada na **SECRETARIA DE SAÚDE**, de acordo com a ordem de classificação, passando a partir desta data, a integrar o quadro de servidores efetivos desta Prefeitura, tudo consoante ao Art. 37, I e II da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM, ESTADO DO CEARÁ**, ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

**WILSON ALVES DE FREITAS**

Prefeito Municipal de Ipaumirim – Ceará

**Publicado por:**  
Sidney Ernane Dore Neto  
**Código Identificador:**2FBCDCC5

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO E AVISO**  
**DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nº 2016/035SEDUC**

A(O) SERETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público o resultado do Pregão nº 2016/035SEDUC. Foi adjudicado o(s) objeto(s) desta licitação à(s) seguintes licitant(s):

**RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO**

Lote: 001 - LOTE ÚNICO  
Quantidade: 1,000

Situação: ADJUDICADO em 09/08/2016 às 10:39:45

Adjudicado para: EDUCA-CONSULTORIA P. EM PROCESSOS EDUCACIONAIS E. S.LTDA ME, pelo menor lance de R\$ 144.000,000 (Cento e Quarenta e Quatro Mil Reais).

A licitação foi realizada pelo critério de menor preço, sendo o presente certame homologado pelo(a) Sr.(a) JOSÉ IVAN SIMÃO DA SILVA, autoridade competente do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme resultado indicado no quadro abaixo:

**RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO**

Lote: 001 - LOTE ÚNICO  
Quantidade: 1,000

Situação: HOMOLOGADO em 09/08/2016 às 16:24:34

Homologado para: EDUCA-CONSULTORIA P. EM PROCESSOS EDUCACIONAIS E. S.LTDA ME, C.N.P.J. nº 11.461.590/0001-76, pelo menor preço unitário, no valor de R\$ 144.000,000 (Cento e Quarenta e Quatro Mil Reais).

O(A) pregoeiro(a) informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente do(a) FUNDO MANUT. DESENV. EDUC. BASICA-FUNDEB.

MAURITI - CE, 09 de Agosto de 2016

**GISLAYNE BEZERRA SAMPAIO**  
Pregoeiro(a)

**JOSÉ IVAN SIMÃO DA SILVA**  
Ordenador de Despesas da Educação

**Publicado por:**  
José Wellington Barbosa da Silva  
**Código Identificador:**798AC5C5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO E AVISO**  
**DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nº 2016/035SEDUC**

A(O) SERETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público o resultado do Pregão nº 2016/035SEDUC. Foi adjudicado o(s) objeto(s) desta licitação à(s) seguintes licitant(s):

**RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO**

Lote: 001 - LOTE ÚNICO  
Quantidade: 1,000

Situação: ADJUDICADO em 09/08/2016 às 10:39:45

Adjudicado para: EDUCA-CONSULTORIA P. EM PROCESSOS EDUCACIONAIS E. S.LTDA ME, pelo menor lance de R\$ 144.000,000 (Cento e Quarenta e Quatro Mil Reais).

A licitação foi realizada pelo critério de menor preço, sendo o presente certame homologado pelo(a) Sr.(a) JOSÉ IVAN SIMÃO DA SILVA, autoridade competente do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme resultado indicado no quadro abaixo:

**RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO**

Lote: 001 - LOTE ÚNICO  
Quantidade: 1,000

Situação: HOMOLOGADO em 09/08/2016 às 16:24:34

Homologado para: EDUCA-CONSULTORIA P. EM PROCESSOS EDUCACIONAIS E. S.LTDA ME, C.N.P.J. nº 11.461.590/0001-76, pelo menor preço unitário, no valor de R\$ 144.000,000 (Cento e Quarenta e Quatro Mil Reais).

O(A) pregoeiro(a) informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente do(a) FUNDO MANUT. DESENV. EDUC. BASICA-FUNDEB.

MAURITI - CE, 09 de Agosto de 2016

**GISLAYNE BEZERRA SAMPAIO**  
Pregoeiro(a)

**JOSÉ IVAN SIMÃO DA SILVA**  
Ordenador de Despesas da Educação

**Publicado por:**  
José Wellington Barbosa da Silva  
**Código Identificador:**DC3378F1

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 1.741, DE 06 DE JULHO DE 2016**

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Secretários Municipais de Morada Nova, para o quadriênio 2017-2020, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MORADA NOVA.** Faço saber que a Câmara Municipal de Morada Nova aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Morada Nova será estabelecido nos termos desta lei.

**Art. 2º.** Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

**Art. 3º.** Os subsídios de que trata o artigo anterior terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

**Art. 4º.** Os Secretários Municipais ficarão vinculados ao regime de trabalho dos demais ocupantes de cargos em comissão.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

**PAÇO DO GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA**, em 06 de julho de 2016.

**GLAUBER BARBOSA CASTRO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ana Karina Cavalcante de Lima Rocha

**Código Identificador:**B986B39C

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**OFÍCIO Nº 80/2016, DE 10 DE AGOSTO DE 2016**

Ao Sr.  
Rodrigo Varão  
Gerente do Banco do Brasil S/A  
Sr. Gerente,

Para fins de atualização de nosso cadastro, informamos os cargos e representantes autorizados a praticar os atos abaixo relacionados à abertura e movimentação de contas vinculadas ao CNPJ 07.536.444/0001-95 de titularidade do município de Nova Olinda, referente às contas do Fundo Geral.

**I – Substituição de Representação**

**Representantes Autorizados**

**Cargos**

**FRANCISCA WELDECYELY BEZERRA LOPES ALENCAR**  
(CPF Nº 873.780.943-15)

**Secretária de Finanças**

**ANA KAROLINA LIBERALINO LEITE** (CPF Nº 630.312.133-00)

**Tesoureira Municipal**

**II – Assinatura**

Os titulares dos cargos assinam conjuntamente no mínimo de dois.

**III – Poderes**

- Abrir contas de depósito;
- Emitir Cheques;
- Autorizar Cobrança;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- Endossar Cheques;
- Cancelar Cheques;
- Baixar Cheques;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar saques – Conta Corrente;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Efetuar transferência por meio eletrônico;
- Efetuar transferência para a mesma titularidade;
- Emitir comprovantes;
- Encerrar contas de depósitos;
- solicitar saldos/Extratos de operação de crédito;
- Consultar Contas/Apli. Programas repasse Recursos Feder-RPG;
- Requisitar Talonário de cheque;
- Liberar arquivos de pagamentos do gerenciador Financeiro/AASP.

Conta	Agência
12.452-4	4380 - X

**IV- Da Publicidade**

Em cumprimento às exigências legais, e, em conformidade com Lei Municipal nº 760/2016, de 13 de junho de 2016, adota o Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará, instituído e administrado pela Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos do Município de Nova Olinda e adota outras providências, a publicação de suas leis e atos administrativos podem ser vistas no site: [www.diariomunicipal.com.br](http://www.diariomunicipal.com.br).

CERTIFICAMOS para os devidos fins de provas e a quem deva interessar que foi publicado em 10 de agosto de 2016.

Sendo apenas para o momento, subscrevo-me, apresentando votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**ELIZIO MANOEL GALDINO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Almiro Vieira de Souza

**Código Identificador:**32A705A9

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 54/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**(ERRATA)**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLINDA, ESTADO DO CEARÁ, ELIZIO MANOEL GALDINO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Nomear **PATRÍCIA RAFAELA RUFINO DOS SANTOS** para exercer o cargo de Coordenador Pedagógico da EEIEF José Alencar Alves, junto a Secretaria de Educação Desporto e Lazer do Município de Nova Olinda, Estado do Ceará.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE,**  
**PUBLIQUE-SE E**  
**CUMPRA-SE**

Palácio Antonio Jeremias Pereira – Gabinete do Prefeito, em 08 de agosto de 2016.

**ELIZIO MANOEL GALDINO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Almiro Vieira de Souza

**Código Identificador:**960E4EE0

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 88/2016, DE 10 DE AGOSTO DE 2016**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLINDA, ESTADO DO CEARÁ, ELIZIO MANOEL GALDINO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Nomear **FABIANO MOREIRA ALENCAR**, para exercer o cargo de Diretor de Recursos Humanos, junto a Secretaria de Administração do Município de Nova Olinda, Estado do Ceará.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE,**  
**PUBLIQUE-SE E**  
**CUMPRA-SE**

Palácio Antonio Jeremias Pereira – Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2016.

**ELIZIO MANOEL GALDINO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Almiro Vieira de Souza  
**Código Identificador:**E04B8755

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PACOTI**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 035/2016-PP**

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Pacoti – Aviso de Licitação.** A Pregoeira da Prefeitura Municipal de PACOTI/CE, torna público para conhecimento dos interessados, que às **09:30hs do dia 24 de agosto de 2016**, na sala da Comissão de Pregão, localizada na Av. Cel. José Cícero Sampaio, nº 663, Centro, nesta Cidade, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Presencial**, critério de julgamento menor preço, tombado sob o Nº **035/2016-PP**, com fins a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO, DESTINADO À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO DO EDITAL**, o qual encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Pregão no endereço já citado, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações pelo telefone (85) 3325-1410.

**FRANCILENE MARIA LOPES NOBRE PIMENTA**

A Pregoeira

**Publicado por:**  
Adriano Vieira Pontes  
**Código Identificador:**FDBC930B

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI**

**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: TOMADA DE PREÇOS nº 2016050502 SEIN. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de Urbanização das margens do Açude Porcinato, 2ª (segunda) etapa, na sede do município de Paramoti. Vencedor(es): JR COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA. - ME, com o valor total de R\$ 688.319,08 (Seiscentos e Oitenta e oito Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Oito Centavos). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - FRANCISCO ANTONIO MONTEIRO DA SILVA. 02 de Agosto de 2016.

PARAMOTI - CE, 09 de Agosto de 2016

**ANTÔNIO JOSSELIO PEREIRA DE PAULA**

Comissão de Licitação  
Presidente

**Publicado por:**  
Mario Sérgio paz Silva  
**Código Identificador:**06C7DD0D

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 20160337 PREGÃO**  
**PRESENCIAL Nº 201607.27.01**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº.....: 20160337**

**ORIGEM.....: PREGÃO Nº 2016.07.27.01**  
**CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO**  
**CONTRATADA(O).....: FRANCISCO RENÊ MEDEIROS DE MORAIS - ME LOJA AV. ALF. FRANCO**  
**OBJETO.....: Aquisição de Tijolos para satisfazer as necessidades das diversas secretarias do município de Piquet Carneiro.**  
**VALOR TOTAL.....: R\$ 37.280,00 (trinta e sete mil, duzentos e oitenta reais)**  
**PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2016 Atividade 1001.151220007.2.053 Funcionamento da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Recursos Hídricos, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.24, no valor de R\$ 30.570,00, Exercício 2016 Atividade 0401.041220007.2.007 Funcionamento da Secretaria de Administração e Finanças, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.24, no valor de R\$ 6.710,00**  
**VIGÊNCIA.....: 09 de Agosto de 2016 a 31 de Dezembro de 2016**  
**DATA DA ASSINATURA.....: 09 de Agosto de 2016**

**Publicado por:**  
Francisca Vera Lúcia Barbosa Lima  
**Código Identificador:**22BE9398

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 20160326 PREGÃO**  
**PRESENCIAL Nº 2016.07.08.01**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº.....: 20160326**  
**ORIGEM.....: PREGÃO Nº 2016.07.08.01**  
**CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTRATADA(O).....: MAX JEFFERSON ASSUNÇÃO DA SILVA - ME**  
**OBJETO.....: Aquisição de diversos materiais destinados à manutenção das Escolas de Educação Infantil, através do Programa Brasil Carinhoso.**  
**VALOR TOTAL.....: R\$ 83.513,18 (oitenta e três mil, quinhentos e treze reais e dezoito centavos)**  
**PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2016 Atividade 0501.123650017.2.022 Manutenção da Rede de Ensino Infantil, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R\$ 55.222,50, Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R\$ 684,33, Subelemento 3.3.90.30.20, no valor de R\$ 3.294,00, Subelemento 3.3.90.30.21, no valor de R\$ 2.439,79, Subelemento 3.3.90.30.22, no valor de R\$ 14.497,70, Subelemento 3.3.90.30.51, no valor de R\$ 2.266,86, Subelemento 3.3.90.30.99, no valor de R\$ 5.108,00**  
**VIGÊNCIA.....: 21 de Julho de 2016 a 31 de Dezembro de 2016**  
**DATA DA ASSINATURA.....: 21 de Julho de 2016**

**Publicado por:**  
Francisca Vera Lúcia Barbosa Lima  
**Código Identificador:**51F64F05

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 20160338 PREGÃO**  
**PRESENCIAL Nº 2016.07.27.01**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº.....: 20160338**  
**ORIGEM.....: PREGÃO Nº 2016.07.27.01**  
**CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTRATADA(O).....: FRANCISCO RENÊ MEDEIROS DE MORAIS - ME LOJA AV. ALF. FRANCO**  
**OBJETO.....: Aquisição de Tijolos para satisfazer as necessidades das diversas secretarias do município de Piquet Carneiro.**  
**VALOR TOTAL.....: R\$ 13.950,00 (treze mil, novecentos e cinquenta reais)**

**PROGRAMA DE TRABALHO.....:** Exercício 2016 Atividade 0501.121220007.2.012 Funcionamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.24, no valor de R\$ 13.950,00  
**VIGÊNCIA.....:** 09 de Agosto de 2016 a 31 de Dezembro de 2016  
**DATA DA ASSINATURA.....:** 09 de Agosto de 2016

**Publicado por:**  
Francisca Vera Lúcia Barbosa Lima  
**Código Identificador:**A649C19A

**SECRETARIA DE SAÚDE**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 20160339 PREGÃO**  
**PRESENCIAL Nº 2016.07.27.01**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº.....:** 20160339  
**ORIGEM.....:** PREGÃO Nº 2016.07.27.01  
**CONTRATANTE.....:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**CONTRATADA(O).....:** FRANCISCO RENÊ MEDEIROS DE MORAIS - ME LOJA AV. ALF. FRANCO  
**OBJETO.....:** Aquisição de Tijolos para satisfazer as necessidades das diversas secretarias do município de Piquet Carneiro.  
**VALOR TOTAL.....:** R\$ 13.950,00 (treze mil, novecentos e cinquenta reais)  
**PROGRAMA DE TRABALHO.....:** Exercício 2016 Atividade 0601.101220007.2.034 Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.24, no valor de R\$ 13.950,00  
**VIGÊNCIA.....:** 09 de Agosto de 2016 a 31 de Dezembro de 2016  
**DATA DA ASSINATURA.....:** 09 de Agosto de 2016

**Publicado por:**  
Francisca Vera Lúcia Barbosa Lima  
**Código Identificador:**0351EDD9

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 0108007/2016**

CONCEDE LICENÇA SEM ÔNUS A(O)  
 SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS  
 PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder a(o) Senhor(a) **SAMIA LAURA MORAIS RODRIGUES**, portador(a) do CPF **549.675.703-72**, servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE SAÚDE – Vigilância Sanitária**, admitido(a) em **24/08/2012**, no cargo de **Farmacêutica, Licença Sem Ônus**, por um período de **03(três) ano(s)**, conforme o Artigo 96 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRE-SE E**  
**CUMPRE-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –**  
**CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**823D26A5

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 01.08.008/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A)  
 MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder a(o) Senhor(a) **MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA CARDOSO**, portador(a) do CPF **058.606.283-15** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS – Departamento de Convênios e Projetos** admitido(a) em **07/04/1986**, no cargo de **ESCRITURÁRIA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRE-SE E**  
**CUMPRE-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –**  
**CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**7C80AD84

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 01.08.010/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A)  
 MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder a(o) Senhor(a) **CHEILA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA**, portador(a) do CPF **485.244.333-53** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Jorge Gonçalves da Rocha** admitido(a) em **01/02/1999**, no cargo de **PROFESSORA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRE-SE E**  
**CUMPRE-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –**  
**CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**ADC9F553

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 01.08.009/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **FRANCISCA EDILEUDA CASTELO BRANCO MATEUS**, portador(a) do CPF **322.899.953-04** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Dep. Flávio Portela Marcílio** admitido(a) em **01/06/1984**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRE-SE E**  
**CUMPRE-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –**  
**CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**BE9AD1E4

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 01.08.011/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **MARIA JOSÉ BADRAN DUTRA**, portador(a) do CPF **377.478.353-53** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Distrito de Riacho Verde** admitido(a) em **01/07/1998**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRE-SE E**  
**CUMPRE-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –**  
**CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**180ACE27

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 01.08.012/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **WASHINGTON BARROS INÁCIO**, portador(a) do CPF **635.371.763-68** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Regional Educacional de Cipó dos Anjos** admitido(a) em **19/06/2006**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRE-SE E**  
**CUMPRE-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –**  
**CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**374E8AB8

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 01.08.013/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **EDVANIA RODRIGUES DE SOUZA**, portador(a) do CPF **560.897.163-91** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Regional Educacional de Juá** admitido(a) em **24/03/1986**, no cargo de **PROFESSORA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRE-SE E**  
**CUMPRE-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –**  
**CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**30348B33

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 01.08.014/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **ANTONIO SIRLANDO FELIX DA SILVA**, portador(a) do CPF **383.544.113-20** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Raimundo Marques de Almeida** admitido(a) em **22/02/1988**, no cargo de **PROFESSOR**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**91C3F135

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 01.08.015/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **SILVANA MARIA DAMASCENO NOGUEIRA**, portador(a) do CPF **243.773.923-87** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF José Jucá** admitido(a) em **20/02/1984**, no cargo de **PROFESSORA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**5B5247B1

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 01.08.016/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **JOSCELINA RODRIGUES MARTINS**, portador(a) do CPF **480.556.203-00** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Regina Holanda Amorim** admitido(a) em **01/09/1998**, no cargo de **PROFESSORA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**D1239607

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 01.08.017/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **MARIA ANGELITA DUARTE PESSOA**, portador(a) do CPF **230.113.003-72** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Benigno Bezerra** admitido(a) em **09/02/1981**, no cargo de **PROFESSORA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**20E80DDC

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 01.08.006/2016**

**CONCEDE LICENÇA SEM ÔNUS A(O) SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,



**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **EGILEU DOS SANTOS FERREIRA**, portador(a) do CPF **381.190.133-87**, servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Zilcar de Sousa Holanda**, admitido(a) em **02/02/1998**, no cargo de **Professor, Licença Sem Ônus**, de **100h/m**, na matrícula nº **0447080**, por um período de **04(quatro) meses**, conforme o Artigo 96 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:59E9752E**

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 02.08.001/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A)  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **MARIA LÚCIA NEVES FERNANDES**, portador(a) do CPF **357.264.743-68** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Benigno Bezerra** admitido(a) em **09/02/1981**, no cargo de **PROFESSORA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 02 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:34BACEF7**

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 04.08.001/2016**

CONCEDE AFASTAMENTO POR  
DESINCOMPATIBILIZAÇÃO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **VANDERLAURA MORAIS DA SILVA**, portador(a) do CPF **774.178.793-49** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE SAÚDE**, a título de **DESINCOMPATIBILIZAÇÃO**, por está concorrendo ao cargo eletivo de Vereador(a) no município Quixadá/CE, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, no pleito de 2016, a partir de 02/07/2016 até 02/10/2016.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 04 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:38CEF74B**

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 04.08.002/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A)  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **MARIA EUNICE DOS SANTOS MACEDO**, portador(a) do CPF **102.098.323-04** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Padre Vicente** admitido(a) em **02/05/1998**, no cargo de **PROFESSORA**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 04 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:D8399435**

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 08.08.001/2016**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A)  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **PERIGRINA DE FÁTIMA OLIVEIRA LOIOLA**, portador(a) do CPF **170.759.393-00** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Benigno Bezerra** admitido(a) em **02/02/1998**, no cargo de **ESCRITURÁRIA**, licença prêmio por um período de

**03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 08 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**2903308E

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 08.08.002/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A)  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **INÁCIA MARIA DA SILVA RODRIGUES**, portador(a) do CPF **310.199.003-34** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF João Gonçalves da Rocha** admitido(a) em **02/02/1998**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 08 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**94C4F6F4

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 08.08.003/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A(O) SERVIDOR(A)  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei orgânica do município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Conceder a(o) Senhor(a) **LIA MARIA FERREIRA DE LIMA**, portador(a) do CPF **762.125.133-68** servidor(a) municipal, lotado(a) no(a) **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EEF Francisca Teixeira** admitido(a) em **15/02/2000**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS**, licença prêmio por um período de **03(três) meses**, conforme o Artigo 93 da Lei Complementar nº 001 de 23 de Novembro de 2007 – Estatuto dos Servidores Municipais de Quixadá, a partir da presente data.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ –  
CEARÁ, EM 08 DE AGOSTO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**1698FED6

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 27.07.003/2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o Regime Jurídico Único, Lei Complementar nº 001/2007, de 23 de novembro de 2007, Título III, capítulo IV, Seção VI, artigo 93 a 95, **RESOLVE** contar em dobro o tempo de licença prêmio não gozada, para efeito de aposentadoria, por ser anterior a Emenda Constitucional nº 20/1998, de 15 de dezembro de 1998, do(a) servidor(a) **MARIA MARLÚCIA DE SOUSA**, cargo **ESCRITURÁRIO II**, matrícula 0814466, referente as licenças prêmio não gozadas dos períodos 02/05/1988 A 01/05/1993 E 02/05/1993 A 01/05/1998, perfazendo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, totalizando 01(um) ano, a mais na sua contagem de tempo de serviço.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ, aos 27  
dias do mês de Julho do ano de 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**FA0F2EE1

---

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 29.07.001/2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXADÁ**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o Regime Jurídico Único, Lei Complementar nº 001/2007, de 23 de novembro de 2007, Título III, capítulo IV, Seção VI, artigo 93 a 95, **RESOLVE** contar em dobro o tempo de licença prêmio não gozada, para efeito de aposentadoria, por ser anterior a Emenda Constitucional nº 20/1998, de 15 de dezembro de 1998, do(a) servidor(a) **MARIA DE FÁTIMA**, cargo **ESCRITURÁRIA**, matrícula 0806072, referente as licenças prêmio não gozadas dos períodos 24/09/1987 A 23/09/1992 E 24/09/1992 A 23/09/1997, perfazendo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, totalizando 01(um) ano, a mais na sua contagem de tempo de serviço.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ, aos 29  
dias do mês de Julho do ano de 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Narcélio Filgueiras da Silva  
**Código Identificador:**B1E30B89

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 09.05.003/2016 -ENFERMAGEM**

**PORTARIA Nº 09.05.003/2016**

Trata da normatização da prescrição/transcrição de medicamentos e solicitação de exames complementares e de rotina pelos enfermeiros integrantes das equipes de saúde, em nível ambulatorial.

A Secretária Municipal de Saúde de Quixadá - Ceará, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Saúde nº 8.080/90 e a Lei nº 8.142/90 e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar as atividades de Enfermagem nos Programas de Saúde Pública da Rede Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a presença do Enfermeiro, um profissional comprometido com a saúde individual e coletiva da comunidade, atuando na promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas é exigência legal e, portanto imprescindível à implantação e execução dos programas de saúde;

**CONSIDERANDO** as resoluções do Conselho Federal de Enfermagem: 159/93, que dispõe sobre a consulta de enfermagem; 195/97, que dispõe sobre a solicitação de exames de rotina e complementares por Enfermeiro; 223/99, que dispõe sobre a atuação de Enfermeiros na Assistência à Mulher no Ciclo Gravídico Puerperal; 358/09, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a Implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências; 311/2007, que aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

**CONSIDERANDO** a Norma Operacional de Assistência à Saúde – SUS 01/2001 publicada pelo Ministério da Saúde, da Portaria 95/GM de 26 de Janeiro de 2001;

**CONSIDERANDO** a necessidade de dar continuidade à implantação da Estratégia de Saúde da Família no Município, com a expansão de Equipes de Saúde da Família, tendo como integrantes profissionais Enfermeiros.

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualizar a normatização, no âmbito Municipal, das atividades inerentes aos enfermeiros, face ao modelo de atenção vigente.

**CONSIDERANDO** a RDC Nº 20/2011 que regulamenta os procedimentos relativos à dispensação e controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antibióticos.

**CONSIDERANDO** a Portaria do Ministério da Saúde Nº 2488/GM de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional da Atenção Básica.

**CONSIDERANDO** a Lei Nº 5.095/1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, responsáveis por disciplinar e fiscalizar o exercício profissional.

**CONSIDERANDO** a Lei Nº 7498/1986, Art. 11, que dispõe a prescrição de medicamentos por profissionais enfermeiros, restrita aos enfermeiros lotados no Programa Saúde da Família, que não pode ser utilizada em ambiente hospitalar.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Normatizar a prescrição/transcrição de medicamentos e a solicitação de exames complementares e de rotina, descritos nos Anexos I e II, desta Portaria no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Quixadá, pelos enfermeiros integrantes de equipes de saúde da família, em nível ambulatorial, nos casos de pacientes com patologias específicas dos Programas de Saúde Pública executados pela Secretaria Municipal de Saúde e regulamentados pelo Ministério da Saúde

**Art. 2º**- O Enfermeiro poderá fazer prescrições/transcrições subsequentes ao atendimento médico, de modo que a prescrição/transcrição prevista no artigo anterior se refira somente a medicamentos previamente estabelecidos em Programas de Saúde Pública e em rotinas aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Quixadá.

**Art. 3º**- Esta portaria não isenta nenhum profissional Enfermeiro de suas responsabilidades ético legais durante seu desempenho profissional.

**Art. 4º**- O enfermeiro poderá solicitar exames complementares, de rotina, de rastreamento e de seguimentos do paciente, desde que enquadrados nos Programas de Saúde Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Quixadá, nos termos dos protocolos estabelecidos pela Secretaria de Saúde.

**Art. 5º**- A prescrição de medicamentos e a solicitação de exames de rotina complementares e de rastreamento pelo enfermeiro deverão ser em receituário/formulário padronizado da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quixadá, identificado com carimbo e número da inscrição no Conselho de Enfermagem – COREN-CE, nome do profissional e respectiva assinatura.

**Art. 6º**- A relação dos medicamentos e exames mencionados nessa Portaria encontra-se em anexo.

**REGISTRA-SE,  
PUBLIQUE-SE E  
CUMPRA-SE.**

**QUIXADÁ-CE, 09 DE MAIO DE 2016.**

**JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**

Prefeito Municipal de Quixadá

**ANEXO I**

**RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESTABELECIDOS NOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA:**

**PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE:**

RIFAMPICINA

ISONIAZIDA

PIRAZINAMIDA

ETAMBUTOL

ETIONAMIDA

ESTREPTOMICINA

**PROGRAMA DE CONTROLE DA HANSENÍASE:** prescrição de medicamentos após diagnóstico médico.

BLISTER PAUCIBACILAR

BLISTER MULTIBACILAR

ÓLEO MINERAL

**PROGRAMA DE DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA:** continuidade do tratamento clínico.

CAPTOPRIL

HIDROCLOROTIAZIDA

PROPRANOLOL

FUROSEMIDA

METILDOPA

GLIBENCLAMIDA

METFORMINA

INSULINA NPH/ REGULAR

ÁCIDO ACETILSALICÍLICO

ESPIRONOLACTONA

GLICAZIDA

ENALAPRIL

ATENOLOL

ANLIDIPINO

LOSARTANA

**PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO DO FERRO:**

SULFATO FERROSO (COMPRIMIDOS E XAROPE)

ÁCIDO FÓLICO

**PROGRAMA CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA:**

PARACETAMOL GTS

DIPIRONA GTS

MEBENDAZOL

ALBENDAZOL

VITAMINA A

PERMETRINA 1% (SHAMPOO)

PERMETRINA 5% (CREME DERMATOLÓGICO)

PERMANGANATO DE POTÁSSIO

SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL

**SOLUÇÃO FISIOLÓGICA NASAL**

PASTA D'ÁGUA

**PROGRAMA SAÚDE DA MULHER:**

VITAMINA A

AMOXICILINA

CEFALEXINA

ANOVULATÓRIOS (ORAIS)

PRESERVATIVO MASCULINO E FEMININO

DIAFRAGMA

ESTRIOL (CREME VAGINAL)

ANOVULATÓRIOS INJETÁVEIS MENSIS E TRIMESTRAIS:  
transcrição após consulta médica.**PROGRAMA SAÚDE DO ADULTO:**

PARACETAMOL

IBUPROFENO

**PROGRAMA DE DST/HIV/AIDS:**

METRONIDAZOL (COMPRIMIDO)

SECNIDAZOL

NISTATINA (CREME VAGINAL)

CLOTIMAZOL (CREME VAGINAL)

MICONAZOL (CREME VAGINAL)

METRONIDAZOL (CREME VAGINAL)

ISOCONAZOL (CREME VAGINAL)

FLUCONAZOL

ITRACONAZOL

SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA

CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA

AZITROMICINA

DOXICICLINA

ISOCONAZOL

ACICLOVIR

ÁCIDO ACÉTICO

LUGOL

**ANEXO II****RELAÇÃO DE EXAMES DE ROTINA E  
COMPLEMENTARES AO PROTOCOLO DE ENFERMAGEM****PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE:**

BACILOSCOPIA DE ESCARRO

CULTURA DE ESCARRO

PROVA TUBERCULÍNICA - PPD

ANTI HIV

HEPATITE B e C

**PROGRAMA DE CONTROLE DA HANSENÍASE:**

BACILOSCOPIA DE LINFA

**PROGRAMA DE CONTROLE DO DIABETES E  
HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA:**

GLICEMIA

TESTE DE TOLERÂNCIA ORAL A GLICOSE

HEMOGLOBINA GLICADA

GLICOSÚRIA

HEMOGRAMA COMPLETO

COLESTEROL TOTAL E FRAÇÕES

TRIGLICERÍDEOS

UREIA

CREATININA

SÓDIO

POTÁSSIO

SUMÁRIO DE URINA

**PROGRAMA CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA  
CRIANÇA:**

HEMOGRAMA COMPLETO

COLESTERAL

TRIGLICERÍDEOS

SUMÁRIO DE URINA

GLICEMIA

PARASITOLÓGICO DE FEZES

TESTE DO PEZINHO

**PROGRAMA SAÚDE DA MULHER:**

HEMOGLOBINA

HEMATÓCRITO

VDRL

ANTI HIV

SUMÁRIO DE URINA

URINOCULTURA

GLICEMIA

TIG OU BHCG

FATOR RH

GRUPO SANGUÍNEO

TGO

SOROLOGIA PARA HEPATITE B

SOROLOGIA PARA TOXOPLASMOSE (IgG/IgM)

SOROLOGIA PARA RUBÉOLA

SOROLOGIA PARA CITOMEGALOVÍRUS

BACTERIOSCOPIA PARA SECREÇÃO VAGINAL

CITOPATOLÓGICO CÉRVICO VAGINAL

ENTREGA DE RESULTADOS DE EXAMES CITOPATOLÓGICO  
SEM ALTERAÇÃO

ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA

ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA

ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL

MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO

TESTE RÁPIDO PARA HIV

TESTE RÁPIDO PARA GRAVIDEZ

TESTE RÁPIDO PARA SÍFILIS

TESTE RÁPIDO PARA HEPATITE B E C

**PROGRAMA DE DST/HIV/AIDS:**

HEPATITE B e C

SECREÇÃO VAGINAL

CITOLOGIA ONCÓTICA

VDRL

ANTI HIV

**QUIXADÁ-CE, 09 DE MAIO DE 2016.****JOÃO HUDSON RODRIGUES BEZERRA**

Prefeito Municipal de Quixadá

**ÂNGELA BRENNAL CALIXTO PEREIRA**

Secretária Municipal de Saúde

**NÁGELA ROBERTA RAFAEL BERNARDO**

Coordenadora da Atenção Básica

COREN/CE: 210514-Enf.

**Publicado por:**

Luis Narcélio Filgueiras da Silva

**Código Identificador:**2D6C48F7**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 001.03.08.2016****O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas  
atribuições legais que lhe são proferidas, etc.****RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Maria Dias Xavier, ocupante do cargo de Motorista, 02 (duas), ajuda(s), no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Baraúna/RN, no(s) dia(s), 04 e 05/08/2016, com a finalidade de, conduzir Ônibus de placa OSB 5881 para fazer revisão e reparo na Instalação elétrica, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 03 de agosto 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**

Secretário de Educação

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**9B132945

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 001.13.07.2016**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.**

**RESOLVE:**

**Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), Ricardo Monteiro Xavier, ocupante do cargo de Motorista, 40%, 02 (duas) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 80,00 (Oitenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Limoeiro do Norte-Ce, no(s) dia(s), 14 e 18/07/2016, com a finalidade de, conduzir ônibus de placa OSB 5711, para serviço de capotaria, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.**

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 13 de julho de 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**

Secretário de Educação

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**F76B15C0

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 001.05.08.2016**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.**

**RESOLVE:**

**Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Ocielo Araujo Lima, ocupante do cargo de Motorista, 40%, 04 (quatro) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Russas-Ce, no(s) dia(s), 05,10,11 e 12/08/2016, com a finalidade de, conduzir as turmas do 9º Ano das Escolas Manoel Gonçalves de Sousa e Antônio Moreira para visitar as Instituições (Faculdades) do Município, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.**

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 05 de agosto de 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**

Secretário de Educação

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**2D9B039A

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 001.15.07.2016**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.**

**RESOLVE:**

**Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de Motorista, 02 (duas), ajuda(s), no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Mossoró/RN, no(s) dia(s), 18 e 19/07/2016, no Ônibus de placa OCL 4943 com a finalidade de fazer balanceamento e alinhamento no mesmo, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.**

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 15 de julho 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**

Secretário de Educação

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**0EDD28CE

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 001.19.07.2016**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.**

**RESOLVE:**

**Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Ocielo Araujo Lima, ocupante do cargo de Motorista, 02 (duas), ajuda(s), no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Mossoró/RN, no(s) dia(s), 20 e 21/07/2016, no Ônibus de placa OSP 6330 com a finalidade de fazer balanceamento e alinhamento no mesmo, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.**

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 19 de julho 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**

Secretário de Educação

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**D69944B2

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 001.20.07.2016**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.**

**RESOLVE:**

**Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), Ricardo Monteiro Xavier, ocupante do cargo de Motorista, 02 (duas), ajuda(s), no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Mossoró/RN, no(s) dia(s), 20 e 21/07/2016, no Ônibus de placa ORX 9939 com a finalidade de fazer balanceamento de pneus no mesmo, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.**

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 20 de julho 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**

Secretário de Educação

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**551BAC21

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 001.28.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Roberto Lima Silva, ocupante do cargo de Motorista, 02 (duas), ajuda(s), no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Baraúna/RN, no(s) dia(s), 28 e 29/07/2016, em transporte Iveco de placa NUU 6331 com a finalidade de fazer balanceamento e alinhamento no mesmo, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 28 de julho 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**  
Secretário de Educação

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**601B4D18

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 002.03.08.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Ocielo Araujo Lima, ocupante do cargo de Motorista, 02 (duas), ajuda(s), no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Baraúna/RN, no(s) dia(s), 03 e 04/08/2016, com a finalidade de, conduzir transporte Volary de placa ORX 9939 para fazer revisão e reparo na Instalação elétrica, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 03 de agosto 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**  
Secretário de Educação

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**C867A1D5

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.05.08.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Ocielo Araujo Lima, ocupante do cargo de Motorista, 40%, 02 (duas) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 80,00 (Oitenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Limoeiro do Norte-Ce, no(s) dia(s), 08 e 09/08/2016, com a finalidade de,

conduzir as turmas do 9º Ano da Escola Raimundo Nonato de Sena para visitar as Instituições de Ensino Superior do Município, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 05 de agosto de 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**  
Secretário de Educação

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**81DACE57

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 002.13.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao Setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Roberto Lima Silva, ocupante do cargo de Motorista, 02 (duas), ajuda(s), no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Mossoró/RN, no(s) dia(s), 13 e 14/07/2016, no Ônibus de placa OSB 5881 com a finalidade de fazer balanceamento e alinhamento no mesmo, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 13 de julho 2016.

**JOSÉ ROBERTO RIBEIRO LIMA**  
Secretário de Educação

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**CF264824

**SECRETARIA DE SAÚDE**  
**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº. 001.18.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Kleber Lima Viana, ocupante do cargo de Motorista, 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (Quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-Ce, no(s) dia(s), 18/07/2016, com a finalidade de, transportar paciente(s) acamado(s) para Unidade Especializada (HOSPITAL DO CORAÇÃO EM MESSEJANA), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 18 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**  
Secretário de Saúde

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**CB186067

**SECRETARIA DE SAÚDE**  
**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 001.21.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José de Anchieta Brito de Sousa, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 21/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes(s) acamado para Unidade Especializada (HOSPITAL FROTINHA DE MESSEJANA), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 21 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

Código Identificador:14751D1D

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 001.22.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Flavio de Freitas, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 22/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes(s) acamado(s) para Unidade Especializada (HOSPITAL DAS CLÍNICAS e HEMOCE), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 22 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

Código Identificador:7278C57C

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 001.27.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), Paulo Sergio Ferreira de Sousa, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 27/07/2016, com a finalidade de, transportar paciente(s) acamado para Unidade Especializada (Hospital Sarah Kubitschek), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 27 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

Código Identificador:3B5525F9

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 001.29.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), Paulo Sergio Ferreira de Sousa, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 29/07/2016, com a finalidade de, transportar paciente(s) acamado para Unidade Especializada (Hospital Instituto José Frota), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 29 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

Código Identificador:B72FF32C

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.15.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), Alexandre Marcio de Brito, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Pacajús-CE, no(s) dia(s), 15/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes(s) acamado(s) para Unidade Especializada (POLICLÍNICA DE PACAJÚS), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 15 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

Código Identificador:C8565BD7

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.18.07.2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Francisco Brito Fonseca, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 19/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes do Município de Quixeré para Fortaleza, a fim de que realizem consultas e exames especializados em Hospitais e Laboratórios, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 18 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**CB84B9DB

#### SECRETARIA DE SAÚDE

##### PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.19.07.2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José de Anchieta Brito de Sousa, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 19/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes(s) acamado(s) para Unidade Especializada (HOSPITAL SARAH KUBITSCHKE e HOSPITAL ALBERT SABIN), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 19 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**46C4364D

#### SECRETARIA DE SAÚDE

##### PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.20.07.2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), José Rodrigues de Almeida, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 20/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes(s) acamado(s) para Unidade Especializada (HOSPITAL INSTITUTO DO CÂNCER DO CEARÁ e SANTA CASA DE MISERICÓRDIA), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 20 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**8DFCECCC

#### SECRETARIA DE SAÚDE

##### PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.21.07.2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), Adalberto de Oliveira Santiago, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 22/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes do Município de Quixeré para Fortaleza, a fim de que realizem consultas e exames especializados em Hospitais e Laboratórios, ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 21 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**D6F61D33

#### SECRETARIA DE SAÚDE

##### PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.22.07.2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** – Determinar ao setor competente a pagar ao (a) Sr.(a), Hamilton da Silva Sales, ocupante do cargo de, Motorista 01 (uma) diária(s), no valor de R\$ 40,00 (Quarenta reais), perfazendo um total de R\$ 40,00 (quarenta reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Fortaleza-CE, no(s) dia(s), 22/07/2016, com a finalidade de, transportar pacientes(s) acamado(s) para Unidade Especializada (HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA), ficando desde já, a Tesouraria autorizada a fazer a referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente Orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 22 de julho de 2016.

**JOÃO URÂNIO NOGUEIRA FERREIRA**

Secretário de Saúde

**Publicado por:**

Maria Daiane Sousa Melo

**Código Identificador:**78ED418A

#### SECRETARIA DOTRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

##### PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.01.08.2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

#### RESOLVE:



**Art. 1º.** – Determinar ao setor competente a pagar o (a) Sr. (a) Lenita Maria Honorato Ferreira, ocupante de cargo de, Conselheiro Tutelar, 01 (uma) diária no valor de R\$ 52,00 (Cinquenta e dois reais), perfazendo um total de R\$ 52,00 (Cinquenta e dois reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Quixeramobim-Ce, no(s) dia(s), 01/08/2016, com a finalidade de, acompanhar criança ao IML para ser realizado exame de corpo de delito, ficando desde já a Tesouraria autorizada a fazer referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 01 de agosto de 2016.

**MARIA EDVANIA DE BRITO MARTINS**  
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**1CDAE52E

**SECRETARIA DOTRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 002.11.07.2016**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas, etc.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Determinar ao setor competente a pagar o (a) Sr. (a) Flavia Ferreira de Araujo, ocupante de cargo de, Conselheiro Tutelar, 01 (uma) diária no valor de R\$ 52,00 (Cinquenta e dois reais), perfazendo um total de R\$ 52,00 (Cinquenta e dois reais), para fazer face a suas despesas com o seu deslocamento para a Cidade de Limoeiro do Norte-Ce, no(s) dia(s), 11/07/2016, com a finalidade de, acompanhar adolescente para a realização de procedimentos cabíveis, ficando desde já a Tesouraria autorizada a fazer referida liberação, devendo as despesas correr por conta de dotação própria do vigente orçamento.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-CE, em 11 de julho de 2016.

**MARIA EDVANIA DE BRITO MARTINS**  
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social

**Publicado por:**  
Maria Daiane Sousa Melo  
**Código Identificador:**C84F3C47

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SANTA QUITÉRIA**  
**PORTARIA Nº 010.08.040.2016**

ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO  
PREVIDENCIÁRIO N. 010.08.040.2016

O PREFEITO MUNICIPAL E O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA, tendo em vista o que dispõe o regime Jurídico Único Estatutário, Lei nº 081-A/93, de outubro de 1993, art. 196, inciso II e o art. 40, §1º, inciso III, “b”, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, com redação dada pela RC 041/2003, e o art. 1º da Lei nº 10.887/2004, art. 23 da Lei Municipal nº 012, de 20 de agosto de 2014,

**RESOLVE:**

Conceder ao Sr. ANTONIO VALDENIR CAMELO MESQUITA – servidor público municipal ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVOÇOS GERAIS, matriculado sob o nº 010254-7 junto a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO o BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE, fixado no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta e oito reais), conforme especificado abaixo:

Vencimento base	R\$ 724,00
Resultado obtido a partir do cálculo determinado pela lei 10.887/2004	R\$ 685,93
Benefício Proporcional Calculado	R\$ 458,65
Complementação Constitucional	R\$ 421,35
TOTAL	R\$ 880,00

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRA-SE,**  
**CUMPRE-SE**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA,**  
**EM 10 DE AGOSTO DE 2016.**

**CLEIDIR JANDER LIMA MORAES**  
Diretor-Presidente do IPESQ

**FABIANO MAGALHÃES MESQUITA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cleidir Jander Lima Moraes  
**Código Identificador:**A05B5B93

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SANTA QUITÉRIA**  
**PORTARIA Nº 01.07.041.2016**

ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO  
PREVIDENCIÁRIO N. 01.07.041.2016

O PREFEITO MUNICIPAL E O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA, tendo em vista o que dispõe o regime Jurídico Único Estatutário, Lei nº 081-A/93, de outubro de 1993, art. 196, inciso II e o art. 40, §1º, inciso III, “a”, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, com redação dada pela RC 041/2003, e o art. 1º da Lei nº 10.887/2004, art. 23 da Lei Municipal nº 012, de 20 de agosto de 2014, **RESOLVE:**

Conceder à Sra. MARIA DE FÁTIMA BRITO BARBSOSA – servidor público municipal ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVOÇOS ESPECIAIS, matriculado sob o nº 011057-4 junto a SECRETARIA DE SAÚDE o BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE, fixado no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta e oito reais), conforme especificado abaixo:

Vencimento base	R\$ 1.012,00
Quinquênio (15%)	R\$ 151,80
Total	R\$ 1.163,8
Resultado obtido a partir do cálculo determinado pela lei 10.887/2004	R\$ 733,56
Benefício Proporcional Calculado	R\$ 439,80
Complementação Constitucional	R\$ 440,20
TOTAL	R\$ 880,00

**PUBLIQUE-SE,**  
**REGISTRA-SE,**  
**CUMPRE-SE**

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA,**  
**EM 1º DE JULHO DE 2016.**

**CLEIDIR JANDER LIMA MORAES**  
Diretor-Presidente do IPESQ

**FABIANO MAGALHÃES MESQUITA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cleidir Jander Lima Moraes  
**Código Identificador:**14045D96

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUOCA**

**SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE, JUVENTUDE E TURISMO**  
**EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº**  
**0022107.2016-01**

A SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTE, JUVENTUDE E TURISMO, ATRAVÉS DE SEU ORDENADOR DE DESPESAS, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº **0022107.2016-01** RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº **0022107.2016**.

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:** SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE, JUVENTUDE E TURISMO

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

0901.13.392.0059.2.069

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.00

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MONTAGEM E DESMONTAGEM (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADORES DE ENERGIA), APRESENTAÇÃO DE BANDAS ARTÍSTICAS E DIVULGAÇÃO PARA OS FESTEJOS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE SE REALIZARÁ ENTRE OS DIAS 05 A 15 DE AGOSTO DE 2016 NO MUNICÍPIO DE URUOCA-CE.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 10 DE OUTUBRO DE 2016

**CONTRATADO:** EDINARDO B. ILDEFONSO - ME

**CONTRATANTE:** LÉO JAIME DE MATOS OLIVEIRA

**VALOR GLOBAL:** R\$ 92.800,00 (NOVENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS).

URUOCA - CE, 10 DE AGOSTO DE 2016.

**LÉO JAIME DE MATOS OLIVEIRA**

Secretário da Cultura

**Publicado por:**  
Ivone Araújo Silveira  
**Código Identificador:**3952DD66

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 0090205.2016-01**

O MUNICIPIO DE URUOCA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E OBRAS PÚBLICAS, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº **0090205.2016-01**, RESULTANTE DA DISPENSA Nº **0090205.2016**.

**FUNDAMENTAÇÃO:** O PRESENTE ADITIVO TEM COMO FUNDAMENTO O ART. 57, § 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E OBRAS PÚBLICAS.

**OBJETO:** PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PERFURAÇÕES DE POÇOS TUBULARES PROFUNDO EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE URUOCA-CE

**VIGÊNCIA DO ADITIVO:** 60 (sessenta) dias, a partir de 08 de julho de 2016 até 08 de setembro de 2016.

**CONTRATADO:** FRANCISCO ALVES TEIXEIRA POÇOS ME

**CONTRATANTE:** WANGERON SILVA ARAUJO

Uruoca (CE), 08 de julho de 2016.

**WANGERON SILVA ARAUJO**

Gestor do Fundo Geral

**Publicado por:**  
Ivone Araújo Silveira  
**Código Identificador:**C4B3DE89

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0032007-2016**

A SECRETARIA DE SAÚDE FAZ PUBLICAR O EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. **0032007-2016**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 04 ( QUATRO) AMPOLAS DE UNDECANOATO DE TESTOSTERONA (NEBIDO) 250MG/ML (1000MG) DESTINADO AO PACIENTE JOSÉ NILSON DA COSTA SAMPAIO CONFORME DECISÃO JUDICIAL Nº. 2585-72.2016.8.06.0179 DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUOCA-CE.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

0801.10.301.0075.2.062

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00

**CONTRATANTE:** SECRETARIA DE SAÚDE

**CONTRATADA:** PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

**VIGÊNCIA:** 27/07/2016 À 31/12/2016

**VALOR GLOBAL:** R\$: R\$ 2.248,00 (DOIS MIL DUZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

**FUNDAMENTO LEGAL:** ART. 26, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

URUOCA (CE), 27 DE JULHO DE 2016.

**SILVANIA DOS SANTOS QUEIROZ**

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
Ivone Araújo Silveira  
**Código Identificador:**EB87BD44

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**CONCURSO PÚBLICO**

**HOMOLOGAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas, **PUBLICA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL** para todos os cargos do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Morada Nova.

## NÍVEL SUPERIOR

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA
629695	SAMARA JESSICA DE OLIVEIRA RABELO	1º	60	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
633223	ANTONIA ALCIENE NOGUEIRA	2º	59	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
632753	CHASMENIA CHAVES DE CASTRO ALMEIDA	3º	59	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
630664	ADRIANA ALINE ARAUJO COSTA	4º	58	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
632006	KÁSSIA CARNEIRO PINHEIRO OLIVEIRA	5º	57	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
631713	RUTH HELENA DE LIMA OLIVEIRA	6º	56	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
631132	ALEX SOUZA TAVARES	7º	56	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
632504	MIRIAN LOPES GONÇALVES	8º	55	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
630394	NAYARA CRISTINA RABELO BANDEIRA	9º	55	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
630859	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS	10º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
631044	JULIANA FERNANDES SILVA	11º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
629521	JOSE AIRTON FILHO	12º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
633179	ANTONIA EMANUELLA OLIVEIRA DINIZ	13º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
630667	AKYLLA CRISTINA DE LIMA GUERRA	14º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
630436	LIDIANE CABRAL NOBRE RABELO	15º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
629190	GERMANA DE SENA E SILVA	16º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
631001	ANDRESSA RALLIA AQUINO SOARES	17º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
629583	RAQUELL PINHEIRO DA ROCHA	18º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
631181	CLAUDIA CRISTINA BARBOSA	19º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
633226	SANDRA ROSA SOARES FREIRE	20º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE
629244	SABRINE RODRIGUES FEITOZA	1º	56	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
632529	AMANDA DE SOUZA BATISTA	2º	55	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631417	MARIA PAULA DA SILVA RIBEIRO	3º	54	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
629708	BRENDA KÉRCIA DE SOUSA SILVA	4º	54	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631131	SYMARA ABRANTES ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA CABRAL	5º	54	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
632761	FRANCISCA FLÁVIA OLIVEIRA AMARAL MACHADO	6º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
629042	LUIZA FABIANA MENDES MAIA	7º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631745	ANA CAROLINA NOGUEIRA DA SILVA	8º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
628921	CRISNETE CÉSAR DA ROCHA	9º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
630363	ROBERTA BATISTA LOPES	10º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631206	JOSE MARIANO PESSOA	11º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
629665	MÁRCIA DE OLIVEIRA SILVA	12º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
629674	MARIA KEILLY MARLY CHAVES	13º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
629048	EMANUELLE GOMES MARTINS	14º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631845	SAMARA SALES DE FREITAS PAIVA	15º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
633228	FRANCISCA MAEDYA FERNANDES CRUZ	16º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631248	PRISCILA MAGALHÃES DE SOUSA MILFONT	17º	50	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631306	CLARICE MENDES DE FREITAS	18º	50	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
632775	FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS	19º	49	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
631461	CARINA DE PAULA DIOGENES	20º	49	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE
632054	EVELINE OLIVEIRA GIRÃO DE CASTRO	1º	47	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO AUDITOR	CONFORME NECESSIDADE
629053	FRANCISCO COSTA NETO	2º	46	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AUDITOR	CONFORME NECESSIDADE
632501	CARLA VIRGINIA DE ANDRADE CHAVES	3º	41	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AUDITOR	CONFORME NECESSIDADE
631767	VITOR TEIXEIRA HOLANDA	1º	44	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO CIRURGIÃO PLANTÃO 24 HORAS	CONFORME NECESSIDADE
632787	LUIS PIRES DE MELO FILHO	2º	43	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO CIRURGIÃO PLANTÃO 24 HORAS	CONFORME NECESSIDADE
631231	PAULO SERGIO ALMEIDA DA SILVA	1º	47	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	CONFORME NECESSIDADE
630647	SAULO SANTIAGO ALMEIDA	1º	52	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO ENDOSCOPISTA	CONFORME NECESSIDADE
631648	RANIERI DOS SANTOS ROLIM	1º	48	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO MASTOLOGISTA	CONFORME NECESSIDADE

630595	DEBORA PONTES AIRES	1º	49	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO PEDIATRA	CONFORME NECESSIDADE	A
630425	MARINA SILVEIRA MENDES	2º	37	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO PEDIATRA	CONFORME NECESSIDADE	A
632465	CARLOS VIRGILIO DE ANDRADE CHAVES	1º	51	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO PERITO	CONFORME NECESSIDADE	A
632514	RÔMULO CORREIA FERRER FILHO	2º	48	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO PERITO	CONFORME NECESSIDADE	A
633201	RANIELLE FERNANDES PIMENTA	1º	56	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
633079	ISABELLE ANDRADE SANTIAGO DE OLIVEIRA	2º	47	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
633078	LARISSA ANDRADE SANTIAGO DE OLIVEIRA	3º	44	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
631583	GILMARIO BUENO DE LUCENA TORRES	4º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
631426	ATAHUALPA LOPES DE OLIVEIRA	1º	50	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO ULTRASONOGRAFISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629543	LIGIA ADAMI VIEIRA E SILVA	2º	49	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO ULTRASONOGRAFISTA	CONFORME NECESSIDADE	A

## NÍVEL MÉDIO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA	
629596	FRANCISCA PATRICIA DE SOUSA	1º	30	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
631577	FRANCISCO WANDERSON DE OLIVEIRA FREITAS	2º	21	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
630293	VALDERLEI ROGOBERTO DA SILVA	3º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
629655	JESAIAS DIAS DE OLIVEIRA	4º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
632493	ILANA MAIARA NOBRE DA SILVA	1º	24	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
629301	PAULO GUTEMBERG LEITE CHAVES	2º	22	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
628760	MELQUIADES WEYNE MAIA	3º	21	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
631194	ALYSSON JOSÉ DOS SANTOS	4º	21	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
632516	MARIA DO SOCORRO MACENO DE FREITAS	5º	20	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
631603	MÁRCIA MARIA DE ALMEIDA DA SILVA	6º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
629375	REGIELE CRISTINA RAULINO DA COSTA	7º	19	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
632356	FRANCIASCA ERLÂNDIA DA SILVA DE LIMA	8º	18	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
630054	MARIA NEUCILA RAULINO DE ARAUJO	9º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
628932	GILSON ARLEN LIMA	1º	26	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629516	JESSICA DE OLIVEIRA MOURA	2º	24	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632890	TIAGO OLIVEIRA COSTA	3º	24	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
630415	FRANCISCO ARISTONIO CHAGAS JUNIOR	4º	23	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632081	FRANCISCO MAGNO BRAGA	5º	22	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631871	MARIA ROSINEIDE PINHEIRO MAIA	6º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631728	MAYK BRENDEN ESTRELA MESQUITA AZEVEDO	7º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629102	RAIMUNDO RENATO SAMPAIO AMANCIO	8º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628825	MARIA MARLIANE DE SOUSA	9º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632274	DULCELY PAVAO DA SILVA SOUZA	10º	21	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632929	MARIA JOSIVÂNIA DE SOUSA	11º	21	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629180	LORENA MADELINE DA SILVA SARAIVA LEITE	12º	21	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
630341	FRANCISCO WESLEY PINHEIRO	13º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632897	WILLAME OLIVEIRA ARRUDA	14º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631201	LAYANNE SUÉLY CAVALCANTE SANTANA	15º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628737	CARLA MICHELE FEITOSA DA SILVA	16º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631380	UILQUE DOS SANTOS LIMA	17º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632795	RONALDO DE OLIVEIRA DA SILVA	18º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631801	JOSE EVANILDO CAVALCANTE	19º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628904	ROSA REGINA DE BRITO CAVALCANTE	20º	19	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629246	PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA DE OLIVEIRA	1º	26	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE ESCRITÓRIO	-
631247	MARIA EURICELIA CAVALCANTE	2º	25	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE ESCRITÓRIO	-
632632	LEOJUNCIO BEZERRA DO NASCIMENTO	3º	24	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE ESCRITÓRIO	-
631766	GABRIELA CINTIA CAVALCANTE DE LIMA	4º	24	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE ESCRITÓRIO	-

632050	EDIJANIO ALMEIDA RODRIGUES	1º	41	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO BOMBARDINISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
630809	MARCELO ANTONY CHAVES DE MATOS	1º	46	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629796	ERISVALDO RODRIGUES ALCÂNTARA	2º	45	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632302	FRANCISCO RENAN PINHEIRO DA SILVA	3º	44	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629080	JOSE ANDERSON OLIVEIRA DA SILVA	4º	44	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
631122	MARIANE DE AGUIAR PINHEIRO	5º	36	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	DENTRO DO	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632273	ANTONIO EUDENIO BEZERRA MONTEIRO	6º	33	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	DENTRO DO	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632920	JOSE NEUTON NOBRE	7º	29	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	DENTRO DO	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
631698	LUA HARRISON NOBRE MATOS	1º	43	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO PERCUSSIONISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629948	MÁRIO MOREIRA DUARTE	2º	41	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO PERCUSSIONISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629879	JOEL DAVID MATOS DE ASSIS	3º	26	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	DENTRO DO	MÚSICO PERCUSSIONISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632030	FRANCISCO ARIELTON MONTEIRO NOBRE	1º	50	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO SAXOFONISTA (TENOR)	CONFORME NECESSIDADE	A
628939	JEISUS VIEIRA DA SILVA	2º	43	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO SAXOFONISTA (TENOR)	CONFORME NECESSIDADE	A
630044	ADNA SUZANY LIMA COSTA	1º	49	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO TROMPETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632285	LUCAS DE SOUSA MARTINS	2º	39	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO TROMPETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632027	DAVID NATANAEL DE FREITAS LIMA	3º	39	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	DENTRO DO	MÚSICO TROMPETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
628911	PEDRO DE OLIVEIRA MATOS JUNIOR	1º	49	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO TUBISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
631166	SEBASTIÃO ARISTIANO FERNANDES DE CASTRO	2º	40	APROVADO VAGAS	DENTRO DAS	MÚSICO TUBISTA	CONFORME NECESSIDADE	A

## NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA
631763	CARLOS FAGNER ALMEIDA LIRA	1º	33	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
632393	FRANCISCO JEFFERSON ANDRADE DA COSTA	2º	32	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
629654	FRANCISCA ALDENICE RAULINO DE OLIVEIRA	3º	31	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
631063	JOSE VALDENE DE FREITAS SILVA	4º	31	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
628644	JOSE GERMANO DA SILVA	1º	34	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO
631655	MEIRE CRISTIANE RABELO LEMOS GIRAO	2º	28	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO
632420	FRANCISCO GLAUBEANO DE SOUZA	3º	27	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO
633122	EVELON FERREIRA DE ALMEIDA	4º	26	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO
633178	JÚLIO ULISSES FILHO	1º	41	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
628647	ZILDEMAR GOMES DA SILVA	2º	36	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
629963	HERBESSON HENRIQUE BESSA SLIVA	3º	34	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
631817	FRANCISCO FABIO GOMES	4º	33	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
630031	FRANCISCO ERIVAN FREIRE DA SILVA	1º	31	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	QUIXELO
632132	EUDASIO DA SILVA CABRAL	2º	30	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	QUIXELO
628679	LUCAS DAMASCENO MARTINS	1º	34	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	ROLDÃO
629614	GEAN MARCOS PEREIRA FREIRES	2º	32	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	ROLDÃO
629231	YURI PEREIRA DOS SANTOS	1º	29	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	SÃO JOSÉ DO ARUARU
631037	JOSE EGLAUDENILSON ANGELO LIMA	2º	28	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SÃO JOSÉ DO ARUARU
632038	LUZIANE MARTINS SILVA FERREIRA	3º	26	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SÃO JOSÉ DO ARUARU
628788	JARDEL DA SILVA MARTINS	1º	41	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
630900	GABRIEL CÂMARA PAULINO	2º	39	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
630921	REBECA DANDARA OLIVEIRA DE MELO LIMA	3º	38	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
630213	FRANCISCO ADRIANO LEITE COELHO	4º	35	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
631632	RAFAEL ANDERSON CAVALCANTE DA SILVA	1º	35	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	SETOR O
628905	ANTÔNIO VAUELIR DA SILVA	2º	33	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SETOR O
631645	KAIO CESAR DE MORAIS REGINALDO	3º	27	CLASSIFICÁVEL CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SETOR O
631663	WALLEF RABELO DA SILVA	1º	32	APROVADO VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA

630870	ALDEVAN RABELO SARAIVA	2º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA	
628656	SEBASTIAO MAISIO SARAIVA TORRES	3º	28	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA	
631644	ARISSON LIMA FREIRE	4º	27	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA	
633146	RONALDO MAIA LIMA	1º	40	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632602	FRANCISCO WESCLEY CAVALCANTE	2º	40	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629656	LEANDRO ITALO DOS SANTOS RODRIGUES	3º	39	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629208	FRANCO DASA EV BEZERRA LIMA	4º	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
630902	FRANCISCO WILLAS DOS SANTOS LOPES	5º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632618	ROBSON ADRIANO GUERREIRO MAIA	6º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
633111	JOCÉLIO LOPES NUNES	7º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
633115	GILVAN RUSSO TEIXEIRA	8º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628772	PAULO PEREIRA DOS SANTOS NETO	9º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631652	ANTONIEL NOGUEIRA DE SOUZA	10º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629804	FRANCISCO JOSÉ LIMA SARAIVA	11º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632510	JOSE VALDENES DA SILVA	12º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629743	LUCAS RICARDO DA SILVA FERNANDES	13º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629850	MARCIO GOMES CAMARA	14º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629257	NIVAL DA SILVA FERNANDES	15º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631630	WESLEY PEREIRA DE SENA	16º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629588	CLEBERSSON ERIK BESSA SILVA	17º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631951	ANTONIO ALEX RABELO ANDRADE	18º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631478	EVANDRO DA PAZ CARDOSO	19º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632243	LINDELTONIO CLEMENTINO DE MORAIS	20º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631079	LUCLENES CORREIA LOPES	21º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632768	BRUNO MENDONÇA PARENTE	22º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631020	SAVANNA EUDOXIA FACANHA SAGRATZKI	23º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632912	ANTONIO ROBSON ARAUJO ELIAS	24º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631918	EULARIO SOUSA ARAUJO	25º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
630651	FRANCISCO RENATO NOBRE SILVA	26º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628748	STANLEY JORDON TEIXEIRA NOGUEIRA	27º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629308	JEAN CARLOS LACERDA DE CARVALHO	28º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631715	VANDER CHARLES ALVES FERNANDES	29º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631835	SÉRGIO CARLOS VAZ	30º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631208	KOSMO EDUARDO RAMOS ALVES	31º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631168	FRANCISCO ANDERGLEBSON FERNANDES DE ARAUJO	32º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631173	LUIS CARRLOS DE ARAUJO RODRIGUES	33º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632394	ROMULO MENDES DA SILVA	34º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631827	SIDNEY JOSÉ GOMES TIMOTEO	35º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632913	JOÃO ALEXANDRE DA COSTA NETO	36º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632923	BRUNO VIEIRA DA SILVA	37º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631440	ALEX NICOLAU LIMA	38º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629567	AIRTON SOARES ALVES EVANGELISTA	39º	29	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632454	JOSE AMARAL DE LIMA ARAUJO	40º	29	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632528	FRANCISCO ROGÉRIO DE PAIVA	1º	41	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE	A
630380	FRANCISCO NILTERRAN NASCIMENTO DE CASTRO	2º	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE	A
628799	THAYSON OLSEN CAVALCANTE VIANA	3º	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632845	OZIDENO RIBEIRO BARRETO	4º	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629212	JOSE CLAUBI LEITE GIRA O	5º	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632421	MARIA JUCILANE MODESTO DO NASCIMENTO	6º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE	A
630570	JORGE NOBRE DE LIMA	7º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE	CONFORME	A

				VAGAS	ESCOLAR	NECESSIDADE
630538	PAULO HENRIQUE PEREIRA RODRIGUES	8º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631179	FILIFE VIEIRA DE FREITAS	9º	36	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
630290	RENAM SILVA CORREIA DE PONTES	10º	35	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632157	RICARDO LAURENTINO GONCALVES	11º	35	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631960	FRANCISCO GLEISON AGUIAR LOPES	12º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631407	ANTONIO JOSÉ BESERRA GIRÃO	13º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
629066	JOSÉ AURISTÊNIO CAVALCANTE	14º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
628574	ALAN WILKER AGUIAR BRITO	15º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632974	FRANCISCO NEURIMARCOS DE SOUSA OLIVEIRA	16º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632944	RAIMUNDA ANTASIRA DE LLIMA DE MACEDO	17º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
633185	MÁRIO VALDER GUIMARÃES COUTINHO	18º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631011	RALISON RUCIELE FERREIRA TUPINAMBA	19º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
629213	JOSE CLAUDIO GOMES ARAUJO	20º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632789	JOÃO JERONIMO ALVES FILHO	21º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632173	FRANCISCO CARLOS DE MOURA JUNIOR	22º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632877	JOSE ANTONIO CHAVES DE OLIVEDIRA	23º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
628764	LUCIANO VIEIRA GUERREIRO	24º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632965	ICARO FERNANDO DANTAS DE OLIVEIRA	25º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
628673	JOSE CLEITON RABELO LEMOS	26º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
633091	FRANCISCO VAGNER HERMOGENES DA SILVA	27º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
629260	FRANCISCO SAMARONE DO NASCIMENTO SILVA	28º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
630083	NILSON PEREIRA SOARES	29º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631432	MOESIO JUCIDES CAVALCANTE DE SOUSA	30º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
629676	PAULO BRUNO DA SILVA	31º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
628746	FRANCISCO JOSENIR NOGUEIRA E SILVA	32º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631956	CELSIANO DE SENA	33º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
629568	HENRIQUE CAVALCANTE MAIA	34º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632952	BLENO KASSIO RABELO GIRAIO	35º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632468	WILSON FONSECA DE LIMA	36º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
633238	RONILDO CESAR SOARES	37º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632774	DANIEL MEDEIROS FERNANDES BITU	38º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631437	CARLOS DIEGO PEREIRA SARAIVA	39º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632453	PAULO SÉRGIO RODRIGUES LIMA	40º	29	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE

## NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA
629773	LITARDO HENRIQUE DE SOUSA ALMEIDA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
628676	NAYDSO DE OLIVEIRA RODRIGUES	2º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630241	JOSE NECO DE OLIVEIRA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
628525	JOSÉ AUGUSTO MUNIZ	4º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630291	ROSINALDO FERNANDES RODRIGUES	5º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
631438	PAULO JOSÉ GIRÃO CARNEIRO	6º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630008	FRANCISCO ADERBALDO OLIVEIRA	7º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630160	WALBER MARQUES CHAVES DE LIMA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632797	GERNALDO PEREIRA DO NASCIMENTO VIEIRA	2º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629093	ARTENIO TIMOTEO DE OLIVEIRA	3º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629132	FRANCISCO EDSON DA SILVA FREITAS	4º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
630058	TASSIANA GELY DE AQUINO	5º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA	CONFORME

					DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	NECESSIDADE	
632533	FRANCISCO LEIRIVAN DA SILVA	6º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631265	ALEXANDRA DE SOUSA DA CUNHA	7º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
630057	FRANCISCA VALDENISA DA SILVA SIMPLICIO	8º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631608	HERODES DE ALENCAR AQUINO	9º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
633161	MARIA KALIANE LIMA DE SOUZA	10º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
630262	DIEGO FELIPE DE OLIVEIRA SILVA	11º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632796	THAIS VIEIRA ALVES PEREIRA	12º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629800	LUANNA NOBRE DE OLIVEIRA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632821	MARIA DE FÁTIMA FIRMINO	2º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631519	ILDEMARIA MARIA CAVALCANTE	3º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631565	ARIELE DA SILVA	4º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629892	LUMA MAIA DE SOUSA	5º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632559	ANTONIA ELIANE DA SILVA	6º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631885	FRANCISCA CRISTINA NOBRE MACHADO	7º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
628518	BETANIA LUCIA DA SILVA	8º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632177	ANGELA MARIA CHAVES OLIVEIRA	9º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629036	MARIA SEONARA DOS SANTOS	10º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
630881	FRANCISCO GESIO FERREIRA LIMA	11º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629693	JESSICA DE OLIVEIRA NUNES RABELO	12º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
628717	FLANNIA MARLA RABELO E SILVA	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629839	ELAINE CRISTINA DA SILVA FERREIRA	2º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
633025	LUANA ALVES OLIVEIRA	3º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632540	JONAS CASSEMIRO DE SOUZA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
630431	FRANCISCA JUSIFINA DE FREITAS	5º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
628873	JOSE CLOVIS ARAUJO FELIPE	6º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629714	RUTE SARAIVA DE OLIVEIRA	7º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632760	ANNY KEROLLYNG NOBRE CELESTINO	8º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632001	FRANCISCA REGINA MONTEIRO	9º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631924	FRANCISCO EDNALDO RABELO NOBRE	10º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631515	MARCÍLIA DA SILVA CORDEIRO	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DE RECEPÇÃO E CURRAL ESPERA DE ANIMAIS	CONFORME NECESSIDADE	A
631383	ANDERSON DO NASCIMENTO SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DE RECEPÇÃO E CURRAL ESPERA DE ANIMAIS	CONFORME NECESSIDADE	A
628658	JOSÉ ROGERIO SILVA DE OLIVEIRA	1º	12	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DE SANGRIA, EVISCERAÇÃO E ESFOLA DE ANIMAIS	CONFORME NECESSIDADE	A
631896	JOSE MARCONES CAVALCANTE DE ANDRADE	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DE SEPARAÇÃO E LAVAGEM DE CARCAÇAS	CONFORME NECESSIDADE	A
633149	HIAGO CAVALCANTE GUIMARAES	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	GARI	CONFORME NECESSIDADE	A
629618	FLAVIO OTAVIO DE OLIVEIRA	2º	12	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	GARI	CONFORME NECESSIDADE	A
631702	JOSE ERINALDO MACENA DE OLIVEIRA	3º	11	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	GARI	CONFORME NECESSIDADE	A
629331	FRANCISCO DJACIR DE OLIVEIRA	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	
631481	FRANCISCO WESCLEY CAVALCANTE	2º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	
631323	VÁLBER ANJOS MIRANDA	3º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	
632278	ARTHUR IGOR PRAXEDES SILVA	4º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	
629845	ANTONIO GUYBSON DE SOUZA	5º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	
631553	GERLIANO DE LIMA ALVES	6º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	
629976	FRANCISCO HELIO SILVA GOMES	7º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	
629320	BRENA KELLY MOREIRA MONTEIRO	8º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS / DESSALINIZADOR	ARUARU	



633142	FRANCISCO CLÉBER PEREIRA DE SOUZA	9º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU
631882	GEOVÂNIO PORFIRO BEZERRA	10º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU
630099	ABINAE LIMA DA SILVA	11º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU
631510	DANILO PEREIRA CASTELO BRANCO	12º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU
632029	FRANCISCO JOSÉ FREIRE MARTINS	13º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU
631483	JOSÉ VALGLEISON DE OLIVEIRA MENDES	14º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU
631272	JOSE CLEUDOELTON DE FREITAS SILVA	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
632086	JOÃO PAULO MELO RABELO	2º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
631410	LUIZ LIMA ANDRADE NETO	3º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
629400	PETUTE GIARLEY MARTINS LOPES	4º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
629917	RODRIGO SANTOS FREITAS	5º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
631554	ROBERTO CARLOS DA COSTA	6º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
632073	GENÁRIO LIMA MARTINS FILHO	7º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
629871	GUTEMBERG NOBRE DE SOUSA	8º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
631310	FRANCISCO TIAGO NOBRE DAMASCENO	9º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
632539	FRANCISCO GEOVANE MENEZES DA SILVA	10º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
632344	FRANCISCO TECIO DE MENEZES FEITOZA	11º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
631232	ANSELMO MACIEL NOBRE	12º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
629535	JOSE WILLIAM HOLANDA CUNHA	13º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
631010	JOSE LUCAS PEREIRA GIRAÓ	14º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
629920	ROGERIO DOS SANTOS FREITAS	15º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
631947	PATRÍCIA HELENA AZEVEDO DE QUEIROZ	16º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
631855	FRANCISCO RAI LIMA DA SILVA	17º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA
632450	ANTONIO HERMANO LIMA FREITAS	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ROLDÃO
631178	JOSE JARES DE OLIVEIRA	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ROLDÃO
631269	MARIA JOSELIA DE JESUS	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ROLDÃO
631113	BRUNO DE OLIVEIRA SANTOS	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
632983	DAVID LOPES SANTIAGO DE OLIVEIRA	2º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
631220	WASCO GARLLINY FREITAS FERREIRA	3º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
628907	REGIGLEUSON DE ALMEIDA RABELO	4º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
632135	PAULO CAVALCANTE RODRIGUES	5º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
631327	PAULO JUCIELIO GIRÃO DO NASCIMENTO	6º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
633101	FRANCISCO REGIS VIEIRA DE SOUSA	7º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
631676	MARCIO GLEDSON DA SILVA OLIVEIRA	8º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
633042	JESIOMAR BARBOSA DE SOUSA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. BENEVENUTO LINO DO NASCIMENTO - PATOS
628805	FRANCISCO EUDAZIO ALMEIDA DA SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. BENEVENUTO LINO DO NASCIMENTO - PATOS
633072	GUTHIEVES ALVES DOS ANJOS	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
628698	MANOEL FRANCISCO BARROS DE OLIVEIRA	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
633153	CARLOS EDUARDO PEREIRA FREITAS	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
632335	EDICARLO DA SILVA MODESTO	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
633049	DANIEL SANTIAGO ALVES	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO - VILA
631054	ERIC NICHOLAS PRAXEDES DA SILVA	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO - VILA
629838	PEDRO JERÔNIMO PEIXOTO FILHO	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO - VILA
631850	JEOVA ANGELO PIMENTA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. SAO JOSE - ASSENT AMAZONAS
630944	MARCONES PINHEIRO DA SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. SAO JOSE - ASSENT AMAZONAS
632070	CESAR FILHO LOURENÇO DE FREITAS	1º	12	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. ANTONIO DE QUEIROZ FERREIRA - JUCÁ GROSSO
631155	FRANCISCO ERINALDO DO NASCIMENTO SILVA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. GEOGINA RIBEIRO DOS

						SANTOS - LAGOA FUNDA
629173	FRANCISCO DOS SANTOS SOUSA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. GEOGINA RIBEIRO DOS SANTOS - LAGOA FUNDA
629781	JOSE ANICLESIO DE OLIVEIRA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. GEOGINA RIBEIRO DOS SANTOS - LAGOA FUNDA
628762	JOSE RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
631091	PEDRO MAMÉDIO NOBRE DAMASCENO	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
628663	FRANCISCO GERALDO DE LIMA NETO	3º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
632313	CARLOS RÉGIS MARTINS	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
629086	CÍCERO FRANCISCO CAVALCANTE	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
630865	LUCIVALDO VIEIRA GUERREIRO	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
631275	ALEX PONTES DA SILVA	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
631664	WALLEF RABELO DA SILVA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
629223	IGOR DUARTE DO NASCIMENTO	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. MARIA NADIR BARBOSA - ARUARU
631468	JOHNNY ALMEIDA MARINHO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
631852	MÁRCIA GABRIELE FERREIRA DA SILVEIRA	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
630199	MANOEL CANDIDO FILHO	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
632282	WILLIAM NERI CAVALCANTE	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
629652	PAULO SÉRGIO CASTELO BRANCO DE LIMA	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO
631887	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO
631964	FRANCISCO DARLAN DA SILVA	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO
632167	ANTÔNIO DE FREITAS FERNANDES	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO
629326	HELIZAMA MYSLA SARAIVA MELO	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. PARQUE DOS SONHOS - P. EXPOSIÇÃO
629683	RAIMUNDO NONATO AGUIAR SILVEIRA	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. PARQUE DOS SONHOS - P. EXPOSIÇÃO
633070	ROBSON DOS SANTOS SILVA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. PINÓQUIO - SÃO JOSÉ
631496	JOSÉ VILACI GOMES DA SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. PINÓQUIO - SÃO JOSÉ
628605	JOSE IVONILDO RAULINO	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
632318	FRANCISCO GILCIER BELO	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
629644	RONNY GLÊDSON CAVALCANTE SOUSA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
631340	FRANCISCO VAGNER DE FREITAS SANTOS	4º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
629470	FRANCISCO LEIREVALDO DE SOUSA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. CANDIDO JOSE RABELO - VILA
630540	FRANCISCO VALDENIR DE ASSIS	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. CANDIDO JOSE RABELO - VILA
632933	ALAN HENRIQUE LIMA PESSOA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. CANDIDO JOSE RABELO - VILA
632008	HENRIQUE CARDOSO MARTINS	4º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. CANDIDO JOSE RABELO - VILA
630122	FRANCISCO FLAVIO DE SOUSA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
632199	FRANCISCO WILLIAN RABELO MAIA	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
633219	ALESSON RODRIGO DA SILVA DE OLIVEIRA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
632053	FRANCISCO ERASMO CUNHA DE SOUSA	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
628572	PAULO BRUNO DA SILVA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
628573	FRANCISCO GELCIVAN MAIA	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
633224	ELIANDRO BRENDOLLE SILVA ARAUJO	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
630189	ANTONIO CARLOS LIMA SOUSA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
629157	ARLYSON SARAIVA DA SILVA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B.

						RAIMUNDO EUFRASIO SARAIVA - BOM SUCESSO
632441	NARA YANE DAIANA SARAIVA FERNANDES	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAIMUNDO PEREIRA DE AGUIAR - JUAZEIRO DE BAIXO
631090	FRANCISCO SIMONIO DE BRITO	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAUL DE SOUSA MARTINS - LAG. DA BARBADA
629405	FRANCISCO UILQUE AGUIAR LOPES	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAUL DE SOUSA MARTINS - LAG. DA BARBADA
631447	FRANCISCO EDISIO DE SOUSA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAUL DE SOUSA MARTINS - LAG. DA BARBADA
633193	JOSÉ EDMAR MOURA DE ASSIS	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
631209	CHARLES MILLER VIEIRA DA SILVA	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
633133	KEILIANNE MOREIRA MAIA	3º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
631141	WARISON TIERRES DA SILVA LIMA	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
633134	FELIPE HERMÍNIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. RAIMUNDO VIEIRA DE MELO - POÇÃO
631937	FRANCISCO JOSE DE SOUSA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. GILCIVAN VIANA DE OLIVEIRA - SETOR O
628597	WALDEYSON SILVA NOBRE	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. GILCIVAN VIANA DE OLIVEIRA - SETOR O
631919	DOUGLAS ALVES DA SILVA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631683	LEURIVAN DE FREITAS SILVA	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631913	CARLOS ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA	3º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631613	KAIO CESAR DE MORAIS REGINALDO	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631838	RODRIGO LIMA BARROS	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
631307	JOSE MILLER FERNANDES DE ARRUDA	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
632020	CLAUDIO SERGIO RODRIGUES LIMA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
632255	JOSÉ ERIVALDO RODRIGUES LIMA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
629140	ADOLFO LIMA DA SILVA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. ANTONIO BATISTA DE SOUSA - CIPOADA
631586	MARCIO RANIERE CHAVES MONTEIRO	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. ANTONIO BATISTA DE SOUSA - CIPOADA
632026	KILDERY VARONE NOBRE	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOAQUIM CHAGAS FILHO - VILA
631972	TIAGO VIEIRA CAVALCANTE	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOAQUIM CHAGAS FILHO - VILA
631907	MARIO DAMIÃO GOMES RIBEIRO	3º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOAQUIM CHAGAS FILHO - VILA
630884	MARIO RUBEM SILVA SARAIVA	1º	10	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOSE CLEMENTINO DE ARAUJO - POÇO DA PEDRA
629133	LEUCI ETELVINO MAIA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOSE NOGUEIRA DE QUEIROZ - EXTREMA
629468	RAIMUNDO GLEIDMARCOS	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOSE NOGUEIRA DE QUEIROZ - EXTREMA
628872	GILSON BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. MARIA ANGELICA CHAVES - VILA
629612	GEAN MARCOS PEREIRA FREIRES	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. MARIA ANGELICA CHAVES - VILA
630173	NEUCIVALDO SILVA ALMEIDA	3º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. MARIA ANGELICA CHAVES - VILA
631509	ANTÔNIO DEUSIVAN PINHEIRO DE ARAÚJO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CECJEC - CENTRO
629323	FRANCISCO GLAUBEANO DE SOUZA	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CECJEC - CENTRO
631457	APARECIDO BARBOSA FILHO	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CECJEC - CENTRO
633152	SERGIO MOTA PEREIRA	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ

				CADASTRO RESERVA		EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CEJEC - CENTRO
629088	THIAGO CAVALCANTE DE LIMA	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
629008	GURGEL BASILIO LEITE	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
630758	JEAN CARLOS COUTINHO	3º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
628977	DIONES RAFAEL MACIEL DA SILVA	4º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
628867	JOSÉ LEANDRO DE SABOIA CAVALCANTE	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP. FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
628822	RAIMUNDO NONATO NOBRE	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP. FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
631525	FRANCISCO ALEKSANDRO CAVALCANTE	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP. FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
628802	TAYSON CAVALCANTE BEZERRA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP. FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
630635	RAÍ DA SILVA LOPES	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. HENRIQUE EDUARDO GIRÃO - PARQUE EXPOS.
629113	JOSÉ WILLIAN GALDINO FREITAS	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. HENRIQUE EDUARDO GIRÃO - PARQUE EXPOS.
633158	FRANCISCO HUMBERG DA SILVA	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. PREFEITO PERBOYRE GIRÃO - PE. ASSIS MON
630144	FRANCISCO GILSIVAN MAIA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PREFEITO PERBOYRE GIRÃO - PE. ASSIS MON
631186	FILIPPE VIEIRA DE FREITAS	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
630460	EDIGLEUDO MAYQUE CAVALCANTE	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
632263	ANTONIO FELIPE BARROSO QUEIROZ	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
631477	EVANDRO DA PAZ CARDOSO	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
631362	EURIBÊNIO ALEX MATOS	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - POPULARES
632953	GLAUBER JOSINO DE LIMA	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - POPULARES
631174	FRANCISCO LEONIDAS DA SILVA	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - POPULARES
628694	FABIANO DIAS DA SILVA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
629485	JOSÉ EDSON DA SILVA	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
628913	FRANCISCO OLEGÁRIO GOMES NETO	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
630119	RAIMUNDO JOSÉ CAVALCANTE	4º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
632330	ALBERTO CHAVES BRASIL FALCAO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
632896	TIAGO ARAÚJO BARBOSA	2º	18	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
633100	WANDERLEY DA SILVA JUNIOR	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
631550	MARCELINO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO	4º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
628643	JOSÉ AGNASIO MARTINS	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. FCO XAVIER ANDRADE GIRAO - LINHA BASE
629289	ALBERISIO GOMES CARNEIRO	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. FCO XAVIER ANDRADE GIRAO - LINHA BASE
632200	JEFFESON CAVALCANTE	3º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. FCO XAVIER ANDRADE GIRAO - LINHA BASE
630769	IGOR SARAIVA PINHEIRO	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA
632275	LUCAS DOS SANTOS DA SILVA	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA
631991	ERALDO CARNEIRO COSTA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA
628954	SNDRO RODRIGUES CAVALCANTE	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA

632176	HERNANDE FELICIO DE OLIVEIRA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
629946	CARLOS WENNE GOMES CAVALCANTE	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
629431	FRANCISCO LEIDIMAR MARCIANO DA SILVA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
628638	JOSE LEONARDO MOURA DE ALMEIDA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
628987	ANTONIO MENDES DE MORAIS FILHO	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. VALDOMIRO GIRAO - FLAMENGA
632339	THAIS FREITAS RABELO	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. VALDOMIRO GIRAO - FLAMENGA
629628	LUCIVALDO ARAUJO BEZERRA	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. VALDOMIRO GIRAO - FLAMENGA
632093	JOSE SIMARIO RODRIGUES	1º	11	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO DE OLIVEIRA - VILA - UIRAPONGA
630990	JOSE FABRICIO SILVA OLIVEIRA	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO DE OLIVEIRA - VILA - UIRAPONGA
632164	FRANCISCO CONCILIO RABELO JUNIOR	1º	11	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO FILHO - POÇO DO BARRO
632071	FRANCISCO DEOCLÉCIO RODRIGUES DOS SANTOS	2º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO FILHO - POÇO DO BARRO

**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas, **PUBLICA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL para todos os cargos** do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Morada Nova.

**NÍVEL SUPERIOR**

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA
629695	SAMARA JESSICA DE OLIVEIRA RABELO	1º	60	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
633223	ANTONIA ALCIENE NOGUEIRA	2º	59	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
632753	CHASMENIA CHAVES DE CASTRO ALMEIDA	3º	59	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
630664	ADRIANA ALINE ARAUJO COSTA	4º	58	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
632006	KÁSSIA CARNEIRO PINHEIRO OLIVEIRA	5º	57	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
631713	RUTH HELENA DE LIMA OLIVEIRA	6º	56	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
631132	ALEX SOUZA TAVARES	7º	56	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
632504	MIRIAN LOPES GONÇALVES	8º	55	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
630394	NAYARA CRISTINA RABELO BANDEIRA	9º	55	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
630859	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS	10º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
631044	JULIANA FERNANDES SILVA	11º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
629521	JOSE AIRTON FILHO	12º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
633179	ANTONIA EMANUELLA OLIVEIRA DINIZ	13º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
630667	AKYLLA CRISTINA DE LIMA GUERRA	14º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
630436	LIDIANE CABRAL NOBRE RABELO	15º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
629190	GERMANA DE SENA E SILVA	16º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
631001	ANDRESSA RALLIA AQUINO SOARES	17º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
629583	RAQUELL PINHEIRO DA ROCHA	18º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
631181	CLAUDIA CRISTINA BARBOSA	19º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
633226	SANDRA ROSA SOARES FREIRE	20º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CONFORME NECESSIDADE A
629244	SABRINE RODRIGUES FEITOZA	1º	56	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE A
632529	AMANDA DE SOUZA BATISTA	2º	55	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE A
631417	MARIA PAULA DA SILVA RIBEIRO	3º	54	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE A
629708	BRENDA KÉRCIA DE SOUSA SILVA	4º	54	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE A
631131	SYMARA ABRANTES ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA CABRAL	5º	54	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE A
632761	FRANCISCA FLÁVIA OLIVEIRA AMARAL MACHADO	6º	54	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE A

629042	LUIZA FABIANA MENDES MAIA	7º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
631745	ANA CAROLINA NOGUEIRA DA SILVA	8º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
628921	CRISNETE CÉSAR DA ROCHA	9º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
630363	ROBERTA BATISTA LOPES	10º	53	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
631206	JOSE MARIANO PESSOA	11º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
629665	MÁRCIA DE OLIVEIRA SILVA	12º	52	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
629674	MARIA KEILLY MARLY CHAVES	13º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
629048	EMANUELLE GOMES MARTINS	14º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
631845	SAMARA SALES DE FREITAS PAIVA	15º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
633228	FRANCISCA MAEDYA FERNANDES CRUZ	16º	51	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
631248	PRISCILA MAGALHÃES DE SOUSA MILFONTE	17º	50	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
631306	CLARICE MENDES DE FREITAS	18º	50	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
632775	FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS	19º	49	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
631461	CARINA DE PAULA DIOGENES	20º	49	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENFERMEIRO OBSTETRÍCIA	CONFORME NECESSIDADE	A
632054	EVELINE OLIVEIRA GIRÃO DE CASTRO	1º	47	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO AUDITOR	CONFORME NECESSIDADE	A
629053	FRANCISCO COSTA NETO	2º	46	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AUDITOR	CONFORME NECESSIDADE	A
632501	CARLA VIRGINIA DE ANDRADE CHAVES	3º	41	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AUDITOR	CONFORME NECESSIDADE	A
631767	VITOR TEIXEIRA HOLANDA	1º	44	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO CIRURGIÃO PLANTÃO 24 HORAS	CONFORME NECESSIDADE	A
632787	LUIS PIRES DE MELO FILHO	2º	43	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO CIRURGIÃO PLANTÃO 24 HORAS	CONFORME NECESSIDADE	A
631231	PAULO SERGIO ALMEIDA DA SILVA	1º	47	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
630647	SAULO SANTIAGO ALMEIDA	1º	52	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO ENDOSCOPISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
631648	RANIERI DOS SANTOS ROLIM	1º	48	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO MASTOLOGISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
630595	DEBORA PONTES AIRES	1º	49	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO PEDIATRA	CONFORME NECESSIDADE	A
630425	MARINA SILVEIRA MENDES	2º	37	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO PEDIATRA	CONFORME NECESSIDADE	A
632465	CARLOS VIRGILIO DE ANDRADE CHAVES	1º	51	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO PERITO	CONFORME NECESSIDADE	A
632514	RÔMULO CORREIA FERRER FILHO	2º	48	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO PERITO	CONFORME NECESSIDADE	A
633201	RANIELLE FERNANDES PIMENTA	1º	56	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
633079	ISABELLE ANDRADE SANTIAGO DE OLIVEIRA	2º	47	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
633078	LARISSA ANDRADE SANTIAGO DE OLIVEIRA	3º	44	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
631583	GILMARIO BUENO DE LUCENA TORRES	4º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO AMBULATORIAL PLANTÃO	CONFORME NECESSIDADE	A
631426	ATAHUALPA LOPES DE OLIVEIRA	1º	50	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÉDICO ULTRASONOGRAFISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629543	LIGIA ADAMI VIEIRA E SILVA	2º	49	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÉDICO ULTRASONOGRAFISTA	CONFORME NECESSIDADE	A

## NÍVEL MÉDIO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA	
629596	FRANCISCA PATRICIA DE SOUSA	1º	30	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
631577	FRANCISCO WANDERSON DE OLIVEIRA FREITAS	2º	21	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
630293	VALDERLEI ROGOBERTO DA SILVA	3º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
629655	JESAIAS DIAS DE OLIVEIRA	4º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ALMOXARIFE	CONFORME NECESSIDADE	A
632493	ILANA MAIARA NOBRE DA SILVA	1º	24	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
629301	PAULO GUTEMBERG LEITE CHAVES	2º	22	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
628760	MELQUIADES WEYNE MAIA	3º	21	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
631194	ALYSSON JOSÉ DOS SANTOS	4º	21	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
632516	MARIA DO SOCORRO MACENO DE FREITAS	5º	20	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
631603	MÁRCIA MARIA DE ALMEIDA DA SILVA	6º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
629375	REGIELE CRISTINA RAULINO DA COSTA	7º	19	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
632356	FRANCIASCA ERLÂNDIA DA SILVA DE LIMA	8º	18	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
630054	MARIA NEUCILA RAULINO DE ARAUJO	9º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ANIMADOR CULTURAL	CONFORME NECESSIDADE	A
628932	GILSON ARLEN LIMA	1º	26	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	CONFORME NECESSIDADE	A
629516	JESSICA DE OLIVEIRA MOURA	2º	24	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	CONFORME NECESSIDADE	A

632890	TIAGO OLIVEIRA COSTA	3º	24	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
630415	FRANCISCO ARISTONIO CHAGAS JUNIOR	4º	23	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632081	FRANCISCO MAGNO BRAGA	5º	22	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631871	MARIA ROSINEIDE PINHEIRO MAIA	6º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631728	MAYK BRENDEL ESTRELA MESQUITA AZEVEDO	7º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629102	RAIMUNDO RENATO SAMPAIO AMANCIO	8º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628825	MARIA MARLIANE DE SOUSA	9º	22	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632274	DULCELY PAVAO DA SILVA SOUZA	10º	21	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632929	MARIA JOSIVÂNIA DE SOUSA	11º	21	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629180	LORENA MADELINE DA SILVA SARAIVA LEITE	12º	21	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
630341	FRANCISCO WESLEY PINHEIRO	13º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632897	WILLAME OLIVEIRA ARRUDA	14º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631201	LAYANNE SUÉLY CAVALCANTE SANTANA	15º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628737	CARLA MICHELE FEITOSA DA SILVA	16º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631380	UILQUE DOS SANTOS LIMA	17º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
632795	RONALDO DE OLIVEIRA DA SILVA	18º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
631801	JOSE EVANILDO CAVALCANTE	19º	20	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
628904	ROSA REGINA DE BRITO CAVALCANTE	20º	19	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR ALMOXARIFADO	DE CONFORME NECESSIDADE	A
629246	PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA DE OLIVEIRA	1º	26	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE - ESCRITÓRIO	
631247	MARIA EURICELIA CAVALCANTE	2º	25	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE - ESCRITÓRIO	
632632	LEOJUNCIO BEZERRA DO NASCIMENTO	3º	24	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE - ESCRITÓRIO	
631766	GABRIELA CINTIA CAVALCANTE DE LIMA	4º	24	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AUXILIAR FATURAMENTO	DE SAAE - SEDE - ESCRITÓRIO	
632050	EDIJANIO ALMEIDA RODRIGUES	1º	41	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO BOMBARDINISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
630809	MARCELO ANTONY CHAVES DE MATOS	1º	46	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629796	ERISVALDO RODRIGUES ALCÂNTARA	2º	45	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632302	FRANCISCO RENAN PINHEIRO DA SILVA	3º	44	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629080	JOSE ANDERSON OLIVEIRA DA SILVA	4º	44	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
631122	MARIANE DE AGUIAR PINHEIRO	5º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632273	ANTONIO EUDENIO BEZERRA MONTEIRO	6º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632920	JOSE NEUTON NOBRE	7º	29	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÚSICO CLARINETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
631698	LUA HARRISON NOBRE MATOS	1º	43	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO PERCUSSIONISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629948	MÁRIO MOREIRA DUARTE	2º	41	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO PERCUSSIONISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
629879	JOEL DAVID MATOS DE ASSIS	3º	26	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÚSICO PERCUSSIONISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632030	FRANCISCO ARIELTON MONTEIRO NOBRE	1º	50	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO SAXOFONISTA (TENOR)	CONFORME NECESSIDADE	A
628939	JEISUS VIEIRA DA SILVA	2º	43	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO SAXOFONISTA (TENOR)	CONFORME NECESSIDADE	A
630044	ADNA SUZANY LIMA COSTA	1º	49	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO TROMPETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632285	LUCAS DE SOUSA MARTINS	2º	39	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO TROMPETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
632027	DAVID NATANAEL DE FREITAS LIMA	3º	39	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MÚSICO TROMPETISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
628911	PEDRO DE OLIVEIRA MATOS JUNIOR	1º	49	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO TUBISTA	CONFORME NECESSIDADE	A
631166	SEBASTIÃO ARISTIANO FERNANDES DE CASTRO	2º	40	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MÚSICO TUBISTA	CONFORME NECESSIDADE	A

## NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA
631763	CARLOS FAGNER ALMEIDA LIRA	1º	33	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
632393	FRANCISCO JEFFERSON ANDRADE DA COSTA	2º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
629654	FRANCISCA ALDENICE RAULINO DE OLIVEIRA	3º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
631063	JOSE VALDENE DE FREITAS SILVA	4º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	DOURADO
628644	JOSE GERMANO DA SILVA	1º	34	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO
631655	MEIRE CRISTIANE RABELO LEMOS GIRAÓ	2º	28	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO
632420	FRANCISCO GLAUBEANO DE SOUZA	3º	27	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO

633122	EVELON FERREIRA DE ALMEIDA	4º	26	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	LINHA BASE DE BAIXO
633178	JÚLIO ULISSES FILHO	1º	41	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
628647	ZILDEMAR GOMES DA SILVA	2º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
629963	HERBESSON HENRIQUE BESSA SLIVA	3º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
631817	FRANCISCO FABIO GOMES	4º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	PEDRAS
630031	FRANCISCO ERIVAN FREIRE DA SILVA	1º	31	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	QUIXELO
632132	EUDASIO DA SILVA CABRAL	2º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	QUIXELO
628679	LUCAS DAMASCENO MARTINS	1º	34	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	ROLDÃO
629614	GEAN MARCOS PEREIRA FREIRES	2º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	ROLDÃO
629231	YURI PEREIRA DOS SANTOS	1º	29	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	SÃO JOSÉ DO ARUARU
631037	JOSE EGLAUDENILSON ANGELO LIMA	2º	28	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SÃO JOSÉ DO ARUARU
632038	LUZIANE MARTINS SILVA FERREIRA	3º	26	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SÃO JOSÉ DO ARUARU
628788	JARDEL DA SILVA MARTINS	1º	41	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
630900	GABRIEL CÂMARA PAULINO	2º	39	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
630921	REBECA DANDARA OLIVEIRA DE MELO LIMA	3º	38	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
630213	FRANCISCO ADRIANO LEITE COELHO	4º	35	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SEDE – ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO)
631632	RAFAEL ANDERSON CAVALCANTE DA SILVA	1º	35	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	SETOR O
628905	ANTÔNIO VAUEIR DA SILVA	2º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SETOR O
631645	KAIO CESAR DE MORAIS REGINALDO	3º	27	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	SETOR O
631663	WALLEF RABELO DA SILVA	1º	32	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA
630870	ALDEVAN RABELO SARAIVA	2º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA
628656	SEBASTIAO MAISIO SARAIVA TORRES	3º	28	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA
631644	ARISSON LIMA FREIRE	4º	27	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	AGENTE DE SANEAMENTO	TAPERA
633146	RONALDO MAIA LIMA	1º	40	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
632602	FRANCISCO WESCLEY CAVALCANTE	2º	40	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
629656	LEANDRO ITALO DOS SANTOS RODRIGUES	3º	39	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
629208	FRANCO DASA EV BEZERRA LIMA	4º	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
630902	FRANCISCO WILLAS DOS SANTOS LOPES	5º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
632618	ROBSON ADRIANO GUERREIRO MAIA	6º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
633111	JOCÉLIO LOPES NUNES	7º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
633115	GILVAN RUSSO TEIXEIRA	8º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
628772	PAULO PEREIRA DOS SANTOS NETO	9º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
631652	ANTONIEL NOGUEIRA DE SOUZA	10º	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
629804	FRANCISCO JOSÉ LIMA SARAIVA	11º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
632510	JOSE VALDENES DA SILVA	12º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
629743	LUCAS RICARDO DA SILVA FERNANDES	13º	36	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
629850	MARCIO GOMES CAMARA	14º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
629257	NIVAL DA SILVA FERNANDES	15º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
631630	WESLEY PEREIRA DE SENA	16º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
629588	CLEBERSSON ERIK BESSA SILVA	17º	34	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
631951	ANTONIO ALEX RABELO ANDRADE	18º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
631478	EVANDRO DA PAZ CARDOSO	19º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
632243	LINDELTONIO CLEMENTINO DE MORAIS	20º	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
631079	LUCLENES CORREIA LOPES	21º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
632768	BRUNO MENDONÇA PARENTE	22º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
631020	SAVANNA EUDOXIA FACANHA SAGRATZKI	23º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
632912	ANTONIO ROBSON ARAUJO ELIAS	24º	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE
631918	EULARIO SOUSA ARAUJO	25º	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA AMBULÂNCIA	DE CONFORME NECESSIDADE



630651	FRANCISCO RENATO NOBRE SILVA	26°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
628748	STANLEY JORDON TEIXEIRA NOGUEIRA	27°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
629308	JEAN CARLOS LACERDA DE CARVALHO	28°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
631715	VANDER CHARLES ALVES FERNANDES	29°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
631835	SÉRGIO CARLOS VAZ	30°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
631208	KOSMO EDUARDO RAMOS ALVES	31°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
631168	FRANCISCO ANDERGLEBSON FERNANDES DE ARAUJO	32°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
631173	LUIS CARRLOS DE ARAUJO RODRIGUES	33°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
632394	ROMULO MENDES DA SILVA	34°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
631827	SIDNEY JOSÉ GOMES TIMOTEO	35°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
632913	JOÃO ALEXANDRE DA COSTA NETO	36°	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
632923	BRUNO VIEIRA DA SILVA	37°	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
631440	ALEX NICOLAU LIMA	38°	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
629567	AIRTON SOARES ALVES EVANGELISTA	39°	29	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
632454	JOSE AMARAL DE LIMA ARAUJO	40°	29	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DE	CONFORME NECESSIDADE	A
632528	FRANCISCO ROGÉRIO DE PAIVA	1°	41	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
630380	FRANCISCO NILTERRAN NASCIMENTO DE CASTRO	2°	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
628799	THAYSON OLSEN CAVALCANTE VIANA	3°	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632845	OZIDENO RIBEIRO BARRETO	4°	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
629212	JOSE CLAUBI LEITE GIRAÓ	5°	38	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632421	MARIA JUCILANE MODESTO DO NASCIMENTO	6°	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
630570	JORGE NOBRE DE LIMA	7°	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
630538	PAULO HENRIQUE PEREIRA RODRIGUES	8°	37	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
631179	FILIFE VIEIRA DE FREITAS	9°	36	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
630290	RENAM SILVA CORREIA DE PONTES	10°	35	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	DAS	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632157	RICARDO LAURENTINO GONCALVES	11°	35	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
631960	FRANCISCO GLEISON AGUIAR LOPES	12°	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
631407	ANTONIO JOSÉ BESERRA GIRÃO	13°	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
629066	JOSÉ AURISTÊNIO CAVALCANTE	14°	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
628574	ALAN WILKER AGUIAR BRITO	15°	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632974	FRANCISCO NEURIMARCOS DE SOUSA OLIVEIRA	16°	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632944	RAIMUNDA ANTASIRA DE LLIMA DE MACEDO	17°	33	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
633185	MÁRIO VALDER GUIMARÃES COUTINHO	18°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
631011	RALISON RUCIELE FERREIRA TUPINAMBA	19°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
629213	JOSE CLAUDIO GOMES ARAUJO	20°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632789	JOÃO JERONIMO ALVES FILHO	21°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632173	FRANCISCO CARLOS DE MOURA JUNIOR	22°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632877	JOSE ANTONIO CHAVES DE OLIVEDIRA	23°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
628764	LUCIANO VIEIRA GUERREIRO	24°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632965	ICARO FERNANDO DANTAS DE OLIVEIRA	25°	32	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
628673	JOSE CLEITON RABELO LEMOS	26°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
633091	FRANCISCO VAGNER HERMOGENES DA SILVA	27°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
629260	FRANCISCO SAMARONE DO NASCIMENTO SILVA	28°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
630083	NILSON PEREIRA SOARES	29°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
631432	MOESIO JUCIDES CAVALCANTE DE SOUSA	30°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
629676	PAULO BRUNO DA SILVA	31°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
628746	FRANCISCO JOSENIR NOGUEIRA E SILVA	32°	31	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
631956	CELSIANO DE SENA	33°	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
629568	HENRIQUE CAVALCANTE MAIA	34°	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A
632952	BLENO KASSIO RABELO GIRAÓ	35°	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	DO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR		CONFORME NECESSIDADE	A

				CADASTRO RESERVA	ESCOLAR	NECESSIDADE
632468	WILSON FONSECA DE LIMA	36º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
633238	RONILDO CESAR SOARES	37º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632774	DANIEL MEDEIROS FERNANDES BITU	38º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
631437	CARLOS DIEGO PEREIRA SARAIVA	39º	30	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE
632453	PAULO SÉRGIO RODRIGUES LIMA	40º	29	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CONFORME NECESSIDADE

## NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS	TOTAL	STATUS	CARGO	LOCAL DA VAGA
629773	LITARDO HENRIQUE DE SOUSA ALMEIDA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
628676	NAYDSON DE OLIVEIRA RODRIGUES	2º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630241	JOSE NECO DE OLIVEIRA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
628525	JOSÉ AUGUSTO MUNIZ	4º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630291	ROSINALDO FERNANDES RODRIGUES	5º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
631438	PAULO JOSÉ GIRÃO CARNEIRO	6º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630008	FRANCISCO ADERBALDO OLIVEIRA	7º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	BOMBEIRO HIDRÁULICO	CONFORME NECESSIDADE
630160	WALBER MARQUES CHAVES DE LIMA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632797	GERNALDO PEREIRA DO NASCIMENTO VIEIRA	2º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629093	ARTENIO TIMOTEO DE OLIVEIRA	3º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629132	FRANCISCO EDSON DA SILVA FREITAS	4º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
630058	TASSIANA GELY DE AQUINO	5º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632533	FRANCISCO LEIRIVAN DA SILVA	6º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
631265	ALEXANDRA DE SOUSA DA CUNHA	7º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
630057	FRANCISCA VALDENISA DA SILVA SIMPLICIO	8º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
631608	HERODES DE ALENCAR AQUINO	9º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
633161	MARIA KALIANE LIMA DE SOUZA	10º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
630262	DIEGO FELIPE DE OLIVEIRA SILVA	11º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632796	THAIS VIEIRA ALVES PEREIRA	12º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629800	LUANNA NOBRE DE OLIVEIRA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632821	MARIA DE FÁTIMA FIRMINO	2º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
631519	ILDEMARIA MARIA CAVALCANTE	3º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
631565	ARIELE DA SILVA	4º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629892	LUMA MAIA DE SOUSA	5º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632559	ANTONIA ELIANE DA SILVA	6º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
631885	FRANCISCA CRISTINA NOBRE MACHADO	7º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
628518	BETANIA LUCIA DA SILVA	8º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632177	ANGELA MARIA CHAVES OLIVEIRA	9º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629036	MARIA SEONARA DOS SANTOS	10º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
630881	FRANCISCO GESIO FERREIRA LIMA	11º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629693	JESSICA DE OLIVEIRA NUNES RABELO	12º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COPA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
628717	FLANNIA MARLA RABELO E SILVA	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
629839	ELAINE CRISTINA DA SILVA FERREIRA	2º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
633025	LUANA ALVES OLIVEIRA	3º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
632540	JONAS CASSEMIRO DE SOUZA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE
630431	FRANCISCA JUSIFINA DE FREITAS	5º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE

628873	JOSE CLOVIS ARAUJO FELIPE	6º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
629714	RUTE SARAIVA DE OLIVEIRA	7º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632760	ANNY KEROLLYNG NOBRE CELESTINO	8º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
632001	FRANCISCA REGINA MONTEIRO	9º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631924	FRANCISCO EDNALDO RABELO NOBRE	10º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DA COZINHA HOSPITALAR	CONFORME NECESSIDADE	A
631515	MARCÍLIA DA SILVA CORDEIRO	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DE RECEPÇÃO E CURRAL DE ESPERA DE ANIMAIS	CONFORME NECESSIDADE	A
631383	ANDERSON DO NASCIMENTO SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	ENCARREGADO DE RECEPÇÃO E CURRAL DE ESPERA DE ANIMAIS	CONFORME NECESSIDADE	A
628658	JOSÉ ROGERIO SILVA DE OLIVEIRA	1º	12	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DE SANGRIA, EVISCERAÇÃO E ESFOLA DE ANIMAIS	CONFORME NECESSIDADE	A
631896	JOSE MARCONES CAVALCANTE DE ANDRADE	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	ENCARREGADO DE SEPARAÇÃO E LAVAGEM DE CARCAÇAS	CONFORME NECESSIDADE	A
633149	HIAGO CAVALCANTE GUIMARAES	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	GARI	CONFORME NECESSIDADE	A
629618	FLAVIO OTAVIO DE OLIVEIRA	2º	12	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	GARI	CONFORME NECESSIDADE	A
631702	JOSE ERINALDO MACENA DE OLIVEIRA	3º	11	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	GARI	CONFORME NECESSIDADE	A
629331	FRANCISCO DJACIR DE OLIVEIRA	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
631481	FRANCISCO WESCLEY CAVALCANTE	2º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
631323	VÁLBER ANJOS MIRANDA	3º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
632278	ARTHUR IGOR PRAXEDES SILVA	4º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
629845	ANTONIO GUYBSON DE SOUZA	5º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
631553	GERLIANO DE LIMA ALVES	6º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
629976	FRANCISCO HELIO SILVA GOMES	7º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
629320	BRENA KELLY MOREIRA MONTEIRO	8º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
633142	FRANCISCO CLÉBER PEREIRA DE SOUZA	9º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
631882	GEOVÂNIO PORFIRO BEZERRA	10º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
630099	ABINAE LIMA DA SILVA	11º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
631510	DANILO PEREIRA CASTELO BRANCO	12º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
632029	FRANCISCO JOSÉ FREIRE MARTINS	13º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
631483	JOSÉ VALGLEISON DE OLIVEIRA MENDES	14º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ARUARU	
631272	JOSE CLEUDOELTON DE FREITAS SILVA	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
632086	JOÃO PAULO MELO RABELO	2º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
631410	LUIZ LIMA ANDRADE NETO	3º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
629400	PETUTE GIARLEY MARTINS LOPES	4º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
629917	RODRIGO SANTOS FREITAS	5º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
631554	ROBERTO CARLOS DA COSTA	6º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
632073	GENÁRIO LIMA MARTINS FILHO	7º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
629871	GUTEMBERG NOBRE DE SOUSA	8º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
631310	FRANCISCO TIAGO NOBRE DAMASCENO	9º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
632539	FRANCISCO GEOVANE MENEZES DA SILVA	10º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
632344	FRANCISCO TECIO DE MENEZES FEITOZA	11º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
631232	ANSELMO MACIEL NOBRE	12º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
629535	JOSE WILLIAM HOLANDA CUNHA	13º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
631010	JOSE LUCAS PEREIRA GIRAO	14º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
629920	ROGERIO DOS SANTOS FREITAS	15º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
631947	PATRÍCIA HELENA AZEVEDO DE QUEIROZ	16º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
631855	FRANCISCO RAI LIMA DA SILVA	17º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	BOA ÁGUA	
632450	ANTONIO HERMANO LIMA FREITAS	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ROLDÃO	
631178	JOSE JARES DE OLIVEIRA	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ROLDÃO	
631269	MARIA JOSELIA DE JESUS	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	ROLDÃO	
631113	BRUNO DE OLIVEIRA SANTOS	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL	
632983	DAVID LOPES SANTIAGO DE OLIVEIRA	2º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL	

631220	WASCO GARLLINY FREITAS FERREIRA	3º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
628907	REGIGLEUSON DE ALMEIDA RABELO	4º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
632135	PAULO CAVALCANTE RODRIGUES	5º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
631327	PAULO JUCIELIO GIRÃO DO NASCIMENTO	6º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
633101	FRANCISCO REGIS VIEIRA DE SOUSA	7º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
631676	MARCIO GLEDSON DA SILVA OLIVEIRA	8º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	OPERADOR DE BOMBAS DESSALINIZADOR	SEDE RURAL
633042	JESIOMAR BARBOSA DE SOUSA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. BENEVENUTO LINO DO NASCIMENTO - PATOS
628805	FRANCISCO EUDAZIO ALMEIDA DA SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. BENEVENUTO LINO DO NASCIMENTO - PATOS
633072	GUTHIEVES ALVES DOS ANJOS	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
628698	MANOEL FRANCISCO BARROS DE OLIVEIRA	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
633153	CARLOS EDUARDO PEREIRA FREITAS	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
632335	EDICARLO DA SILVA MODESTO	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOANA PAULA DE MORAES - VILA
633049	DANIEL SANTIAGO ALVES	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOSE FRANCISCO SAMPAIO - VILA
631054	ERIC NICHOLAS PRAXEDES DA SILVA	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOSE FRANCISCO SAMPAIO - VILA
629838	PEDRO JERÔNIMO PEIXOTO FILHO	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. JOSE FRANCISCO SAMPAIO - VILA
631850	JEOVA ANGELO PIMENTA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ARUARU - E.E.B. SAO JOSE - ASSENT AMAZONAS
630944	MARCONES PINHEIRO DA SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ARUARU - E.E.B. SAO JOSE - ASSENT AMAZONAS
632070	CESAR FILHO LOURENÇO DE FREITAS	1º	12	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. ANTONIO DE QUEIROZ FERREIRA - JUCÁ GROSSO
631155	FRANCISCO ERINALDO DO NASCIMENTO SILVA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. GEOGINA RIBEIRO DOS SANTOS - LAGOA FUNDA
629173	FRANCISCO DOS SANTOS SOUSA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. GEOGINA RIBEIRO DOS SANTOS - LAGOA FUNDA
629781	JOSE ANICLESIO DE OLIVEIRA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. GEOGINA RIBEIRO DOS SANTOS - LAGOA FUNDA
628762	JOSE RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
631091	PEDRO MAMÉDIO NOBRE DAMASCENO	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
628663	FRANCISCO GERALDO DE LIMA NETO	3º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
632313	CARLOS RÉGIS MARTINS	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	BOA ÁGUA - E.E.B. MARIA RABELO MARTINS - VILA
629086	CÍCERO FRANCISCO CAVALCANTE	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
630865	LUCIVALDO VIEIRA GUERREIRO	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
631275	ALEX PONTES DA SILVA	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
631664	WALLEF RABELO DA SILVA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. EUNICE GALVÃO DE LIMA CASTELO BRANCO - POPULARES
629223	IGOR DUARTE DO NASCIMENTO	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. MARIA NADIR BARBOSA - ARUARU
631468	JOHNNY ALMEIDA MARINHO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
631852	MÁRCIA GABRIELE FERREIRA DA SILVEIRA	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
630199	MANOEL CANDIDO FILHO	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
632282	WILLIAM NERI CAVALCANTE	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO ENCANTADO - B DE FÁTIMA
629652	PAULO SÉRGIO CASTELO BRANCO DE LIMA	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO
631887	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO

631964	FRANCISCO DARLAN DA SILVA	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO
632167	ANTÔNIO DE FREITAS FERNANDES	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. MUNDO MÁGICO - 02 DE AGOSTO
629326	HELIZAMA MYSLA SARAIVA MELO	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. PARQUE DOS SONHOS - P. EXPOSIÇÃO
629683	RAIMUNDO NONATO AGUIAR SILVEIRA	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. PARQUE DOS SONHOS - P. EXPOSIÇÃO
633070	ROBSON DOS SANTOS SILVA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	C.E.I. PINÓQUIO - SÃO JOSÉ
631496	JOSÉ VILACI GOMES DA SILVA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	C.E.I. PINÓQUIO - SÃO JOSÉ
628605	JOSE IVONILDO RAULINO	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
632318	FRANCISCO GILCIER BELO	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
629644	RONNY GLÊDSON CAVALCANTE SOUSA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
631340	FRANCISCO VAGNER DE FREITAS SANTOS	4º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - DNOCS
629470	FRANCISCO LEIREVALDO DE SOUSA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE CANDIDO RABELO - VILA
630540	FRANCISCO VALDENIR DE ASSIS	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE CANDIDO RABELO - VILA
632933	ALAN HENRIQUE LIMA PESSOA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE CANDIDO RABELO - VILA
632008	HENRIQUE CARDOSO MARTINS	4º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE CANDIDO RABELO - VILA
630122	FRANCISCO FLAVIO DE SOUSA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
632199	FRANCISCO WILLIAN RABELO MAIA	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
633219	ALESSON RODRIGO DA SILVA DE OLIVEIRA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
632053	FRANCISCO ERASMO CUNHA DE SOUSA	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	JUAZEIRO - E.E.B. JOSE EDUARDO FILHO - LAGOA DAS CARNAÚBAS
628572	PAULO BRUNO DA SILVA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
628573	FRANCISCO GELCIVAN MAIA	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
633224	ELIANDRO BRENDOLEE SILVA ARAUJO	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
630189	ANTONIO CARLOS LIMA SOUSA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. JOSE IRIS RABELO - VILA
629157	ARLYSON SARAIVA DA SILVA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAIMUNDO EUFRASIO SARAIVA - BOM SUCESSO
632441	NARA YANE DAIANA SARAIVA FERNANDES	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAIMUNDO PEREIRA DE AGUIAR - JUAZEIRO DE BAIXO
631090	FRANCISCO SIMONIO DE BRITO	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAUL DE SOUSA MARTINS - LAG. DA BARBADA
629405	FRANCISCO UILQUE AGUIAR LOPES	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAUL DE SOUSA MARTINS - LAG. DA BARBADA
631447	FRANCISCO EDISIO DE SOUSA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	LAGOA GRANDE - E.E.B. RAUL DE SOUSA MARTINS - LAG. DA BARBADA
633193	JOSÉ EDMAR MOURA DE ASSIS	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
631209	CHARLES MILLER VIEIRA DA SILVA	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
633133	KEILIANNE MOREIRA MAIA	3º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
631141	WARISON TIERRES DA SILVA LIMA	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. ANA NOGUEIRA MAIA - VILA
633134	FELIPE HERMÍNIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	1º	16	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PEDRAS - E.E.B. RAIMUNDO VIEIRA DE MELO - POÇÃO
631937	FRANCISCO JOSE DE SOUSA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PIMN - SEDE RURAL - E.E.B. GILCIVAN VIANA

						DE OLIVEIRA - SETOR O
628597	WALDEYSON SILVA NOBRE	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. GILCIVAN VIANA DE OLIVEIRA - SETOR O
631919	DOUGLAS ALVES DA SILVA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631683	LEURIVAN DE FREITAS SILVA	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631913	CARLOS ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA	3º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631613	KAIO CESAR DE MORAIS REGINALDO	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. MARIA DE FATIMA SARAIVA DE FREITAS - SETOR CH2
631838	RODRIGO LIMA BARROS	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
631307	JOSE MILLER FERNANDES DE ARRUDA	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
632020	CLAUDIO SERGIO RODRIGUES LIMA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
632255	JOSÉ ERIVALDO RODRIGUES LIMA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	PIMN – SEDE RURAL - E.E.B. REGINA HELENA BEZERRA - SETOR K
629140	ADOLFO LIMA DA SILVA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. ANTONIO BATISTA DE SOUSA - CIPOADA
631586	MARCIO RANIERE CHAVES MONTEIRO	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. ANTONIO BATISTA DE SOUSA - CIPOADA
632026	KILDERY VARONE NOBRE	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOAQUIM CHAGAS FILHO - VILA
631972	TIAGO VIEIRA CAVALCANTE	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOAQUIM CHAGAS FILHO - VILA
631907	MARIO DAMIÃO GOMES RIBEIRO	3º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOAQUIM CHAGAS FILHO - VILA
630884	MARIO RUBEM SILVA SARAIVA	1º	10	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOSE CLEMENTINO DE ARAUJO - POÇO DA PEDRA
629133	LEUCI ETELVINO MAIA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOSE NOGUEIRA DE QUEIROZ - EXTREMA
629468	RAIMUNDO GLEIDMARCOS	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. JOSE NOGUEIRA DE QUEIROZ - EXTREMA
628872	GILSON BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. MARIA ANGELICA CHAVES - VILA
629612	GEAN MARCOS PEREIRA FREIRES	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. MARIA ANGELICA CHAVES - VILA
630173	NEUCIVALDO SILVA ALMEIDA	3º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	ROLDÃO - E.E.B. MARIA ANGELICA CHAVES - VILA
631509	ANTÔNIO DEUSIVAN PINHEIRO DE ARAÚJO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CECJEC - CENTRO
629323	FRANCISCO GLAUBEANO DE SOUZA	2º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CECJEC - CENTRO
631457	APARECIDO BARBOSA FILHO	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CECJEC - CENTRO
633152	SERGIO MOTA PEREIRA	4º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - C. E. B. CEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS - CECJEC - CENTRO
629088	THIAGO CAVALCANTE DE LIMA	1º	18	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
629008	GURGEL BASILIO LEITE	2º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
630758	JEAN CARLOS COUTINHO	3º	17	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
628977	DIONES RAFAEL MACIEL DA SILVA	4º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. CAP. JOSÉ RDO. EVANGELISTA - GIRLÂNDIA
628867	JOSÉ LEANDRO DE SABOIA CAVALCANTE	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP. FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
628822	RAIMUNDO NONATO NOBRE	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP. FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
631525	FRANCISCO ALEKSANDRO CAVALCANTE	3º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP. FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
628802	TAYSON CAVALCANTE BEZERRA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. DEP.

				CADASTRO RESERVA		FRANCISCO ANDRADE TEÓFILO GIRÃO - VAZANTES
630635	RAÍ DA SILVA LOPES	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. HENRIQUE EDUARDO GIRÃO - PARQUE EXPOS.
629113	JOSÉ WILLIAN GALDINO FREITAS	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. HENRIQUE EDUARDO GIRÃO - PARQUE EXPOS.
633158	FRANCISCO HUMBERG DA SILVA	1º	13	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. PREFEITO PERBOYRE GIRÃO - PE. ASSIS MON
630144	FRANCISCO GILSIVAN MAIA	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PREFEITO PERBOYRE GIRÃO - PE. ASSIS MON
631186	FILIPPE VIEIRA DE FREITAS	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
630460	EDIGLEUDO MAYQUE CAVALCANTE	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
632263	ANTONIO FELIPE BARROSO QUEIROZ	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
631477	EVANDRO DA PAZ CARDOSO	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. PROF. ANA CLARA ANDRADE NÂNTUA BENTO - SÃO FCO
631362	EURIBÊNIO ALEX MATOS	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - POPULARES
632953	GLAUBER JOSINO DE LIMA	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - POPULARES
631174	FRANCISCO LEONIDAS DA SILVA	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - POPULARES
628694	FABIANO DIAS DA SILVA	1º	17	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
629485	JOSÉ EDSON DA SILVA	2º	16	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
628913	FRANCISCO OLEGÁRIO GOMES NETO	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
630119	RAIMUNDO JOSÉ CAVALCANTE	4º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - E.E.B. TENENTE TERCEIRO - SÃO FCO.
632330	ALBERTO CHAVES BRASIL FALCAO	1º	19	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
632896	TIAGO ARAÚJO BARBOSA	2º	18	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
633100	WANDERLEY DA SILVA JUNIOR	3º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
631550	MARCELINO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO	4º	15	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE - SEDUC - CENTRO
628643	JOSÉ AGNASIO MARTINS	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. FCO XAVIER ANDRADE GIRAO - LINHA BASE
629289	ALBERISIO GOMES CARNEIRO	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. FCO XAVIER ANDRADE GIRAO - LINHA BASE
632200	JEFFESON CAVALCANTE	3º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. FCO XAVIER ANDRADE GIRAO - LINHA BASE
630769	IGOR SARAIVA PINHEIRO	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA
632275	LUCAS DOS SANTOS DA SILVA	2º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA
631991	ERALDO CARNEIRO COSTA	3º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA
628954	SNDRO RODRIGUES CAVALCANTE	4º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. JOAO BELMINO DA SILVA - FELIPA DE CIMA
632176	HERNANDE FELICIO DE OLIVEIRA	1º	14	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
629946	CARLOS WENNE GOMES CAVALCANTE	2º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
629431	FRANCISCO LEIDIMAR MARCIANO DA SILVA	3º	14	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
628638	JOSE LEONARDO MOURA DE ALMEIDA	4º	13	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. LUIS JOAO DE SOUSA - DOURADO
628987	ANTONIO MENDES DE MORAIS FILHO	1º	15	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. VALDOMIRO GIRAO - FLAMENGA
632339	THAIS FREITAS RABELO	2º	12	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B. VALDOMIRO GIRAO - FLAMENGA
629628	LUCIVALDO ARAUJO BEZERRA	3º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO	VIGIA	SEDE RURAL - E.E.B.

				CADASTRO RESERVA		VALDOMIRO GIRA - FLAMENGA
632093	JOSE SIMARIO RODRIGUES	1º	11	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO DE OLIVEIRA - VILA - UIRAPONGA
630990	JOSE FABRICIO SILVA OLIVEIRA	2º	11	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO DE OLIVEIRA - VILA - UIRAPONGA
632164	FRANCISCO CONCILIO RABELO JUNIOR	1º	11	APROVADO DENTRO DAS VAGAS	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO FILHO - POÇO DO BARRO
632071	FRANCISCO DEOCLÉCIO RODRIGUES DOS SANTOS	2º	10	CLASSIFICÁVEL DENTRO DO CADASTRO RESERVA	VIGIA	UIRAPONGA - E.E.B. FRANCISCO GALVAO FILHO - POÇO DO BARRO

Morada Nova, 11 de agosto de 2016.

**COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO**  
Presidente

**Publicado por:**  
Ana Karina Cavalcante de Lima Rocha  
**Código Identificador:**CF55DA59

# O PLANETA AGRADECE

AO PUBLICAR NO **DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS**  
O GOVERNO POUPA O DESMATAMENTO E  
DIMINUI O CONSUMO DE PAPEL.



PARA INFORMAÇÕES  
**85. 4006.4000**  
[diariooficial@aprece.org.br](mailto:diariooficial@aprece.org.br)

